

20
ANOS

A TRATAR O FUTURO
DAS PESSOAS



Relatório e Contas 2025



FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

As empresas do Grupo Águas de Portugal desenvolvem atividades essenciais à vida humana, à saúde pública, à proteção do ambiente e ao desenvolvimento social e económico.

O esforço de infraestruturização e a implementação de modelos de governança adequados ao longo de 30 anos de existência do Grupo Águas de Portugal permitiram alcançar elevados padrões de qualidade, colocando Portugal entre os melhores desempenhos da Europa no que respeita a qualidade da água de abastecimento público e à cobertura dos serviços de saneamento.

São amplamente reconhecidos os progressos notáveis que Portugal registou no setor da água em três décadas deste roteiro de transformação.

Os impactos positivos da nossa atividade estão patentes na qualidade de excelência da água da torneira, na saúde e bem-estar, na qualidade das águas balneares, na preservação da biodiversidade, promovendo a economia circular, a valorização dos territórios e cidades mais sustentáveis

A SIMARSUL orgulha-se de contribuir para estes resultados e reafirma o seu compromisso de responder aos novos desafios para continuar a fazer a diferença na vida das pessoas.

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
2025 EM DESTAQUE.....	6
1 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	6
2 SÍNTESE DE INDICADORES.....	8
A - EMPRESA.....	11
1 QUEM SOMOS.....	11
1.1 Missão, Visão e Valores.....	11
1.2 Descrição, atividade e presença.....	11
1.3 Cadeia de Valor.....	13
1.4 <i>Stakeholders</i> / Partes Interessadas.....	14
2 MODELO DE GOVERNO.....	15
2.1 Estrutura Acionista, Órgãos Sociais e Estrutura Organizacional.....	15
2.2 Carteira de Participações e Sucursais.....	17
3 INTEGRIDADE E SUSTENTABILIDADE.....	18
3.1 Compromisso de Integridade.....	18
3.2 Compromisso de Sustentabilidade.....	18
3.3 Em 2025.....	20
B - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	21
1 A ENVOLVENTE.....	21
1.1 O contexto macroeconómico.....	21
1.2 A Península de Setúbal.....	23
1.3 O Setor.....	23
1.4 A energia no Grupo AdP.....	29
1.5 Enquadramento regulatório.....	31
2 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	35
3 AS NOSSAS PESSOAS.....	40
4 O NEGÓCIO.....	47
4.1 Introdução.....	47
4.2 Sancionamento em “ <i>alta</i> ”.....	47
4.3 Outros Negócios.....	49
4.4 Atividade Operacional.....	49
4.4.1 Operação.....	49
4.4.2 Infraestruturas.....	53
4.4.3 Gestão de Ativos.....	61
4.5 Investigação e Desenvolvimento / Inovação.....	62
4.6 Sistemas e Tecnologias de Informação.....	63
4.7 Sustentabilidade e Responsabilidade Social.....	64

4.8	Comunicação e Educação Ambiental.....	65
4.9	Recursos Humanos.....	66
5	SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO EMPRESARIAL.....	67
5.1	Gestão do Risco Financeiro.....	72
6	DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO.....	73
7	EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES.....	78
8	PERSPETIVAS FUTURAS.....	80
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
10	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	82
11	RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS.....	83
12	DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	84
13	RELATO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	85
14	ANEXO DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO REPORTADA NO SISEE 105	
15	ANEXO AO RELATÓRIO.....	106
C	CONTAS DO EXERCÍCIO.....	107
I	CONTAS INDIVIDUAIS.....	107
1.1	Demonstração da posição financeira.....	107
1.2	Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral.....	108
1.3	Demonstração das variações do capital próprio.....	108
1.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	109
1.5	Notas às Demonstrações Financeiras.....	110
	ANEXOS.....	164

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Conselho de Administração da SIMARSUI vem apresentar o seu Relatório e Contas do ano de 2025, ano em que se registou o maior volume de águas residuais tratadas na história da SIMARSUI, situação que decorre de um ano com pluviosidade particularmente intensa.

No ano de 2025 a SIMARSUI procurou assegurar o seu robustecimento operacional, consolidando o seu quadro de pessoal, integrando funções de anteriormente em "outsourcing" e reformulando a organização da Área de Manutenção.

A digitalização da empresa deu também importantes passos no ano de 2025, com a operacionalização do sistema de mobilidade para as equipas de manutenção, o qual será estendido em 2026 às equipas de operação.

Foi também definido, e vertido no PAO 2026/2028, um ambicioso plano de investimentos, alinhado com a revisão do FVFF da empresa, destinado a repor a operacionalidade total de um conjunto importante de infraestruturas, especialmente as integradas no final de 2022 e as previstas executar no Município de Setúbal, sem descurar as necessidades de intervenção nos restantes ativos, de forma planeada e consistente.

Neste alinhamento, durante o ano de 2025, foram preparados e instruídos junto do Concedente pedidos para lançamento de empreitadas no valor de 13 milhões de euros, aguardando-se a necessária autorização para lançamento dos concursos.

Em nome do Conselho de Administração, gostaria de registar uma palavra de reconhecimento aos trabalhadores e trabalhadoras da SIMARSUI, pelo seu importante e fundamental contributo para a qualidade do serviço prestado e imagem da Empresa, aos nossos acionistas, muito especialmente aos Municípios, pois sem a sua estreita colaboração e parceria nada seria possível, bem como à Entidade Reguladora e à Tutela, cujo enquadramento e orientação são essenciais, e restantes Instituições da Administração Pública, nomeadamente a ARH do Tejo e Oeste (Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, I.P.), ARH Alentejo (Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.), cuja abertura para analisar tecnicamente questões complexas é imprescindível para a viabilidade técnico-económica da Concessão.

José Eduardo Esperança Fialho

Presidente do Conselho de Administração

2025 EM DESTAQUE

I Principais Acontecimentos

O ano de 2025 ficou marcado por um conjunto de desenvolvimentos relevantes na atividade da SIMARSUI, num contexto particularmente exigente do ponto de vista operacional, económico e regulatório.

Em termos operacionais, a empresa registou o maior volume anual de efluente recolhido desde o início da sua atividade, com 41,3 milhões de m³ de águas residuais recolhidos pelo sistema, devido essencialmente à ocorrência de episódios de precipitação intensa e prolongada, que impactaram significativamente a exploração das infraestruturas e o desempenho dos equipamentos. Este contexto exigiu uma resposta operacional robusta, assegurando a continuidade e a qualidade do serviço prestado, bem como o esforço complementar para garantia do cumprimento dos requisitos ambientais e legais aplicáveis.

Ao nível da gestão económico-financeira, 2025 foi igualmente marcado por pressões relevantes sobre os custos de exploração, em particular em rubricas fortemente influenciadas por fatores exógenos, como o tratamento de lamas e de resíduos, num enquadramento de mercado caracterizado por elevada volatilidade e aumento generalizado de preços. A SIMARSUI manteve, ainda assim, uma gestão rigorosa e prudente dos recursos, procurando mitigar impactos e reforçar a eficiência operacional, sem comprometer a fiabilidade do serviço.

Em 2025, o valor do investimento executado cifrou-se em 3,4 milhões de euros, e incidiu sobre ações prioritárias de reabilitação, construção de novas infraestruturas e renovação de ativos. Este valor foi atingido apesar dos constrangimentos conhecidos, decorrentes dos tempos associados à componente formal da contratação pública e de outros processos burocráticos subjacentes à materialização dos investimentos (obtenção de autorizações/pareceres de terceiros) e condicionantes de mercado que prevalecem, nomeadamente a dificuldade em garantir a qualidade dos fornecedores e a dificultada em contratar, desenvolver e manter quadros especializados essenciais.

No âmbito das atividades planeadas para 2025, destacam-se diversas ações realizadas ao longo do ano:

- Continuidade da revisão do estudo de viabilidade económica e financeira (FVFF) da empresa, com vista à definição da tarifa no próximo período tarifário, incluindo uma atualização ambiciosa, mas essencial do plano de investimentos para o próximo quinquénio, do modelo técnico e das necessidades de recursos humanos, assim como o carregamento dos dados históricos relevantes. Esta revisão teve em consideração a necessidade de revisitação de um conjunto amplo de estudos e projetos essenciais para a concretização das empreitadas previstas executar, para além de novos investimentos na reabilitação de infraestruturas e no desenvolvimento da nova atividade principal de produção e venda de Água para Reutilização (ApR), e das intervenções preconizadas para responder aos compromissos existentes nas vertentes de neutralidade energética e economia circular, bem como de redução dos gases com efeito de estufa (GEE) e a expansão da digitalização do setor, em termos de cibersegurança, monitorização e controlo. O FVFF foi entregue no final do ano, estando em apreciação por parte da FRSAR;
- Reforço do quadro de pessoal através da concretização do plano de recrutamento de novos recursos humanos e, bem assim, de substituições;

- A SIMARSUI deu continuidade aos desenvolvimentos de serviços aplicacionais para a digitalização da empresa, implementando automatismos tecnológicos que visam a otimização da gestão dos recursos disponíveis. Nesta estratégia inclui-se a reformulação do seu atual Sistema de Telegestão, com a integração das instalações ainda não monitorizadas/integradas, bem como a requalificação dos sistemas de supervisão e automação locais, por forma a responder às necessidades da atividade de exploração, de gestão de ativos e gestão da energia de todo o sistema de recolha, transporte, tratamento e rejeição final de águas residuais sob a sua concessão. Em 2025 foi dado um importante passo na digitalização, via SAP, dos processos da manutenção, concluindo um trabalho de quatro anos, prevenindo-se o alargamento desta importante valência às equipas da Direção de Operação, de forma a possibilitar uma abordagem holística das ações de manutenção, conservação e reparação dos ativos da empresa.
- Em 2025 foi lançado um importante concurso associado à produção de energia por soluções fotovoltaicas, e solicitada autorização junto da Tucla e do Concedente para o lançamento de concursos de empreitada totalizando 13 milhões de euros.

Em termos de boas práticas de gestão, em 2025, a SIMARSUI manteve as certificações do seu sistema de gestão nos referenciais de Qualidade (ISSO 9001), Ambiente (ISSO 14001), Segurança e Saúde (ISSO 45001), Responsabilidade Social (SA 8000) e Gestão de Ativos (ISSO 55001).

Por fim, no domínio do governo societário, do controlo interno e da gestão do risco, a SIMARSUI prosseguiu o reforço das suas práticas e instrumentos de controlo, dando continuidade ao mapeamento de processos, à identificação e mitigação de riscos relevantes e à consolidação de uma cultura de responsabilidade, transparência e conformidade, alinhada com as melhores práticas do setor empresarial do Estado.

Em síntese, 2025 constituiu um ano particularmente desafiante, mas também de afirmação da capacidade da SIMARSUI para responder a contextos adversos, assegurando a continuidade do serviço público essencial que presta, com rigor técnico, responsabilidade financeira e foco na sustentabilidade de longo prazo.

A garantia dos níveis de qualidade de gestão de informação e reporte, nas vertentes operacionais, financeira e de planeamento e controlo de gestão, apresenta-se como um desafio crescente, dado o continuado aumento dos requisitos e exigências legais, normativos e institucionais, e os quantitativos de informação que se afigura necessário recolher, processar e produzir nos prazos definidos, vertente que merece especial atenção face às potenciais oportunidades associadas à utilização de novas ferramentas informáticas, como a inteligência artificial.

A SIMARSUI continuará a encetar as medidas preconizadas para reforço da capacidade de resposta a múltiplos desafios, como a emergência climática, a descarbonização, a transformação digital e a economia circular, cumprindo e reforçando os compromissos assumidos para cumprir o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas e valorizar o território da Península de Setúbal de forma próxima e concertada com todas as partes interessadas

2 Síntese de Indicadores

Indicadores de Atividade

Indicadores de Atividade		2025	2024	2023	2022
Municípios abrangidos	n.º	8	8	8	8
Municípios servidos	n.º	8	8	8	7
População abrangida ^(*)	milhões hab.	0,64	0,64	0,63	0,60
População servida	milhões hab.	0,54	0,54	0,54	0,51
Volume de AR recolhido	milhões m ³	41,31	38,74	35,54	30,44
Volume de AR tratado	milhões m ³	37,61	35,36	32,53	27,78
Volume de AR faturado	milhões m ³	41,28	38,72	35,53	30,42
Investimento	milhares euros	3 402	3 055	3 493	11 492
Energia Consumida ^(a)	milhares kWh	24 948	24 706	24 631	19 088
Energia Consumida ^(a)	milhares euros	3 322	3 289	3 636	918
Energia produzida ^(b)	milhares kWh	307	821	333	876
Energia produzida e consumida ^(c)	milhares kWh	95	220	184	103
ETAR em funcionamento	n.º	25	25	25	25
EE em funcionamento	n.º	116	115	117	117
Rede em funcionamento ^(d)	km	394,6	400,2	414,3	400,1
EM. Submarinos em funcionamento	n.º	5	5	5	5
Órgãos Sociais ^(e)	n.º	11	10	10	11
Trabalhadores ^{(f)(g)}	n.º	137	125	120	120
n.º médio de Trabalhadores ^(g)	n.º	130	122	119	102

Legenda

^(*) - população do ano 2023, 2024 e 2025 atualizada de acordo com os Censos de 2021

^(a) - proveniente da rede (fornecedores de energia)

^(b) - energia produzida e entregue à rede (vendida)

^(c) - energia produzida e consumida na instalação (auto-consumo)

^(d) - inclui emissários, interceptores e condutas elevatórias

^(e) - a 31 de dezembro de cada ano

^(f) - não inclui órgãos sociais

^(g) - n.º de trabalhadores a 31 de dezembro de cada ano

Indicadores Económicos e Financeiros

Indicadores Económicos e Financeiros	un.: euros		
	2025	2024	2023
Capital Social realizado	25 000 000	25 000 000	25 000 000
Capital Próprio	79 042 919	76 035 717	73 116 509
Ativo Líquido Total	228 611 419	230 845 080	233 323 432
Passivo Total	149 568 500	154 809 363	160 206 923
Dívida de Clientes Total	14 357 015	11 670 735	7 770 485
Dívida Municipal Bruta	14 183 444	11 246 800	7 254 064
Dívida Municipal Bruta Vendida	7 944 391	6 585 669	2 896 816
Endividamento Bancário	57 370 176	58 640 098	61 623 918
Volume de Negócios ^(a)	30 335 648	28 081 666	23 931 186
Desvio de Recuperação de Custos (DRG)	(-3 578 662)	(-1 175 242)	1 506 676
Gastos Operacionais	28 925 447	27 547 909	25 648 119
Gastos Operacionais ajustados ^(b)	23 059 079	22 198 403	20 042 784
EBIT	3 799 970	4 847 478	5 445 108
EBIT _{ajus.ac.o} ^(c)	7 378 632	6 022 720	3 938 433
EBITDA	11 923 696	12 564 116	12 327 158
EBITDA _{ajus.ac.o} ^(d)	13 038 189	11 445 093	8 708 399
Resultados Financeiros	(-1 705 936)	(-1 866 724)	(-2 058 345)
Resultados Antes de Impostos	2 094 034	2 980 753	3 386 763
Resultado Líquido do Exercício	3 007 203	2 919 208	3 027 372
Resultado Líquido do Exercício _{ajus.ac.o} ^(e)	3 970 246	3 178 331	1 859 699
Tarifa média (euros/m ³)	0,8065	0,7252	0,6735

Legenda

- ^(a) - o valor corresponde apenas à Prestação de Serviços
- ^(b) - deduzido dos Gastos de Construção e dos Subsídios ao investimento
- ^(c) - deduzido do Desvio de Recuperação de Custos
- ^(d) - deduzido dos Subsídios ao investimento e do Desvio de Recuperação de Custos
- ^(e) - deduzido do Desvio de Recuperação de Custos Líquido

Indicadores de Gestão

Indicadores de Gestão	2025	2024	2023
Margem EBITDA _{Ajustada}	43,0%	40,8%	36,4%
Gastos Operacionais _{Ajustados} / EBITDA _{Ajustado}	177%	194%	230%
GO/VN	56,6%	59,0%	63,1%
Capital Empregue (M€)	159,5	165,9	169,8
Autonomia Financeira	55,3%	54,2%	53,4%
Liquidez Geral	108,5%	105,4%	111,6%
Solvabilidade	123,5%	118,5%	114,7%
Fundo de Maneio (M€)	1,9	0,9	1,4
ROE	3,8%	3,8%	4,1%
ROA	1,3%	1,3%	1,3%
Dívida Financeira (M€)	57,3	58,6	61,6
Debt to Equity	72,5%	77,0%	84,2%
Net Debt (M€)	53,1	57,9	59,4
Net Debt to EBITDA _{Ajustado}	4,1	5,1	6,8
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	56	52	36
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	137	107	89

A - EMPRESA

I - Quem Somos

I.1 Missão, Visão e Valores

A SIMARSUI - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUI) tem por missão gerir e explorar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como para o atingimento das metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Complementarmente, a SIMARSUI pretende ser uma Empresa de referência no setor da água da região onde se insere, em termos de qualidade do serviço prestado, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor.

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, no equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental, na equidade no acesso aos serviços básicos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

É na prestação de serviços públicos essenciais à vida, à saúde pública, ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável que assenta o propósito de "FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS".

I.2 Descrição, atividade e presença

A SIMARSUI foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo-lhe sido atribuída pelo Estado Português a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, criado também pelo mesmo diploma, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusividade e por um período de 30 anos.

Estima-se em cerca de 639 mil habitantes a população atualmente residente e servida nos oito municípios abrangidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal).

Fruto da parceria do Grupo AdP – Águas de Portugal com os municípios da região, a SIMARSUI será também ela um fator potenciador do desenvolvimento e coesão regional, apostada em:

- Valorizar a relação com os/as trabalhadores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal;
- Reduzir as Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), mitigar os seus impactos e adaptar as operações às alterações climáticas;
- Participar na Gestão do ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, promovendo a transição para a economia circular;
- Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população;

¹ Atualizado de acordo com os Censos de 2021.

- Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e as suas Empresas;
- Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável.

A gestão do saneamento “em alta” dos oito Municípios da Península de Setúbal permite à SIMARSUI continuar a consolidar a sua política de requalificação ambiental dos territórios, assegurar uma prática mais sustentável e ambientalmente responsável e contribuir de forma decisiva para a preservação dos recursos hídricos e dos ecossistemas, nomeadamente de um importante estuário e reserva natural do país – o estuário do Sado.

A SIMARSUI reforça, assim, o compromisso de gestão de proximidade com todas as partes interessadas, designadamente municípios e indústrias locais, na procura das melhores soluções para desafios comuns na defesa do ambiente, da saúde pública e melhoria contínua da qualidade do serviço essencial de saneamento na região.



O sistema pode ser alargado a outros municípios por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público, devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do Ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

O percurso de intervenção da SIMARSUI no território de forma integrada com os Municípios parceiros remonta a 2003, data da constituição original da SIMARSUI e criação do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal.

Nestas duas décadas, a qualidade das massas de água na Península de Setúbal melhorou drasticamente, graças à eliminação de inúmeras descargas de esgotos diretamente para o meio recetor, pela construção de um sistema “em alta” que garantiu a interceção e o encaminhamento destas águas residuais para tratamento adequado.

Este trabalho da SIMARSUI e dos Municípios sustenta o reconhecimento internacional do projeto de despoluição do estuário do rio Tejo, o qual constitui um dos principais símbolos dos 30 anos do Grupo Águas de Portugal que também neste período se assinala.

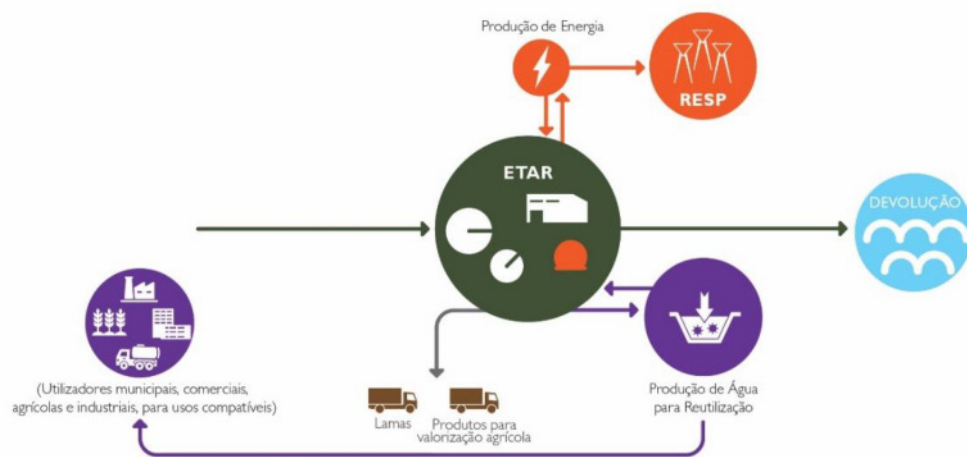
1.3 Cadeia de Valor

Ainda que os investimentos e a operação sejam as atividades mais visíveis, a Empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, contribuindo deste modo para a criação de valor do capital acionista, no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

As eficiências hídricas e energética são objetivos estratégicos do Grupo no contexto da gestão da escassez de água e adaptação às alterações climáticas e da promoção da economia circular, destacando-se o seu potencial para produção de Água para Reutilização (ApR), a valorização de subprodutos resultantes dos processos de tratamento das águas, nomeadamente lamas e nutrientes, e o aproveitamento energético dos ativos e dos recursos endógenos, designadamente do biogás das digestões anaeróbias, bem como a produção de energia de fontes hídrica, eólica e fotovoltaica.

Esta visão sistémica da cadeia de valor do negócio é patente quando é individualizada para a nossa área de atividade da SIMARSUL, o saneamento "em alta".

OPERAÇÃO SANEAMENTO



Transporte
Transporte das águas residuais desde o ponto de recolha até às unidades de tratamento de águas residuais. Pode incluir a atividade de elevação.

ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais
Tratamento e Valorização
Correção das características físicas, químicas e biológicas tendo em consideração o destino final da água residual tratada. Valorização de subprodutos dos processos de tratamento (valorização energética das lamas, produção de água para reutilização, reciclagem de nutrientes, etc.)

Produção de água para reutilização
Produção de água para reutilização para usos internos e usos externos compatíveis. Pode incluir atividade de armazenamento e elevação.

Produção de energia
Produção de energia elétrica através da valorização energética do biogás resultante da digestão anaeróbia de lamas e de outras fontes renováveis (fotovoltaica).

Devolução
Devolução ao meio hídrico das águas tratadas que não são reutilizadas.

ALTA

1.4 Stakeholders / Partes Interessadas

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou Grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da Empresa.

A SIMARSUL está consciente das suas responsabilidades enquanto Empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade da Empresa passa por um exercício de partilha e transparência na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas por ela.

São vários os Grupos de partes interessadas com quem a Empresa se relaciona de diversas formas.



A Empresa pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *stakeholders* acima descritos, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim, se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da SIMARSUL neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável da região.

A comunicação com as partes interessadas desenvolve-se através de múltiplos canais, diretos e indiretos, sendo o Relatório de Sustentabilidade consolidado do Grupo AdP um dos documentos principais de materialização desta política de transparência.

O Relatório de Sustentabilidade anual do Grupo segue as diretrizes do GRI (*Global Report Initiative*) e os referenciais do Regulador (FRSAR), e integra o balanço consolidado da atividade da holding e das Empresas detidas direta ou indiretamente pela AdP SGPS, evidenciando as estratégias adotadas, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas das Empresas.

2 Modelo de Governo

2.1 Estrutura Acionista, Órgãos Sociais e Estrutura Organizacional

ESTRUTURA ACIONISTA

A SIMARSUL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com um valor de capital social de 25 000 000,00 de euros, integralmente realizado.

A Empresa tem como acionistas a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS), que detém 51% do capital social e os Municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, que detêm os restantes 49%, de acordo com a seguinte repartição do capital:

Acionistas	Nº de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	2 750 000	2 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	5,0%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	127 290	127 290	4,5 %
Palmela	156 040	156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	1,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	2,30%
Total	25 000 000	25 000 000	60,00%

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais relativos ao mandato correspondente ao triénio 2025/2027 foram inicialmente eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, realizada a 3 de fevereiro de 2025.

No que respeita, em particular, ao órgão social Conselho Fiscal, em 23 de novembro de 2023, na sequência de deliberação social unânime por escrito, foi iniciado o mandato do Conselho Fiscal para o triénio 2023-2025². Já após, em 26 de março de 2024, foi eleita nova Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para o mandato de fiscalização de 2023-2025 dos exercícios de 2024 e 2025.

A composição dos Órgãos Sociais no final de 2025 era a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
 Presidente | Maria de Fátima de Alegria Antunes Valença Mourinho
 Vice-Presidente | AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A.³
 Secretário | Ana Cristina Rebelo Pereira

²A 31 de outubro de 2024, a Presidente do Conselho Fiscal, Maria do Carmo Mendes, apresentou renúncia ao cargo por reforma, não tendo sido ainda eleito elemento em sua substituição.

³Será designada por pessoa a designar posteriormente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente Executivo | José Esperança Fialho
Vogal Executivo | Dora Rego Afonso
Vogal Executivo | João Afonso Almeida da Silva Luz
Vogal Não Executivo | João Oliveira Miguel
Vogal Não Executivo | Rute Isabel Talhadas Cesário

CONSELHO FISCAL
Vogal Efetivo | Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho
Vogal Efetivo | João Carlos Alves Faim
Vogal Suplente | Maria Manuela Graça

REVISOR OFICIAL DE CONTAS
ROC | Deloitte & Associados, SROC S.A. representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro
Suplente | João Carlos Henriques Gomes Ferreira

A Sociedade dispõe ainda de um Secretário e um suplente deste, designados pelo Conselho de Administração, na sua reunião de 4 de fevereiro de 2025, bem como uma Comissão de Vencimentos, conforme segue:

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE
Efetivo | Cláudia Afonso de Carvalho
Suplente | Vera Alves¹

COMISSÃO DE VENCIMENTOS
Presidente | Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira²
Vogal Efetivo | AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A.³
Vogal Efetivo | Joaquim Carlos Coelho Tavares

O Conselho de Administração da SIMARSUL atua em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos acionistas e pela Tutela Setorial e Financeira, à luz do Programa do XXIV Governo Constitucional e do Programa do XXV Governo Constitucional (vigente).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

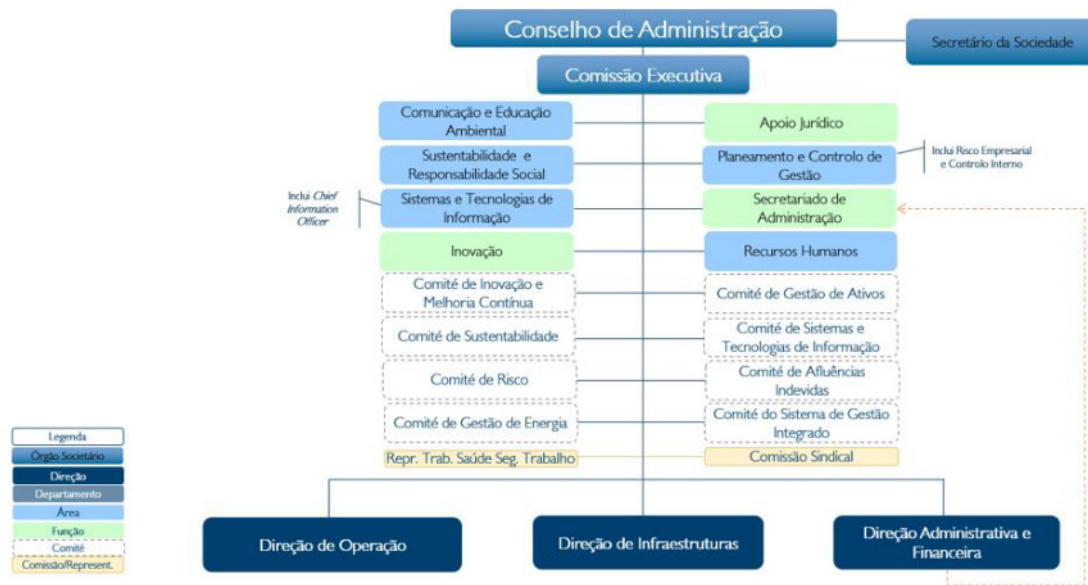
O exercício da atividade é assegurado por uma estrutura organizativa com um conjunto de órgãos funcionais para apoio à gestão da empresa, responsáveis pela definição e implementação das políticas, pela gestão dos recursos humanos e pela avaliação e controlo das atividades desenvolvidas.

¹ Subsequentemente, em janeiro de 2026, apresentou renúncia ao cargo.

² Que, na sequência da decisão unânime por escrito de 21 de abril de 2023 substituiu a Dra. Carla da Conceição Afonso Correia.

³ Representada por Rui Mendes da Costa

Atualmente a empresa apresenta a seguinte estrutura organizacional:



2.2 Carteira de Participações e Sucursais

A SIMARSUL é titular de uma participação social no montante de 5.000 euros na S.Energia - Agência Regional de Energia para os concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo, correspondendo a 0,86% do Fundo Patrimonial desta associação (580.287 euros). A S.Energia é uma associação privada sem fins lucrativos, criada em maio 2007. De acordo com o definido no ponto 4, do artigo 6.º dos respetivos Estatutos, “Cada Associado Fundador ou Ordinário tem direito a um voto por cada fração de mil euros de participação no Património Associativo Nominal”, o que, no caso da SIMARSUL, corresponde a 5 votos.

A SIMARSUL não dispõe de qualquer sucursal.

3 Integridade e Sustentabilidade

A prestação de serviços públicos essenciais coloca a SIMARSUI numa posição de elevada responsabilidade, pois a forma como atua tem impacto direto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico dos territórios onde opera.

Num contexto de alterações climáticas, a crescente pressão sobre os recursos, a degradação dos ecossistemas – acompanhados por riscos acrescidos de poluição – são desafios significativos que a SIMARSUI assume cada vez mais com uma atuação cada vez mais exigente, integrando a sustentabilidade na gestão do negócio e na dimensão de governação, e na procura de soluções articuladas com os Municípios, seus acionistas e parceiros em todo o território.

3.1 Compromisso de Integridade

A SIMARSUI subscreveu em dezembro de 2021 o Compromisso de Integridade, assumindo a implementação do modelo definido na Política de Integridade (<https://www.simarsul.adp.pt/content/etica-e-conduta>) e nos instrumentos que lhe estão associados. Este compromisso reforça a capacitação interna e promove uma cultura organizacional assente em padrões éticos elevados.

O referencial ético da SIMARSUI é coadjuvado por normas de conduta, políticas e procedimentos internos que asseguram a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a sua atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta (<https://www.simarsul.adp.pt/content/etica-e-conduta>); Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (<https://www.simarsul.adp.pt/content/plano-de-prevencao-do-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>); Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades (<https://www.simarsul.adp.pt/content/etica-e-conduta>); Manual de Contratação Pública do Regime Geral; Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com funções complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos;
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A SIMARSUI dispõe ainda de uma Linha de Integridade, um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

3.2 Compromisso de Sustentabilidade

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal traduz a sua visão e ambições, orientando a atuação pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.

As ambições da SIMARSUI estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e refletem a forma como é incorporada a sustentabilidade no propósito do trabalho da Empresa, na ação climática, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação e na cooperação internacional, sempre com uma forte componente de educação e sensibilização para o valor da água.



AS NOSSAS AMBIÇÕES

No Grupo Águas de Portugal, e igualmente na SIMARSUI, as Ambições de Sustentabilidade estão estruturadas em sete prioridades:

1. Trabalhar com Propósito

A SIMARSUI Valoriza um ambiente de trabalho que promova o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus trabalhadores/as, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, assegurando condições de segurança e saúde e incentiva o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

2. Agir pelo Clima

A SIMARSUI atua no sentido da neutralidade e autossustentabilidade energética, reduzindo emissões de gases com efeito de estufa e aumentando a resiliência dos sistemas perante cenários de alterações climáticas.

3. Economia Circular da Água

A SIMARSUI procura maximizar a eficiência na gestão do ciclo urbano da água, reduzir desperdícios, valorizar recursos e promover soluções regenerativas.

4. Valorização dos Territórios

A SIMARSUI presta um serviço público de excelência que reforça a proximidade com as comunidades, protege a biodiversidade e contribui para a saúde pública.

5. Inovação com Impacto

A SIMARSUI incentiva proactivamente a inovação através de projetos de I&D+i, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis, com impacto, e que respondam aos desafios do setor.

6. Cooperação Internacional

A SIMARSUI, através do Grupo AdP, participa em iniciativas de cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimento e apoiando programas em países em desenvolvimento.

7. Educação para a Sustentabilidade

A SIMARSUI promove a sensibilização sobre o valor da água e o seu papel no desenvolvimento sustentável, dirigindo-nos às comunidades, escolas e parceiros institucionais.

3.3 Em 2025

A SIMARSUL assegurou a manutenção dos sistemas da Qualidade, Ambiente, Segurança e Ativos, ao abrigo das normas, ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e ISO 55001, respetivamente.

Ciente da importância do desempenho energético das infraestruturas, a SIMARSUL assegurou ainda a prossecução de trabalhos que visam adicionar ao sistema de gestão a norma de Energia (ISO 50001).

De referir ainda que a Empresa obteve a certificação energética da sua frota prossequindo o seu compromisso com uma mobilidade mais sustentável, liderando o caminho como frota certificada pelo MOVF+ da ADFNF.

A Empresa dá, assim, o seu contributo para acelerar a economia circular da água e agir pelo clima, ambições que concretizam o nosso propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

B - RELATÓRIO DE GESTÃO

I A envolvente

I.1 O contexto macroeconómico⁷

O ano de 2025 foi de crescimento global resiliente, mas moderado. A economia mundial evitou a recessão, mas as restrições estruturais, a fragmentação do comércio e as incertezas políticas mantiveram o crescimento abaixo do seu potencial de longo prazo.

Desde outubro de 2025, as tensões comerciais têm continuado a diminuir, mas continuam sujeitas a ocasionais conflitos. Uma disputa entre a China e os Estados Unidos, envolvendo controlos sobre as exportações de semicondutores e minerais de terras raras, foi rapidamente seguida por uma trégua que reduziu as tarifas bilaterais até novembro de 2026 e suspendeu os controlos de exportação. As autoridades americanas retiraram também, para todos os países, as tarifas sobre alguns produtos agrícolas, compensando as tarifas mais elevadas sobre determinados sectores que tinham sido anteriormente anunciadas e que estão agora em vigor.

GLOBAL

O crescimento global para os anos 2025 e 2026 estima-se em 3,3% e de 3,2% para 2027.

Este desempenho estável resulta, à primeira vista, do equilíbrio de forças divergentes. Os obstáculos decorrentes da alteração das políticas comerciais são compensados pelos fatores favoráveis provenientes de investimentos emergentes relacionados com a tecnologia, incluindo a inteligência artificial (IA), principalmente na América do Norte e na Ásia, para além do apoio fiscal e monetário, das condições financeiras amplamente favoráveis e da adaptabilidade do setor privado.

A inflação global deverá descer de uma estimativa de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026 e para 3,4% em 2027, prevendo-se um regresso à meta mais gradual nos Estados Unidos do que noutras grandes economias.

ZONA EURO

A zona euro e a União Europeia estão a navegar num panorama internacional cada vez mais complexo. As alterações na dinâmica geopolítica, o rápido avanço tecnológico, os crescentes riscos climáticos, o envelhecimento da população e a baixa produtividade afetam as perspetivas económicas. Estes desenvolvimentos representam desafios significativos, mas também oportunidades transformadoras para a zona euro e para a UE, sublinhando a importância crucial de quadros de política macroeconómica robustos. A zona euro e a UE continuaram a crescer, embora a um ritmo moderado.

As projeções para a atividade na área do euro apontam para crescimentos de 1,4% em 2025, 1,2% em 2026 e 1,4% em 2027.

A inflação na zona euro normalizou em 2025 e prevê-se que fique abaixo da meta de 2% do Banco Central Europeu (BCE) para 2026. Este ambiente favorece estabilidade prolongada das taxas de juro, mas mantém os decisores políticos atentos aos riscos de subida impulsionados pelos salários e relacionados com as despesas fiscais.

⁷ Fontes: FM World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

O BCF reduziu as taxas de juro várias vezes no início de 2025, baixando a taxa de depósito de 3,00% (final de 2024) para 2,00% em junho de 2025. A partir de junho de 2025, as taxas mantiveram-se inalteradas, uma vez que a inflação regressou perto da meta de 2% e o crescimento manteve-se fraco, mas estável. O BCF não se compromete antecipadamente com uma trajetória de taxas, mas sinaliza que a política monetária está "num bom momento".

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2025 e 2026 são os seguintes:

	Estimativa 2026	Estimativa 2025	Ano 2025
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,3%	2,0%	2,1%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	3,6%	3,0%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	2,1%	2,2%	2,7%
Taxa de desemprego	6,3%	6,2%	6,4%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,0%	2,2%	3,6%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	n.d.	3,08%	2,96%

A atividade económica em Portugal deverá crescer 2,0% em 2025, 2,3% em 2026, 1,7% em 2027 e 1,8% em 2028, e a inflação deverá estabilizar em torno de 2%. O crescimento económico é mais apoiado na procura interna do que na média do período 2020–24.

A economia portuguesa continua a crescer a um ritmo robusto num enquadramento externo marcado por tensões comerciais, incerteza elevada e apreciação do euro. O impacto destes choques tem sido amortecido pelo alívio das condições financeiras, pelo aumento dos fundos da UF e pela orientação expansionista da política orçamental.

O mercado de trabalho permanece resiliente, com o emprego em níveis máximos e uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto, o menor crescimento da população, associado à redução dos fluxos migratórios, limitará a evolução do emprego e da atividade.

O aumento do rendimento disponível das famílias será mais contido em 2025–28, refletindo-se num abrandamento do consumo privado e numa redução da taxa de poupança, que se manterá ainda assim elevada em termos históricos.

Em termos de finanças públicas, as projeções apontam para um saldo orçamental equilibrado em 2025, seguido de défices de 0,4% do PIB em 2026, 0,9% em 2027 e 1% em 2028. Esta trajetória traduz uma deterioração significativa no período recente, explicada sobretudo pelas medidas de redução de impostos e pelo aumento permanente da despesa. O rácio da dívida pública mantém uma trajetória descendente, passando de 93,6% do PIB em 2024 para cerca de 80% em 2028.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2,3% em 2025 para 2,6% em 2028. Esta evolução reflete a evolução esperada das taxas de juro de longo prazo.

1.2 A Península de Setúbal

A Península de Setúbal integra a Área Metropolitana de Lisboa e apresenta características territoriais e económicas que influenciam de forma direta a atividade da SIMARSUL. Trata-se de um território marcado por elevada heterogeneidade, onde coexistem áreas urbanas densamente povoadas com zonas de menor densidade, de forte vocação rural e florestal.

Do ponto de vista demográfico e urbano, a região continua a evidenciar dinâmicas de crescimento e expansão habitacional, associadas à proximidade a Lisboa e à pressão imobiliária, refletindo-se numa evolução da procura dos serviços de saneamento e numa crescente exigência quanto à capacidade, fiabilidade e resiliência das infraestruturas existentes.

A estrutura económica da Península de Setúbal é diversificada, destacando-se a presença de atividades industriais, logísticas e portuárias relevantes, a par dos setores do comércio, serviços, turismo e agroindústria. Esta diversidade traduz-se em padrões diferenciados de afluência e de cargas poluentes aos sistemas de saneamento, com impactos diretos na exploração e no tratamento de águas residuais.

Em 2025, o contexto macroeconómico manteve-se condicionado por pressões nos custos dos fatores produtivos, designadamente energia, serviços especializados e gestão de resíduos, bem como por episódios de precipitação intensa, com influência nos volumes afluentes e na carga hidráulica dos sistemas.

Este enquadramento territorial e macroeconómico reforça a importância de uma gestão eficiente, resiliente e sustentável dos sistemas de saneamento em alta, assegurando a continuidade de um serviço essencial à população e à atividade económica da Península de Setúbal, em cumprimento das exigências ambientais e regulamentares aplicáveis.

Com uma população residente que registou um crescimento relevante, na ordem dos 4% face a 2011, de acordo com os Censos 2021, a Península de Setúbal apresenta um potencial de desenvolvimento significativo, que importa capitalizar, nomeadamente atendendo às limitações à expansão urbana na margem norte do rio Tejo e às áreas disponíveis para requalificação na margem sul.

Por último, acompanha-se com particular expectativa a concretização do projeto do novo aeroporto de Lisboa, localizado no Campo de Tiro de Alcochete, infraestrutura estruturante que poderá contribuir para a consolidação da Península de Setúbal como território estratégico e para a melhoria das acessibilidades à margem norte.

1.3 O Setor⁸

A água constitui um elemento fundamental em qualquer circunstância, período ou cenário. Este facto é ainda mais reforçado e evidente quando se associa o atual contexto de crise à sustentabilidade em todas as suas dimensões (climática, de recursos ou de biodiversidade).

A par do aumento da população mundial, assiste-se à progressiva e cada vez mais acentuada diminuição das disponibilidades hídricas, muitas vezes associada aos efeitos das alterações climáticas que são perceptíveis, à escala mundial, pela alteração dos padrões de precipitação. Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há a necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

⁸ <http://www.worldbank.org>; <http://occdobserv.org>; <https://wa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental dependem de um ciclo da água que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

É neste contexto desafiante que urge garantir a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis), a par da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico.

Também pelo exposto, a água e os serviços que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, mantêm-se, cada vez mais, no centro do desenvolvimento sustentável e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

No caso dos serviços mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos desafios referidos. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

Não obstante os avanços, subsistem ainda situações insustentáveis e iníquas:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada.⁹
- 3,4 biliões de pessoas continuam sem acesso a saneamento básico seguro: infraestruturas envelhecidas, desigualdades e mudanças climáticas põem em risco um direito humano básico.⁹

e, mesmo em áreas geográficas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

⁸ <https://www.sga.micrto.gov.et/agua-para-a-paz-terna-coexia-mundial-ko-agua-2024/>

⁹ <https://news.in.org/pt/story/2025/11/18/15/1>

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exacerbados pelas incertezas das políticas económicas adotadas em várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no Médio Oriente são exemplos.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o World Bank Water Global Practise, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- a transformação de acordos políticos em normas juridicamente vinculativas;
- o garante da distribuição equitativa dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;
- a aplicação de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos, pelos empregadores e pelos trabalhadores;
- o estabelecimento de instrumentos de "soft-law" (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Paralelamente, também o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2025, intitulado "Montanhas e glaciares -Torres de Água" ¹, emanado aquando da celebração do Dia Mundial da Água, reforçou a preocupação com o declínio da água doce no planeta. O objetivo é conservar e restaurar lagos, rios, pântanos, aquíferos, manguezais e geleiras, que estão sob ameaça crescente das mudanças climáticas, poluição e outros fatores.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) também alertou para o aumento da pressão sobre os recursos hídricos, com algumas regiões como Norte de África e Ásia Ocidental em níveis críticos.

A agricultura continua a ser o maior consumidor de água, e o stress hídrico agrava-se com o crescimento da procura. ²

CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

O conflito na Europa Oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia, mantém-se. A este, juntou-se a guerra Israel/Palestina em outubro de 2023, cujos efeitos se estenderam ao longo de 2024 e 2025, agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos e tensões que, direta ou indiretamente, continuam a impactar a geopolítica europeia e a segurança energética. As tensões no Mar do Sul da China persistem, com repercussões globais, nomeadamente ao nível das rotas comerciais marítimas estratégicas, essenciais para o fornecimento de energia e bens à Europa. A crise no Sahel permanece um fator de instabilidade, afetando a segurança regional e o acesso a recursos estratégicos, como o urânio, fundamental para a produção de energia nuclear em vários países europeus. O conflito no médio oriente continua a influenciar as dinâmicas geopolíticas e energéticas no Mediterrâneo

¹ <https://www.un.org/press/en/2024/48223.pdf?0000593090> -xcr

² <https://news.un.org/en/story/2024/12/185182/>

Oriental, uma região de crescente importância estratégica para a União Europeia. Por outro lado, as disputas no Ártico intensificam-se em 2025, uma vez que o degelo progressivo reforça a competição entre grandes potências — como a Rússia, os Estados Unidos e a China — pelo controlo de novas rotas marítimas e pela exploração de recursos energéticos, incluindo petróleo e gás natural. Chegando os Estados Unidos a ameaçar uma anexação da Gronelândia, um território que integra a União Europeia.

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia tinha aprovado o Plano REPowerEU⁴ que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da União Europeia. Em paralelo, visa a poupança energética, a produção de energia limpa e a diversificação do aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026, para apoiar investimentos e reformas em Portugal, no valor de 300 mil milhões de euros, e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados, no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n.º 136/2022).

Em abril 2025 foi publicada a atualização final do Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNFC 2030)⁵, com objetivos ambiciosos para a transição energética: redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. O PNFC 2030 traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

Em abril de 2025, Portugal e a Península Ibérica sofreram um grande apagão causando paragens nos transportes (comboios, metropolitano), falhas nos semáforos e sobrecarga nos hospitais, expondo vulnerabilidades na rede elétrica, forçando mais produção a gás e dificultando metas climáticas. Este evento severo destacou a necessidade de reforçar a infraestrutura energética europeia, com relatórios apontando para falhas em cascata.

Esse evento desencadeou impactos diretos nos sistemas de captação, bombeamento e tratamento de água das entidades gestoras, uma vez que a energia elétrica é necessária para a operação contínua de estações elevatórias e unidades de tratamento e distribuição; paralelamente, houve efeitos indiretos na pressão da rede de abastecimento e na continuidade operacional de sistemas urbanos de saneamento, exigindo esforços logísticos extraordinários para mitigar a perda de níveis de serviço regulamentares e assegurar a proteção da saúde pública.

Adicionalmente, em resposta às vulnerabilidades reveladas pelo apagão, foi apresentado o Plano de Reforço da Segurança do Sistema Elétrico Nacional com um pacote de 31 medidas para reforçar segurança do sistema elétrico nacional, garantindo os objetivos de descarbonização e transição energética.

O Plano de Reforço apresentado é norteado por três grandes princípios: (i) robustecimento do sistema elétrico nacional e da capacidade de resposta das infraestruturas críticas; (ii) compromisso com a transição energética e a descarbonização; e (iii) colaboração internacional para a integração de mercados e o reforço das interligações.⁶

⁴ https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

⁵ Cf. Resolução da Assembleia da República n.º 12//2025, de 10 de abril

⁶ <https://ambienteconline.pt/noticias/governo-apresenta-plano-co-400-milhoes-para-reforcar-seguranca-co-sistema-eletrico-nacional>

O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL

Em Portugal, o setor das águas caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as Autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panorama Nacional

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 9,4 milhões de habitantes servidos ▪ 96% de alojamentos servidos ▪ 197 litros: consumo médio diário de água por habitante ▪ Tarifa média ponderada: 0,54 EUR/m³ ▪ Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,69% 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem ▪ 87% de alojamentos servidos ▪ 8,5 milhões de habitante servidos com tratamento ▪ 86% de alojamentos servidos com tratamento ▪ 698 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente ▪ Tarifa média ponderada: 0,572 EUR/m³

Dados: RASARP 2024 - volume I e RASARP 2025 - volume I

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário, numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno através da suavização das tarifas praticadas ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e, neste sentido, a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024 aprovou o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PFNSAARP 2030).

O PFNSAARP 2030 ⁵ estabeleceu o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PFNSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PFNSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

A março de 2025 foi apresentada a Estratégia Nacional para a gestão da água “Água que Une” ⁶, a qual preconiza uma gestão integrada da água, assumindo as seguintes orientações:

- Contribuir para uma governança ágil e eficaz da água;
- Diminuir a vulnerabilidade à escassez hídrica;

⁵ Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro que aprovou a resolução 23/2024 publicada em DR a 5 de fevereiro de 2024 já alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024 de 22 de agosto de 2024

⁶ <https://porta.daagua.pt/2025/03/12/agua-e-que-une-estrategia-nacional-para-a-gestao-da-agua/>

- Reforçar a sustentabilidade ambiental;
- Promover a coesão territorial

Esta Estratégia pretende dar suporte à revisão do Plano Nacional de Água (2026) e à atualização da Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 através do Plano Rega (a elaborar).

No âmbito da implementação da Estratégia Nacional “Água que Une” (AqU), observaram-se avanços em duas vertentes:

- A implementação de medidas que se encontram no âmbito das Entidades Gestoras (FGs) do grupo AdP, como por exemplo, a dessalinizadora do Algarve, em execução pelas Águas do Algarve.
- Em outubro de 2025, foi apresentada a AdP AQUA, uma empresa do grupo Águas de Portugal que terá como missão planejar, financiar, construir e gerir aproveitamentos hidráulicos, nomeadamente de fins múltiplos, que promovam a segurança hídrica de Portugal no horizonte 2040, enfrentando os desafios das alterações climáticas, do crescimento demográfico, do desenvolvimento económico e da preservação ambiental através de uma gestão integrada, resiliente e sustentável do recurso água.

O GRUPO AdP EM 2025

O Grupo AdP constituiu e mantém-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how* no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as Ambições de Sustentabilidade, encontram-se identificadas as seguintes áreas estratégicas: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento. Neste sentido, em 2025, o Grupo promoveu a inovação em rede no âmbito da segunda edição do Concurso AdP Inovação Proactiva.

Foi publicado em Diário da República o diploma legal que altera o Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio que atribui à Águas de Santo André a concessão da exploração e da gestão do sistema de abastecimento de água (gerindo de forma integrada origens não convencionais, como a água do mar e a água para reutilização), de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, face aos desafios de escassez hídrica e à necessidade de reconfiguração do sistema para promover a sustentabilidade ambiental e a resiliência hídrica das atividades industriais, agrícolas e turísticas da zona de influência da Zona Industrial e Logística de Sines (ZII S).

Em 2025, a Estação de Dessalinização do Algarve (FDAMA) avançou significativamente, com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a dar luz verde condicionada em novembro 2024, após consulta pública sobre o projeto em Albufeira, que visa captar e tratar água do mar para consumo.

Na dimensão da economia circular, salienta-se a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

Neste âmbito, em 2025, para além de várias ações de sensibilização, a Águas do Algarve concluiu investimentos em infraestruturas para a ApR na FTAR da Quinta do Lago, a Águas do Tejo Atlântico forneceu Água para Reutilização ao Município de Lisboa para a rega de parques e jardins, expandindo um projeto-piloto.

A norte (AdN), o projeto Regadouro, que se encontra em fase de conclusão, tem como objetivos fundamentais não só o de aumentar o conhecimento sobre a reutilização na rega de água tratada nas infraestruturas de tratamento de águas residuais, como também o de fomentar o aproveitamento dos nutrientes e fertilizantes presentes na mesma.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a gestão da energia constitui uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZFRO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2025, o Grupo, através da sua subsidiária AdP Internacional, reforça a sua presença internacional com a criação da empresa *Société Agua Services d'Assainissement* na Tunísia. Este passo decorre da adjudicação, pelo Estado tunisino, do contrato de concessão para a gestão, operação e manutenção do sistema de recolha e tratamento de efluentes da zona norte da cidade de Túnis, por um período de 10 anos.

1.4 A energia no Grupo AdP

O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO ADP

O consumo de energia elétrica, enquanto componente fundamental e inseparável da operação das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma das principais rubricas de despesa, representando uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais. Trata-se de um fator com peso muito significativo no GSF e com impacto direto tanto nas tarifas aplicadas aos serviços de água e saneamento como no equilíbrio económico-financeiro das concessões e parcerias estabelecidas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento a 5 de fevereiro de 2026), os consumos elétricos do Grupo AdP em 2025 foram de 817,95 GWh (+1,3% face a 2024). Destes, 784,18 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RFSP), o que corresponde a +1,0% em comparação com 2024, e 33,76 GWh foram provenientes de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,6% face a 2024).

Relativamente aos caudais, os dados atuais (ainda não finais) apontam para um aumento de 3,3% no caudal de abastecimento de água e de 6,3% no caudal de água residual.

Os dados de 2025 indicam uma produção de 41,59 GWh/ano (+8,9% face a 2024). O autoconsumo foi de 33,76 GWh (+8,6% face a 2024) e a energia vendida à RFSP totalizou 7,83 GWh (+10,4% face a 2024).

Em termos gerais, o saldo com a RFSP do Grupo AdP em 2025 foi de 776,36 GWh, o que representa uma variação de +0,9% face a 2024, ano em que o saldo foi de 769,26 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP em 2025 foi de 5,1%, tendo sido de 4,7% em 2024.

A fatura com a energia elétrica adquirida à RFSP, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 5 de fevereiro 2025) deverá atingir em 2025 cerca de 96,27 milhões de euros, que corresponde a +3,38 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior (+3,6%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2025 a frota elétrica do Grupo AdP, percorreu mais de 2,5 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 212 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 534 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -42,8% (-77,8 tep) e o consumo elétrico foi de 483 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -477 toneladas (-84,7%).

No ano de 2025 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP consumiu cerca de 3,1 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -5,5% face a 2024 – ano em que foram consumidos 3,3 milhões de litros, o que representa em termos médios de consumo diário 8 169 l/dia em 2025 (em 2024 o consumo médio diário foi de 9 095 l/dia).

Apesar da relevância da frota elétrica atualmente em operação no Grupo AdP, importa salientar que o seu reforço continua previsto para os próximos anos, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que atribui um apoio do Fundo Ambiental no montante global de 7,52 milhões de euros ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo. Este processo - integrado no Programa de Neutralidade Energética - visa a implementação de uma Frota Verde, totalmente constituída por veículos não poluentes, incluindo viaturas de emissões nulas, contribuindo assim para a eliminação progressiva do consumo de combustíveis fósseis na operação do Grupo.

Embora a eletrificação da frota implique um aumento do consumo de energia elétrica, o impacto associado é substancialmente compensado pelos benefícios ambientais resultantes da redução das emissões de gases com efeito de estufa e da eliminação do consumo de combustíveis de origem fóssil. O efeito líquido é, por isso, claramente positivo, reforçando a transição energética do Grupo AdP e contribuindo para a concretização dos seus compromissos climáticos.

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

O Grupo AdP - Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Esta realidade evidencia a dimensão económica, social e ambiental que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua atividade, bem como a sensibilidade do Grupo às tendências e à volatilidade dos mercados energéticos europeus e mundiais, que têm marcado a evolução dos preços grossistas na Europa nos últimos anos.

A natureza volátil destes mercados, agravada pela oscilação dos preços internacionais da energia e pelo impacto das políticas climáticas europeias, torna particularmente complexa a previsão da evolução do custo da eletricidade. Neste contexto, a experiência acumulada pelo Grupo AdP no acompanhamento dos mercados energéticos reforça a necessidade de uma estratégia ancorada em medidas robustas que induzam:

- A redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,

- A redução dos gastos, otimizando a contratação, ajustando potências e perfis de consumo aos períodos tarifários, eliminando a energia reativa e reforçando a gestão inteligente da energia,
- O aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (potenciando a produção de biogás e a sua valorização energética e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- A constituição de Comunidades de Energia Renovável do Grupo AdP (CFR), com vista a potenciar a partilha do consumo da energia 100% renovável produzida nas empresas do grupo, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

A definição desta estratégia está igualmente alinhada com os compromissos internacionais assumidos por Portugal, em particular o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050, consagrado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) e no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNFC 2030).

Enquanto maior grupo empresarial público na área do ambiente e operador essencial de serviços críticos, a atuação da AdP deve, assim, contribuir decisivamente para as metas nacionais de neutralidade energética e carbónica, refletindo a sua responsabilidade ambiental e o impacto sistémico da sua operação.

É neste enquadramento que o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZFRO, um programa de neutralidade energética alinhado com a década crítica definida pela União Europeia para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (2021-2030). O Programa assenta numa estratégia integrada que combina a redução de consumos com um aumento substancial da produção própria de energia 100% renovável, com o objetivo de atingir a neutralidade energética em 2030, posicionando o Grupo como um dos primeiros operadores internacionais do setor da água a adotar um modelo de autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZFRO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Até novembro de 2025, o investimento acumulado no âmbito do Programa ZFRO totalizava 32,77 milhões de euros.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZFRO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SF/AFNF/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

1.5 Enquadramento regulatório

Em 2025, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da FRSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2025, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta [FPAl; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias] e baixa (FPAl, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da FRSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da FRSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (FPAl, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

O Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro, altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (FRSAR), aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, promovendo igualmente o restabelecimento de competências da FRSAR que haviam sido revogadas pela LOF 2021, a partir de 1 de janeiro de 2026.

O Decreto-Lei n.º 97/2025, de 21 de agosto, definiu, para o ano de 2025, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão dos sistemas multimunicipais.

A intervenção da FRSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2025, nos SMM, a FRSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

Em 2025 a FRSAR definiu uma nova metodologia de avaliação de eficiência que pretendeu simplificar o processo de avaliação da eficiência dos gastos de exploração (OPFX) através da redução do número de métricas a avaliar. A avaliação da eficiência do OPFX – a vigorar entre 2025 e 2028 – é materializada por uma única métrica para cada serviço, calculada por OPFX/m³ de água faturada no que respeita ao serviço de abastecimento de água (AA), e OPFX/m³ de água tratada para o serviço de saneamento de águas residuais (AR). No que respeita ao investimento (CAPEX) a FRSAR continuará a fazer o seu acompanhamento e definiu uma métrica específica para a manutenção e para os investimentos de substituição.

No decorrer de 2025, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2025, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela FRSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito, a participação na consulta ao setor relativa ao Projeto de Regulamento do sistema nacional de aprovação dos produtos em contacto com a água destinada ao consumo humano (com início em 2024), ao procedimento de recolha de contributos para a elaboração do Regulamento Tarifário da Água (RTA) respondendo ao conjunto de questões colocadas pela FRSAR, e ao início da consulta pública ao projeto de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA).

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro. No decorrer do segundo semestre de 2025 foram enviados para apreciação da FRSAR os Estudos de Viabilidade Económico e Financeiros da maioria dos SMM.

SIMARSUI – ATIVIDADE EM “ALTA”

A SIMARSUI é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticadas são avaliadas pela FRSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a SIMARSUI as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos, para o primeiro período tarifário, no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a FRSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2025, as tarifas e os rendimentos tarifários aplicadas na faturação, pela SIMARSUI, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da FRSAR e de aprovação pelo Concedente.

O contrato de concessão determina que a rentabilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2025, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 3,08%.

O diploma constituinte da SIMARSUI, estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a FRSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da SIMARSUI, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à FRSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Em 31 de dezembro de 2025 estavam registados nas contas cerca de 3,6 milhões de EUR de DRG de natureza superavitária, decorrentes das atividades da SIMARSUI.

REGUIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A SIMARSUI está sujeita à intervenção da FRSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da FRSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2025, foi apresentado o Volume I do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2024) com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2023. Sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2023, abordando a sua caracterização e evolução, os principais intervenientes, os principais números em termos de recursos do setor, a análise económica e financeira e os principais resultados da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, com destaque para o primeiro ano de aplicação da 4.ª geração do sistema de Avaliação Qualidade do Serviço, sendo também disponibilizada a avaliação comparada (benchmarking) do desempenho das entidades gestoras. É ainda realizada a análise da relação das entidades gestoras com os utilizadores e apresentação dos principais resultados no que respeita à monitorização legal e contratual das entidades gestoras.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela FRSAR é disponibilizada no sítio da internet da SIMARSUI, disponível em <https://www.SIMARSUI.adp.pt/content/qualidade-do-servico>.

2 Orientações Estratégicas

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

O Conselho de Administração em funções a 31 de dezembro de 2025, foi eleito a 3 de fevereiro de 2025, para o mandato 2025/2027.

O Conselho de Administração da SIMARSUL atua em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pela titular da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira, à luz do Programa do XXIV Governo Constitucional e Programa do XXV Governo Constitucional (em vigor), designadamente pelo(a):

- a) Cumprimento da sua missão e exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade Empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Atuação socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal dos trabalhadores/as, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promoção do equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adoção de metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conção e implementação de políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos trabalhadores/as, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implementação de planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implementação de políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;

- i) Implementação e manutenção de sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

Como se sabe, o Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal Grupo Empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, e, paralelamente, é o maior consumidor público de energia elétrica.

Deste modo, percebe-se a significativa dimensão – económica, social e ambiental – que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias – e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;

- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;

- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Não podem deixar de ser tidos em consideração os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmadas nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050); e

- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNFC 2030).

Naturalmente, o Grupo AdP – enquanto Grupo público da área do ambiente – está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

Por seu lado, sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados em 2020 (5%).

Desta forma, o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZFRO, assente na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo. Com este programa o Grupo pretende atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro Grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, cólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GFF, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZFRO irá desenvolver-se em dois períodos de investimento (2021 a 2025 e 2026 a 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

Período 1 – Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo; e

Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZFRO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZFRO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NFUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GFF do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GFF) do Grupo AdP e das suas Empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta será implementado um conjunto de medidas com vista à redução das emissões do Grupo.

ESTRATÉGIA DA SIMARSUI

A SIMARSUI continuará a realizar o seu serviço essencial de saneamento centrado na geração de valor, com as prioridades bem definidas, para consolidar a sua missão pública e continuar o caminho rumo a um futuro cada vez mais sustentável, circular e inovador que contribua para o Pacto Europeu para o Clima, assumindo compromissos de Integridade e de Sustentabilidade com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

O atual Conselho de Administração continuará a desenvolver a sua atividade gestonária para o cumprimento do estabelecido no Contrato de Concessão assinado com o Estado Português, prosseguindo as orientações estratégicas e específicas que lhe são transmitidas, nomeadamente as aprovadas e determinadas em Assembleia Geral de Acionistas, bem como outras que lhe são pontualmente transmitidas. Revendo-se no quadro estratégico de compromisso, assumido pelo Grupo AdP, a SIMARSUL projeta o seu futuro assumindo como suas as linhas gerais de orientação estratégicas que se consubstanciam em 3 eixos fundamentais e que englobam 12 desafios estratégicos como segue.



Construir, explorar e gerir o sistema de saneamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental com um elevado grau de competência, capaz de responder localmente, com eficácia e eficiência, aos grandes desafios que se colocam, em Portugal e no Mundo, no setor do ambiente são também um objetivo.

Desta forma, a SIMARSUL desenvolve a sua atividade em torno dos valores de eficiência, produtividade, inovação e desenvolvimento, e da qualidade. Pretende-se que estes valores sejam assumidos como motivação das atividades do dia-a-dia para vencer os desafios que se colocam à Empresa, entre os quais se destacam a modernização e manutenção eficaz dos seus sistemas de transporte e tratamento dos efluentes da Península de Setúbal, num quadro de racionalização do investimento e proteção do ambiente, a aposta na economia circular e combate às alterações climáticas e a continuação da implementação de políticas sociais requeridas para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030.

Em particular, ciente das especificidades do Sistema e do contexto regional onde este se insere, também continuará a privilegiar o permanente contacto e o são relacionamento com os Municípios, seus acionistas e clientes, de forma próxima com as partes interessadas e em estreita colaboração com as indústrias locais, procurando encontrar sempre as melhores soluções para problemas e desafios comuns.

A nível global da Empresa, será prosseguida a atitude de contínua otimização dos recursos da organização, com vista a melhorar a eficiência do seu desempenho e a resiliência das infraestruturas, assim como uma política de sensibilização ambiental que promova a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

Além do continuado contributo da Empresa para a conservação e melhoria da condição do estuário do Tejo e do Sado, bem como das restantes massas de água da região, constitui como outro grande desafio a preservação

continuada do vasto parque de infraestruturas, capazes de responder também às necessidades da reutilização de água residual tratada e da neutralidade carbónica.

Neste âmbito, encontram-se previstos no plano de investimentos importantes intervenções de reabilitação e melhoria em infraestruturas que permitirão melhorar a sua fiabilidade e resiliência e que, no plano da eficiência energética, permitirão minimizar consumos de energia.

No âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso e do seu propósito de fazer a diferença na vida das pessoas – comuns às Empresas do Grupo AdP – a SIMARSUI encetará as medidas preconizadas para reforço da capacidade de resposta à dinâmica associada às alterações climáticas, à descarbonização, à transformação digital e à economia circular nos próximos anos.

Consciente que o sucesso das organizações depende das pessoas, estamos também convictos da importância do estabelecimento de relações de proximidade e de valorizar quem diariamente desempenha as suas funções para tornar possível a realização da missão da SIMARSUI e concretizar o nosso compromisso com o ambiente e a valorização da região.

Por fim, a Empresa reafirma que continuará a ser um parceiro empenhado na procura e concretização de soluções que conduzam a uma melhoria e proteção do ambiente na defesa da saúde pública na região.

3 As Nossas Pessoas

INTRODUÇÃO

As Pessoas são o principal ativo da SIMARSUI.

O desenvolvimento estratégico, o crescimento sustentável e a aprendizagem ao longo da vida de todas as Pessoas da Empresa continua a ser um dos eixos estratégicos do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para um crescente envolvimento e compromisso e para uma cultura sólida, circunstância particularmente evidente na resposta à recente crise pandémica.

A SIMARSUI partilha as políticas do Grupo Águas de Portugal na gestão de pessoas, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento das orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao Setor Empresarial do Estado.

A Empresa acredita na importância do reforço da participação das suas Pessoas num conjunto mais vasto de decisões, para o que aposta em especial no reforço da delegação de poderes, na recolha de contributos e acompanhamento da agenda de gestão e no aumento dos comités transversais, assim como na manutenção de uma agenda periódica de contactos diretos e através da Comissão Sindical.

No cumprimento do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo Águas de Portugal foi desenvolvido um conjunto vasto de iniciativas, entre as quais um diagnóstico a todo o ciclo de pessoas, a partir do qual foi traçado um plano de implementação, que incluiu a repetição da auscultação já no final do exercício.

A visão e metas da SIMARSUI encontram-se traçadas em resposta a um contexto amplamente divulgado e debatido com que a Empresa se confronta, que acentua a necessidade de adequar, em tempo útil, o Capital Humano do Grupo, desde a atração, contratação e retenção, até à qualificação, mobilidade e reconhecimento do mérito.

É nesta perspetiva que se inserem os princípios orientadores da gestão das Pessoas da Empresa, designadamente:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna.

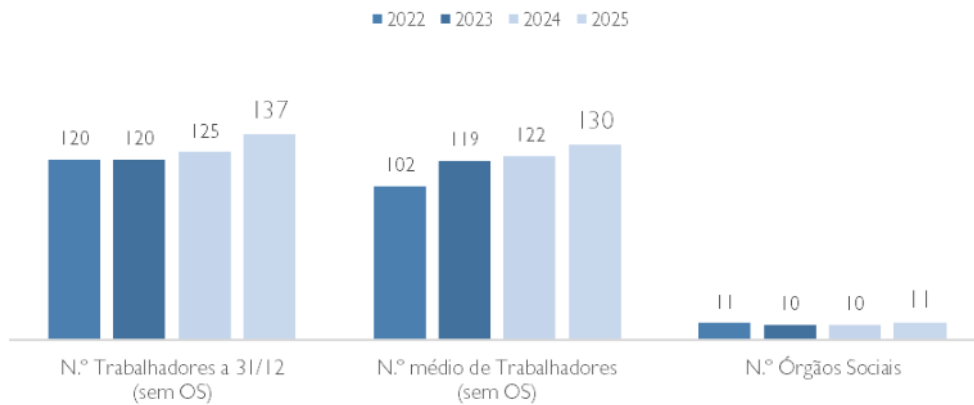
CARACTERIZAÇÃO

A necessidade de adequar o capital humano tem sido particularmente evidente na SIMARSUI, por via da significativa redução do quadro na sequência da cisão, na ordem dos 13%, como pela necessidade de responder a um conjunto de novos desafios, tanto em termos de atividades e oportunidades, como de exigências. Também a evolução da idade média dos seus trabalhadores/as coloca à SIMARSUI o desafio da sucessão, assim como do melhor planeamento da substituição.

A SIMARSUI concluiu o ano de 2025 com um total de 137 trabalhadores. A este universo acrescem 11 órgãos sociais, distribuídos do seguinte modo: três membros da Mesa da Assembleia Geral (Presidente, Vice-Presidente e Secretário), dois membros do Conselho Fiscal (dois Vogais) e cinco membros do Conselho de Administração, dos quais um exerce funções Presidente Executivo, dois são Vogais Executivos e dois são Vogais não executivos.

Integra ainda a estrutura societária, enquanto órgão de fiscalização, o Revisor Oficial de Contas, função assegurada pela sociedade Deloitte & Associados, SROC, S.A.

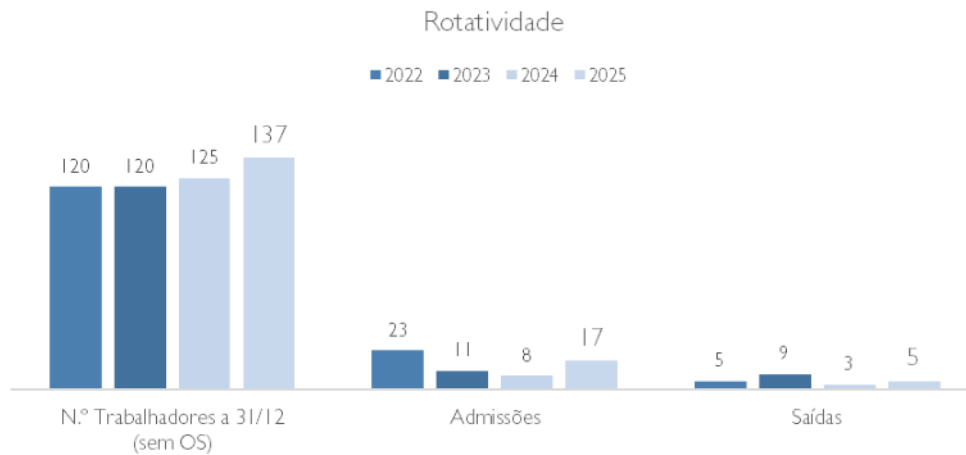
Evolução do Capital Humano



A atração e retenção de pessoas mantêm-se como um dos principais desafios da SIMARSUI , refletindo-se quer no volume de saídas registadas, quer na morosidade ou mesmo insucesso dos processos de recrutamento e seleção, condicionados e limitados pela reduzida atratividade das condições oferecidas face a um mercado muito competitivo e com escassez de elementos especializados. Esta realidade tem vindo a exercer pressão sobre a capacidade de reposição atempada dos recursos humanos necessários ao normal desenvolvimento da atividade, prevendo-se um agravamento progressivo da situação com a saída de quadros por reforma a médio prazo.

No final de 2025 permanecia por concluir um processo de contratação relativo a uma admissão já autorizada, bem como duas substituições, situação que se traduz num desfasamento entre as necessidades identificadas e os recursos efetivamente disponíveis.

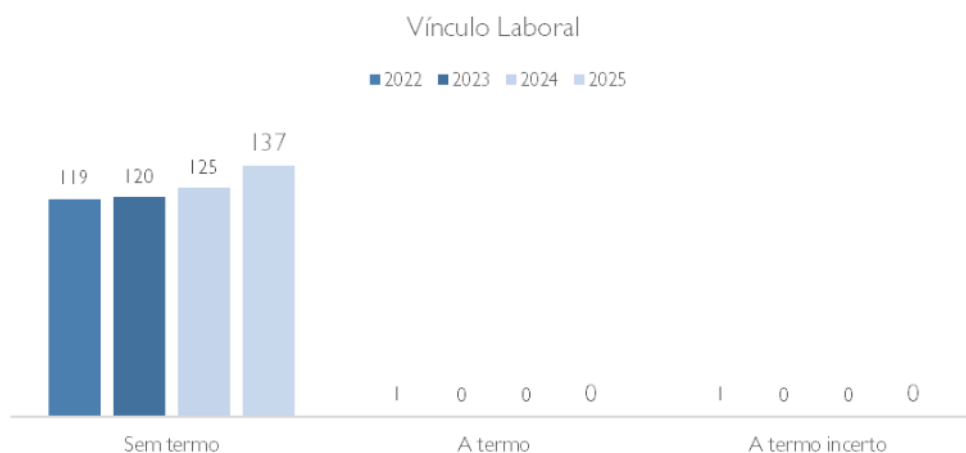
Importa ainda salientar que, das saídas ocorridas ao longo do ano, apenas duas tiveram origem em situações de reforma, correspondendo uma delas a uma das substituições ainda não concretizadas, o que evidencia que a maioria das saídas não decorreu de fatores previsíveis, reforçando a necessidade de adoção de medidas urgentes que promovam a retenção e aumentem a capacidade de atração de talento.



É por isso, com expectativa de reforço da capacidade de atração e retenção de Pessoas, que o Conselho de Administração da SIMARSUI continua fortemente empenhado em acompanhar e apoiar as diligências destinadas a permitir a sua adequada valorização, ciente que, só deste modo, será possível motivar e continuar a responder cabalmente aos desafios acrescidos que se observam. É também neste quadro e da aposta na valorização dos instrumentos de concertação que se acompanha, com particular proximidade, as negociações tendentes à melhoria dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT).

Amplamente conscientes da margem de melhoria na comunicação interna, a Administração tem procurado reforçar as iniciativas internas nesse sentido, designadamente conciliando a melhoria dos espaços de trabalho, com a promoção de reuniões e encontros nas diversas instalações, para além de um reforço nas linhas comunicacionais da empresa.

O progresso é particularmente evidente ao nível dos vínculos laborais, onde, e em alinhamento com a estratégia do Grupo, a totalidade das Pessoas que trabalham na SIMARSUI possuem vínculo efetivo, voltando a empresa a assumir-se como uma referência no âmbito laboral.



Também a promoção da igualdade de género e preocupações mais vastas de diversidade, igualdade e inclusão, continua a ser uma marca, particularmente evidente nos cargos de chefia, sem prejuízo da representatividade de género estar muito relacionada com a natureza das funções, designadamente ao nível da operação e manutenção.

Distribuição de trabalhadores por género

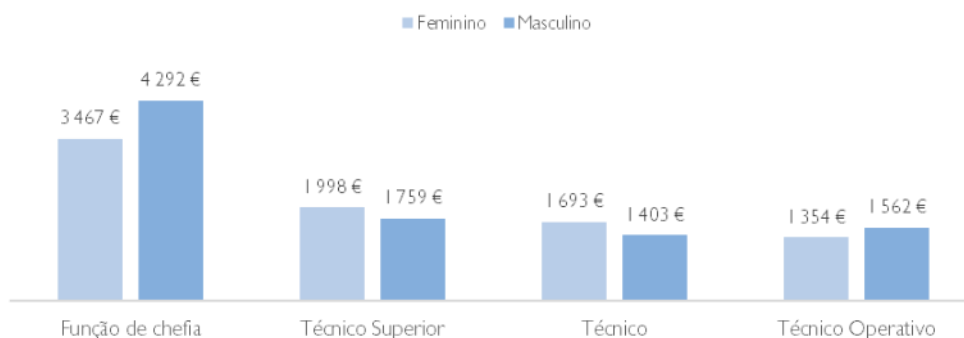
Anos	Masculino		Feminino	
	com funções de chefia ^(*)	sem funções de chefia	com funções de chefia ^(*)	sem funções de chefia
2025	9	92	15	21
2024	8	84	12	21
2023	8	80	12	20
2022	7	82	12	19

Legenda:

^(*) - Cargos de Direção, Coordenação e Responsáveis de Área / Centro Operacional

A respeito do cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, complementarmente à divulgação apresentada, a SIMARSUI promove e divulga a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, no relatório anual de sustentabilidade do Grupo.

Média da retribuição mensal, por sexo
(remunerações contratuais regulares mensualizadas)

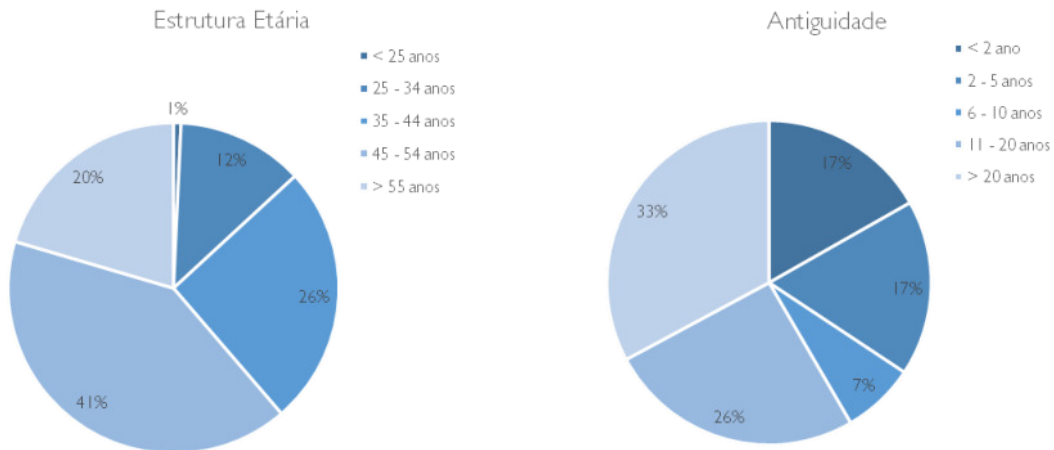


A promoção do equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal continua, também, a constituir uma preocupação central, reconhecida pelas trabalhadoras e trabalhadores, compatibilizando imperativos de continuidade deste serviço, com passos na consolidação do regime de teletrabalho.

A demonstração da maturidade e compromisso da SIMARSUI com as comunidades e com o território, a par da ligação da empresa aos seus trabalhadores/as, torna-se patente nos indicadores da idade média e antiguidade média, muito em linha com os indicadores do Grupo Águas de Portugal.

Estrutura Etária	2025	2024	2023	2022	Antiguidade	2025	2024	2023	2022
< 25 anos	1	0	0	1	< 2 ano	23	17	17	22
25 - 34 anos	17	9	11	13	2 - 5 anos	24	33	20	13
35 - 44 anos	35	41	40	40	6 - 10 anos	10	2	2	3
45 - 54 anos	56	49	47	45	11 - 20 anos	35	60	77	80
> 55 anos	28	26	22	21	> 20 anos	45	13	4	2
Idade média	47	47	46	46	Antiguidade média	12	12	12	12

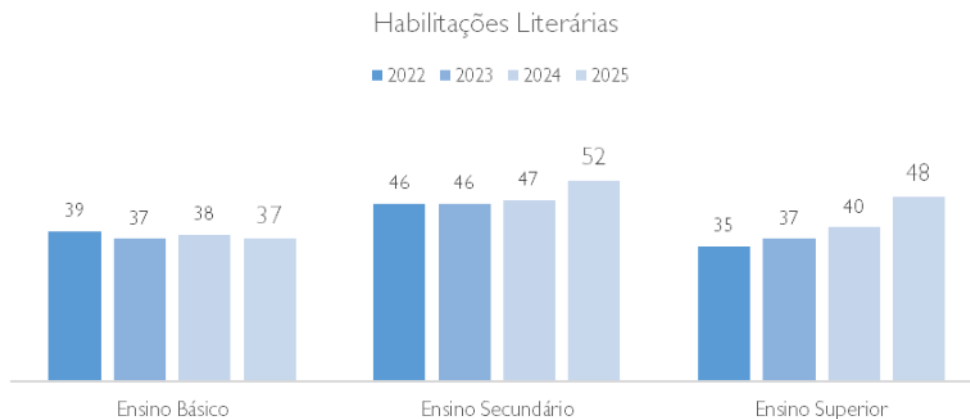
Ano 2025



Cientes que as preocupações com o bem-estar ainda têm margem de progressão, em 2025 a Empresa manteve a sua aposta em dar continuidade à melhoria das instalações, nalguns casos promovendo também maior contacto entre os vários segmentos organizacionais, bem como a disponibilização de café e fruta nos espaços de trabalhos.

A formação e desenvolvimento é um dos pilares essenciais da estratégia da SIMARSUI, seja decorrente das especificidades da sua atividade, em particular no domínio das temáticas da operação e manutenção, seja da segurança e da contratação pública, como pela diversidade e complexidade dos desafios que enfrenta. Em especial, nas categorias com menor qualificação de base, é onde o Grupo desde há muito se diferencia, com especial destaque através da Academia das Águas Livres (AAL), onde se destacam os cursos de formação profissional em gestão e operação de sistemas, controlo de qualidade, manutenção de sistemas e segurança, a partir dos quais não só se prepara a integração de novos trabalhadores/as, como o desenvolvimento em momentos posteriores, mas também pós-graduação e programas mais orientados para os novos desafios, como as várias edições do orientado para as energias renováveis.

É, assim, numa dupla perspetiva de preenchimento de uma lacuna ao nível da oferta formativa, desde os níveis de menor qualificação até aos de maiores qualificações, que, desde há muitos anos, a SIMARSUI vem prosseguindo a sua aposta.

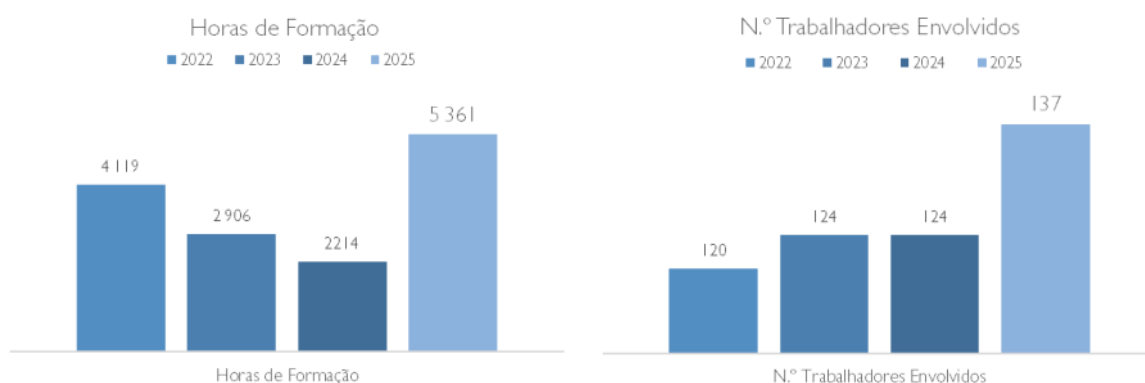


A empresa tem procurado garantir o cumprimento do plano de ações de formação definido, e, em simultâneo, ir introduzindo, pelas diversas categorias, as temáticas próprias dos desafios mais recentes, designadamente cibersegurança, ética e conduta, controlo interno e *corporate governance*.

A Administração procurou também garantir a estabilização do plano de desenvolvimento pessoal em conjunto com as chefias, ouvindo e envolvendo outras partes interessadas, e integrando ações estratégicas e transversais ao Grupo AdP, mas também específicas às suas funções, numa perspetiva mais formal do documento que orienta a atuação da empresa.

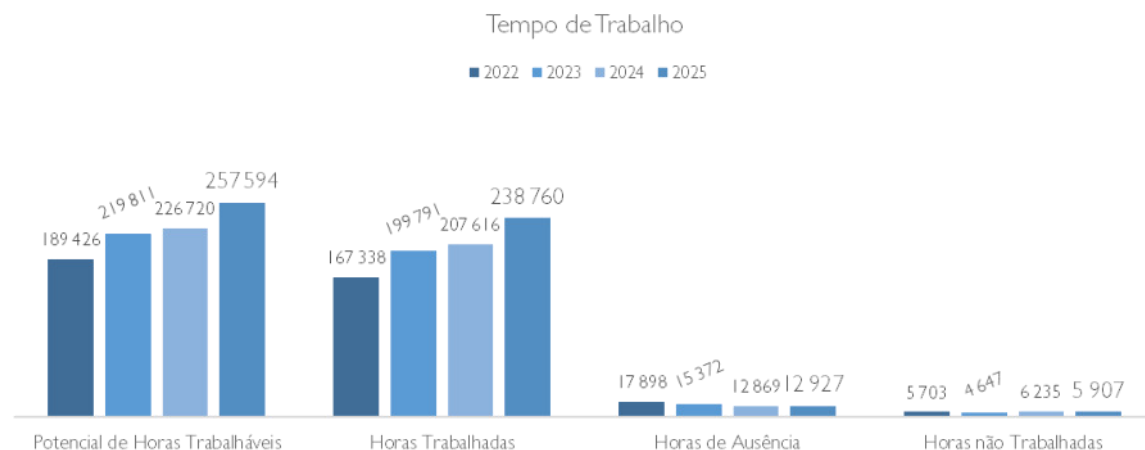
De salientar que a Administração encara o desenvolvimento pessoal com uma abrangência mais ampla, instigando as Pessoas a procurarem iniciativas que não passem exclusivamente pela formação formal, mas também pela formação informal, incluindo um conjunto de ações internas e através de outras Pessoas, e pela formação *on-the-job*.

Neste âmbito, em 2025, foram realizadas 5.361 horas de formação.



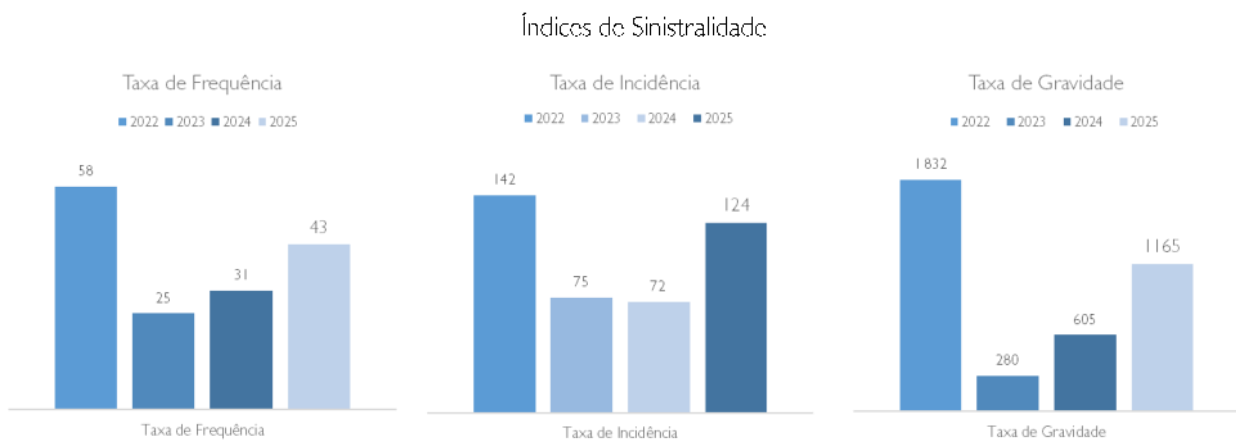
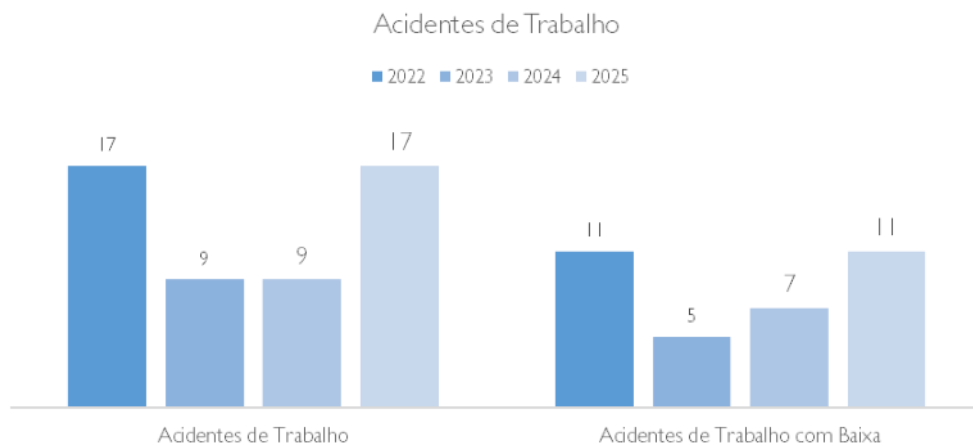
A empresa tem, também, vindo a possibilitar e a proporcionar a formação em contexto curricular, através do acolhimento de alunos/as como estagiários/as, tendo em 2025 ocorrido três estágios curriculares, dois desenvolvidos no Laboratório da Direção de Operação e um na área de Manutenção Interna, bem como um estágio profissional na área de Sistemas e Tecnologias de Informação.

A assiduidade dos trabalhadores/as evoluiu em 2025 para valores mais próximos do histórico recente. A taxa de absentismo em 2025 situou-se em cerca de 5,02%.



Verificou-se um maior número de acidentes de trabalho em 2025, tendo, por conseguinte, aumentado o número de acidentes de trabalho com incapacidade temporária, verificando-se, assim, o aumento da taxa de frequência dos acidentes e evolução da taxa de gravidade, que representa a relação entre os dias perdidos e o número de horas trabalhadas.

Não obstante, e apesar da tipologia dos acidentes ocorridos não serem enquadráveis em acidentes graves, contribui maioritariamente, para estes dados, nomeadamente para o número, frequência e taxa de gravidade, a idade dos trabalhadores/as, em particular com funções mais operacionais (por natureza, de maior exigência física), sendo que, de acordo com os dados acima e para o universo dos 137 trabalhadores/as (face aos 125 a 31.12.2024), cerca de 40% situa-se na faixa etária dos 45 aos 54 anos e cerca de 20% acima dos 55 anos.



Manteve-se, ainda assim, uma ação concertada da área de sustentabilidade e da área de recursos humanos no domínio da segurança e da medicina no trabalho, com a promoção de campanhas junto dos trabalhadores/as através dos vários meios de comunicação internos e de ações de formação e sensibilização no terreno, onde as preocupações vão além do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, designadamente no acompanhamento e através das campanhas de vacinação.

4 O Negócio

4.1 Introdução

A SIMARSUI é uma Empresa multimunicipal e é responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime exclusivo e por um prazo de 30 anos.

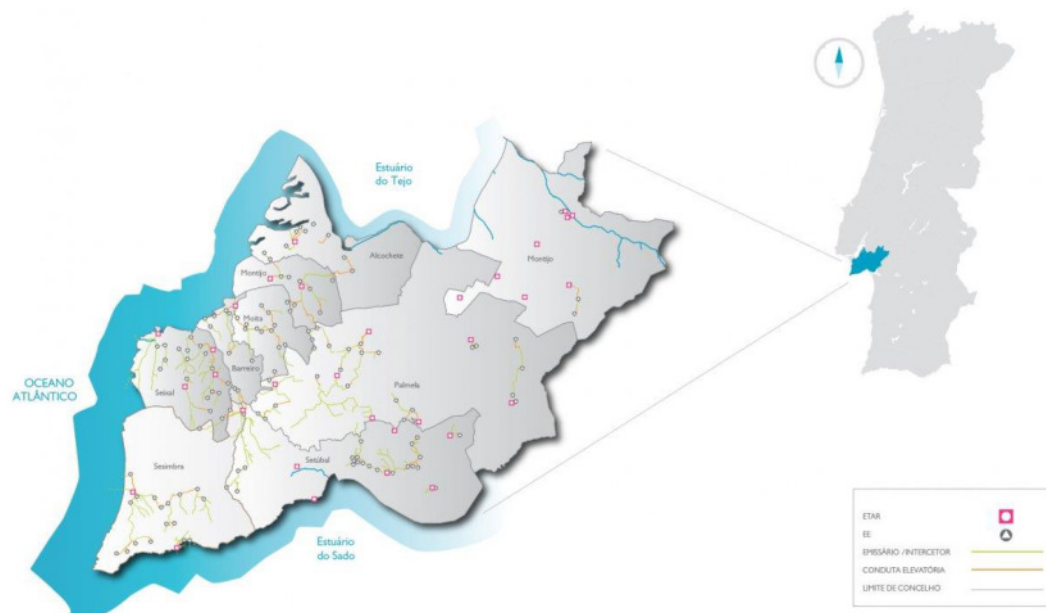
O sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal compreende a exploração e a gestão da recolha, do tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente.

A SIMARSUI rege-se pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e pelos seus Estatutos, anexos a esse diploma, tendo os referidos Estatutos da Sociedade sido objeto de atualização por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, na sua reunião de 17 de junho de 2020, que aprovou a sua alteração.

4.2 Saneamento em “alta”

Estima-se em cerca de 637 mil habitantes¹³ a população atualmente residente nos 8 municípios abrangidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal), estando atualmente a ser servida a população de todos os Municípios.

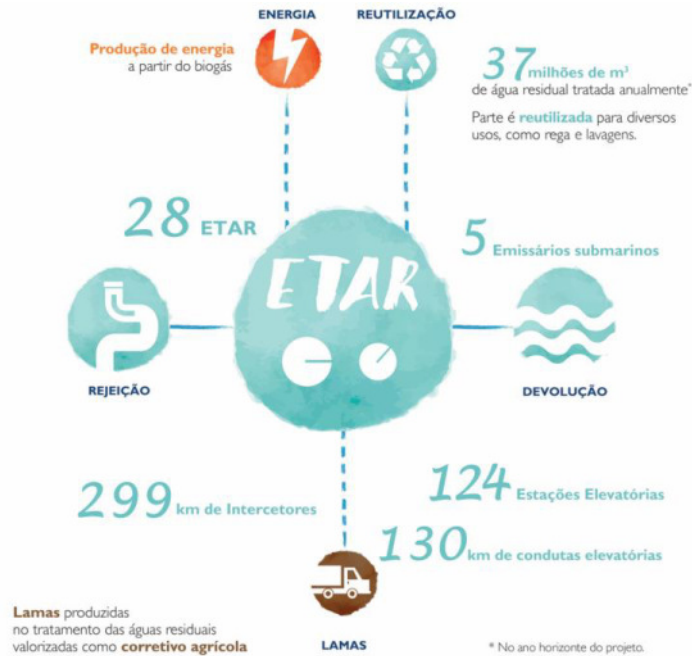
A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade de recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e urbanos.



¹³Atualizado de acordo com os Censos de 2021.

Cabe à SIMARSUL receber, em pontos de entrega concretos, as águas residuais urbanas recolhidas pelos Municípios nas suas redes em "baixa", sendo estes responsáveis pela gestão destas redes, bem como das redes de drenagem pluviais que servem as populações.

Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão da Empresa, no horizonte da concessão, no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração:



Na sequência do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, que altera o Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho que define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, a produção de água para reutilização obtida a partir do tratamento de efluentes, bem como a sua disponibilização, passou a constituir também uma atividade principal.

A atividade da concessão atribuída à SIMARSUL pelo Estado Português compreende, em regime exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

A conceção, construção, instalação, aquisição ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao contrato de concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;

A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, instalação e extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição;

A conservação, reparação, renovação, manutenção, adaptação e melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos referidos anteriormente, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público, de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários legalmente em vigor;

O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios receptores em que os mesmos são descarregados;

A identificação de oportunidades de expansão da atividade.

4.3 Outros Negócios

De entre as atividades desenvolvidas classificadas como outros negócios, destacam-se a recolha e tratamento de efluentes a clientes particulares e industriais.

4.4 Atividade Operacional

4.4.1 Operação

ÂMBITO

A operação das infraestruturas que integram o sistema multimunicipal é assegurada pela Direção de Operação (DOP), que garante o seu adequado funcionamento, incluindo a realização de um conjunto de intervenções de manutenção preventiva de 1º nível e a realização de parâmetros analíticos necessários ao controlo do processo de tratamento. No exercício das suas atividades inclui-se ainda:

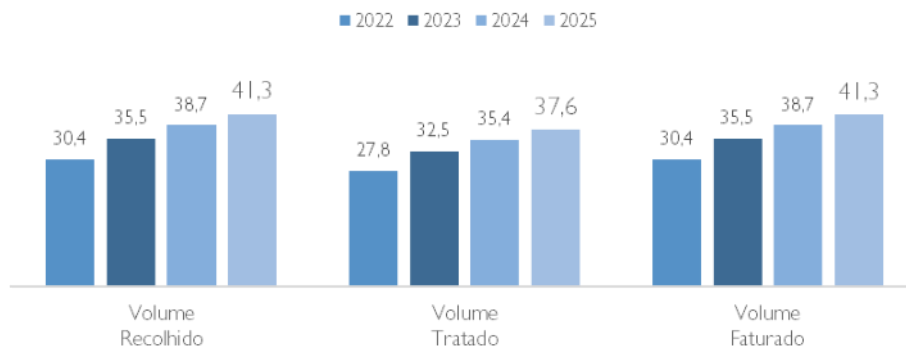
- a) A gestão de clientes diretos e respetivo acompanhamento das condições contratuais – atualização das tarifas, valores de caução, qualidade dos efluentes descarregados, análise do autocontrolo exigido na autorização de descarga;
- b) A gestão dos processos de licenciamento das descargas de águas residuais junto das entidades competentes;
- c) O acompanhamento das ligações físicas ao sistema requeridas pelos municípios;
- d) A gestão de pedidos de ligação de clientes diretos que inclui a análise da viabilidade da ligação, o cálculo das tarifas a aplicar e a instrução do processo junto do Concedente;
- e) A análise e acompanhamento das reclamações de serviço;
- f) A articulação com as entidades potencialmente interessadas no fornecimento de águas para reutilização (ApR), enquadrando os estudos de ordem técnica e económico-financeira necessários para estimar a viabilidade e capacidade do sistema com base nos pressupostos definidos nos respetivos pedidos de ApR.

CAUDAIS RECOLHIDOS, TRATADOS E FATURADOS

No exercício de 2025, a Empresa atingiu um valor recorde em matéria de caudais recolhidos, cifrando-se estes em 41,3 milhões de m³ de caudal recolhido. Do total de efluente recolhido, 37,6 milhões de m³ são tratados em FTAR exploradas e geridas pela empresa e o remanescente tratado na FTAR da Quinta da Bomba, gerida pelos SMAS de

Almada, nos termos estabelecidos no protocolo de exploração, celebrado entre os SMAS de Almada, o município do Seixal e a SIMARSUL.

Evolução do do volume de água residual (Milhões de m³)



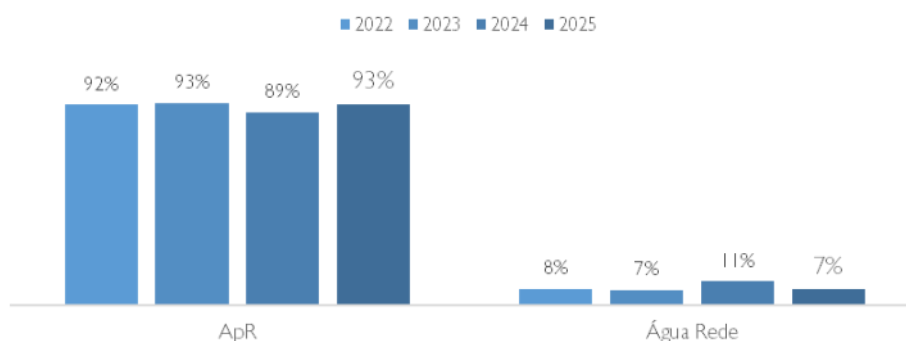
ÁGUA PARA REUTILIZAÇÃO

Muito ciente do impacto do aumento de frequência e intensidade dos fenómenos associados às alterações climáticas, designadamente a escassez de água e as secas, a Empresa continua fortemente comprometida com a prioridade da política pública de produção e fornecimento de Água para Reutilização (ApR) como atividade principal.

O domínio da produção de Água para Reutilização (ApR) tem sofrido importantes avanços, desde logo com a aprovação do respetivo regime jurídico através do Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, estabelecendo o quadro normativo de âmbito geral para que as águas residuais tratadas possam ser reutilizadas, sempre que tal seja possível ou adequado, apostando numa estratégia de promoção da reutilização de água para diminuir a pressão sobre os recursos hídricos, o que implica a definição do seu enquadramento regulatório.

A nível interno, a utilização generalizada de Água para Reutilização (ApR) nas atividades diárias de exploração das infraestruturas continua a constituir um exemplo para a Sociedade e para as Comunidades servidas. A elevada preponderância nos usos totais continua a constituir uma marca, em linha com os compromissos de sustentabilidade da SIMARSUL, sendo patente na figura seguinte a economia de água potável que resulta desta estratégia.

Origem de água utilizada nas ETAR



Em 2025 a procura de utilização de água reutilizada foi reduzida, tendo ficado as manifestações de interesse limitadas aos municípios e a projetos de empreendimentos turísticos, para rega de campos de golfe. Para a promoção e

concretização desta procura torna-se essencial criar condições legais e regulamentares sólidas e funcionais, que permitam incrementar a componente da procura por parte dos potenciais interessados.

É neste contexto que a SIMARSUI tem respondido às manifestações de interesse que surgem e acompanhado com especial atenção soluções associadas a projetos industriais de interesse nacional no concelho de Setúbal e noutras partes do território, dada a oportunidade de capitalizar a aposta feita de instalação de uma rede de distribuição de ApR desde as primeiras empreitadas executadas, provavelmente a maior do País.

Em termos concretos, presentemente existe apenas um projeto de investimento privado com potencial para utilização de ApR com maturidade elevada, estando a SIMARSUI a acompanhar e apoiar tecnicamente o promotor no desenvolvimento do projeto para a instalação complementar de tratamento que se afigura necessário construir.

QUALIDADE DA ÁGUA RESIDUAL REJEITADA E DAS LAMAS PRODUZIDAS

No presente ano, a SIMARSUI assegurou o processamento do maior volume poluente da sua história, assegurando o tratamento de 37,6 milhões de m³ de águas residuais. No entanto, o seu indicador de desempenho ambiental "Cumprimento da Licença de Descarga" foi afetado, tendo ficado limitado ao valor de 70,16 %.

A descida deste indicador não implica que os níveis de tratamento globais no ano de 2025 desceram significativamente, mas indicia a ocorrência de situações pontuais de incumprimento, limitadas em termos físicos e temporais, e mesmo em termos do próprio indicador, pois quase sempre o que se verifica é o incumprimento de um dos muitos parâmetros monitorizados.

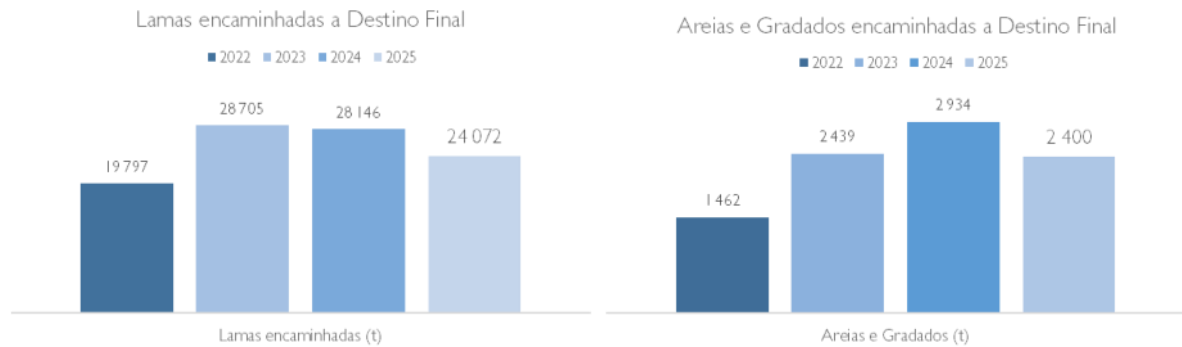
De facto, excetuando a realização de uma intervenção significativa numa FTAR, que obrigou à paragem de muitas das suas etapas de tratamento, as restantes situações estão essencialmente associadas ao desempenho das etapas de desinfecção do efluente final, pela elevada sensibilidade dos sistemas baseados em radiação UV e as limitações associadas à monitorização de indicadores microbiológicos. Outras situações decorreram de problemas de funcionamento de equipamentos críticos, que foram resolvidos com prontidão, ou de afluências indevidas com impacto no desempenho das instalações.

A análise realizada às origens dos problemas observados reforçou a necessidade já identificada de ser melhorada a capacidade de execução da manutenção preventiva e a realização de investimento de substituição crítico para garantia da operacionalidade das instalações, e que se traduziu num plano de ação que está refletido no FVFF do Contrato de Concessão a ser entregue à FRSAR e no próprio PAO 2026/2029.

No laboratório da SIMARSUI foram realizados, em 2025, mais de 21.549 ensaios analíticos, incluindo ensaios físicos, químicos e biológicos, no que se refere ao controlo da qualidade dos processos de tratamento da água residual – fase líquida e sólida. Ao nível do laboratório releva-se também a realização de dois estágios, com duração de 720 e 640 horas, respetivamente, em colaboração com Instituto Politécnico de Setúbal e com o Instituto Politécnico do Barreiro.

GESTÃO DE LAMAS E RESÍDUOS

A evolução do encaminhamento de lamas a destino final, bem como de areias e gradados, evidencia uma diminuição em 2025 e uma aproximação aos valores registados em 2023, o primeiro ano em que as infraestruturas de Setúbal funcionaram sob gestão da SIMARSUL, conforme ilustrado na figura seguinte.



OUTRAS ATIVIDADES A DESTACAR

No corrente exercício, merece ainda destaque o desenvolvimento das seguintes atividades:

- A participação ativa no Comité Especializado de Operação do Saneamento do Grupo Águas de Portugal, vocacionado para conferir maior eficácia na implementação de normas transversais, na fluidez dos processos de comunicação, no estudo de propostas de integração de processos/funções e no aprofundamento da partilha de boas práticas nas Empresas do Grupo Águas de Portugal.
- Elaboração de um processo de diagnóstico e identificação de pontos de melhoria na estrutura da DOP, enquadrado com a ferramenta de telegestão e a necessidade de desmaterialização do papel, com o objetivo de planear a operacionalização do Centro de Comando e adotar uma gestão das equipas de operação mais orientada para resultados, através da reavaliação de rotinas de operação e respetivas frequências e potenciais sinergias entre centros operacionais.
- Continuação do processo de operacionalização do Centro de Comando, assente no sistema de telegestão, o qual pretende ser estruturante na gestão das equipas e operacionalidade dos sistemas e alcançar uma melhoria significativa da qualidade do serviço prestado pela SIMARSUL.
- Na atividade do laboratório destaca-se a participação nos Ensaios de Comparação Interlaboratorial promovidos pela RFI ACREF, alcançando um desempenho de 100% nas duas distribuições realizadas em 2025, envolvendo a avaliação de 10 parâmetros analíticos em cada distribuição.
- A área do laboratório desenvolveu um plano de formação interno, relativo à amostragem e colheita de amostras em águas residuais e subprodutos, a ministrar em 2026, com vista a sensibilizar as equipas de operação no desempenho desta atividade e promover a fiabilidade dos resultados, usados em diversa informação relevante para a empresa.

- “Elaboração de uma estratégia de Controlo de Afluências Indevidas, com o intuito de criar uma metodologia que permita primariamente aumentar o nível de conhecimento a este nível e em segundo permitir a mitigação dos fenómenos associados.”

4.4.2 Infraestruturas

ÂMBITO

As infraestruturas de transporte e tratamento de águas residuais e os equipamentos que as integram estão constantemente sujeitas a fenómenos que conduzem à sua rápida degradação, tendo em conta as condições agressivas em que operam. De facto, para além do contacto permanente com os constituintes próprios das águas residuais domésticas e dos gases que resultam dos processos operativos, os órgãos e equipamentos estão ainda sujeitos a afluências indevidas, as quais arrastam materiais diversos (pau, pedras, arcias etc.), causadores de avarias, entupimentos e danos físicos. Esta combinação de fatores condiciona a vida útil dos ativos, e implica um drástico aumento das intervenções de manutenção corretiva, preventiva e de reabilitação.

A Direção de Infraestruturas, que integra os Departamentos de Engenharia e Manutenção e as funções Gestão de Ativos e Gestão de Energia, tem vindo a materializar a estratégia desenvolvida para contrariar esta tendência. A abordagem adotada pela SIMARSUI, assente numa metodologia de avaliação sistemática das infraestruturas e na sua integração num modelo estruturado de priorização de investimentos, visa assegurar uma gestão de ativos sustentável, resiliente e economicamente equilibrada.

A focalização na criticidade e no risco permite otimizar recursos, acelerar o conhecimento do estado de todas as infraestruturas e promover decisões de manutenção e investimento mais eficientes e financeiramente responsáveis, contribuindo para a operacionalidade e sustentabilidade económica e financeira do serviço e para a robustez do Sistema, no curto, médio e longo prazo.

INVESTIMENTO

Em 2025 foi dada continuidade à execução do plano de investimentos, através de ações prioritizadas, maioritariamente de substituição e, ainda, de construção de novas infraestruturas tendo por base os levantamentos assegurados no âmbito das inspeções para avaliação da aptidão funcional das infraestruturas e análises especializadas de problemas ao nível da capacidade operacional de FTAR.

Quer na preparação, quer na execução das empreitadas continua a registar-se um conjunto de constrangimentos, que aqui se destacam pela sua pertinência, os quais incluem o aumento das exigências e do tempo associado aos processuais e legais exigidos, o evidente decréscimo da capacidade de resposta do mercado desde a vertente de Projeto até à execução da obra, bem como uma variabilidade atípica nos preços, observada desde a pandemia e atualmente associada à guerra na Ucrânia e outros fatores conhecidos nos contextos geoeconómico e geopolítico.

O valor do investimento executado em 2025 é de 3,40 milhões de euros, tendo vindo a ser sempre superior ao considerado no FVFF vigente.



No âmbito das empreitadas realizadas em 2025, apresentadas no quadro seguinte, destaca-se a conclusão do Sistema Elevatório do Alto das Vinhas que assegurou o completamento do subsistema Lagoa/Meco, aumentando assim o número de alojamentos abrangidos pela SIMARSUL.

Empreitadas em Execução em 2025	Valor de Adjudicação	Subsistema
Empreitada de Execução para Conclusão dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema da Quinta do Conde - Fase I - Alto das Vinhas	564	Quinta do Conde
Empreitada de Execução da Remoção do Emissor da Atalaia (Subsistema do Afonsoeiro) - Fase 2	669	Afonsoeiro
Empreitada de Reabilitação no âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da FTAR Forno Ferro	849	Forno Ferro
Empreitada para Substituição do Sistema de Arçamento da Vala de Oxidação, substituição do Circuito de Escoamentos e Beneficções Gerais da FTAR do Pinhal Novo	0,3	Pinhal Novo
Empreitada para Substituição dos Sistemas de Almas da FTAR Quinta da Bomba Protocolo SIMAS Almaca	48 (-50%)	Quinta da Bomba
Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Fancuciro - Fase I	770	Quinta da Bomba
Empreitada de Execução dos Trabalhos para Finalização de Obras no Subsistema do Lagoa/Meco - Fase	45	Lagoa/Meco
Empreitada para Reabilitação do Interceptor da Amora	578	Seixal
Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Racia A	990	Quinta da Bomba
Total	5 676	

No ano de 2025, foram desenvolvidos e/ou iniciados os seguintes projetos para a execução das respetivas empreitadas:

Projetos em execução em 2025	Valor	Subsistema
Empreitada de Construção do Sistema de Drenagem e Elevatório da Lançada	650	Afonsoeiro
Empreitada de Construção do Sistema de Drenagem e Elevatório da Baixa do Palmela	957	Setúbal
Empreitada de reabilitação do FM Palmela Norte	500	Lagoa Nova
Empreitada de Execução de Medidas Corretivas e Reabilitação das FF do Porto da Raposa (incluindo implementação de by-pass) e FF da Medicçira	100	Seixal
Empreitada de execução do Sistema Elevatório de Santo Ovídeo e Faralhão	100	Setúbal

Projetos em execução em 2025	Valor	em milhares de euros Subsistema
Empreitada de Reabilitação da FTAR Setúbal	7 000	Setúba
Empreitada de Reabilitação da FF I Termoclétrica	762	Setúba
Empreitada de Reabilitação da FF Praias do Sado e FF Bonfim (Subsistema Setúba)	2 100	Setúba
Empreitada de substituição do sistema de desidratação da FTAR de Sesimbra e dos Sítios de Lamas	150	Sesimbra
Empreitada de Reabilitação das FTAR de Alcochete, Afonsoeiro, Sexaíinho	4 000	Alcochete, Afonsoeiro, Sexaíinho
Empreitada de Execução da Reabilitação de Infraestruturas de Elevação dos subsistemas de Alcochete (FF Rossio e FF Hortas), Barreiro-Moita (FF Pais), Pinhal Novo (FF Pinhal Novo), Seixal (FF Seixal), Sexaíinho (FF Praia) e Gradagem da FTAR QTC	2 000	Alcochete, Barreiro-Moita, Pinhal Novo, Seixal, Sexaíinho, Quinta do Conde
Total	31 314	

No que se refere ao projeto em execução para a reabilitação da FTAR Setúbal, tornou-se essencial a contratação adicional de uma Consultoria Técnica para efetuar os levantamentos locais na FTAR dos quadros elétricos e definição da solução de automação e desenvolvimento do Projeto Base, para integrar a Fase I, prioritária, da empreitada de conceção/construção da reabilitação da FTAR Setúbal.

Com o intuito de acelerar as intervenções de reabilitação dos seus ativos, a SIMARSUI está, em conjunto com a AdP Valor, a desenvolver e testar uma metodologia de inspeção e reabilitação de infraestruturas, para o registo digital das anomalias, através do seu mapeamento nas telas finais e também com levantamento em "Sitewalk". A abordagem visa identificar e tipificar patologias, respetivas causas, intervenções e custos associados, no âmbito da metodologia em desenvolvimento para a priorização das ações de reabilitação. O teste está a ser efetuado nas FTAR do Seixalinho, Afonsoeiro e Alcochete.

No âmbito da economia circular e do desenvolvimento do Plano C Valor, ficou concluído o programa preliminar para a contratação da "Empreitada de Conceção-Construção de Unidade de Valorização de Lamas de Depuração - Central de Compostagem de Lamas da SIMARSUI", com valor de investimento previsto de 8,7 milhões de euros, a qual irá permitir tratar as lamas produzidas em todas as FTAR da SIMARSUI, incluindo Setúbal.

No âmbito da neutralidade energética e do desenvolvimento do Plano ZERO, foi lançado o procedimento para contratação da "Empreitada de Conceção-Construção de Unidades de Produção de Energia Elétrica de Fonte Fotovoltaica da SIMARSUI" com um preço base de 0,85 milhões de euros, e que irá ser implementado nas FTAR do Barreiro/Moita e da Quinta do Conde.

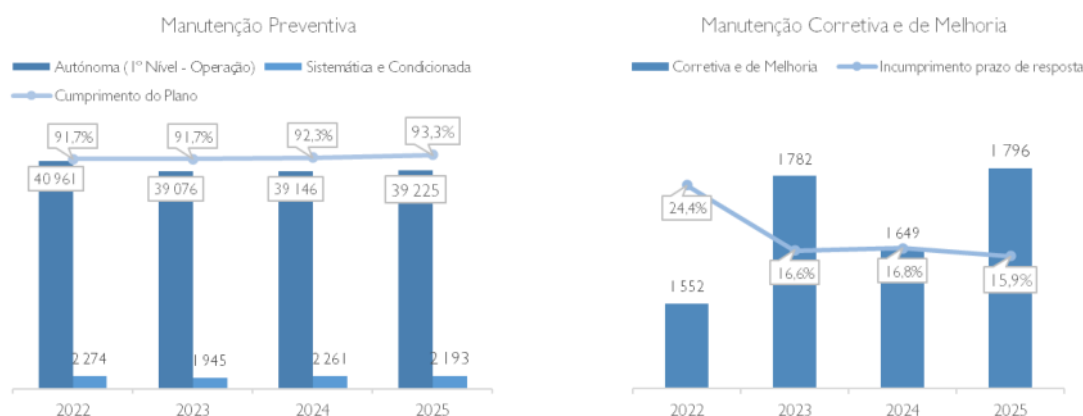
Em 2025 concluiu-se a revisão quinquenal do FVFF anexo ao Contrato de Concessão, o qual considera o desenvolvimento de projetos e a concretização de novos investimentos de construção e reabilitação de infraestruturas, o desenvolvimento da nova atividade principal de produção de Água para Reutilização (ApR) e os compromissos de neutralidade energética e economia circular, bem como de redução dos gases com efeito de estufa (GEE) e a expansão da digitalização.

MANUTENÇÃO

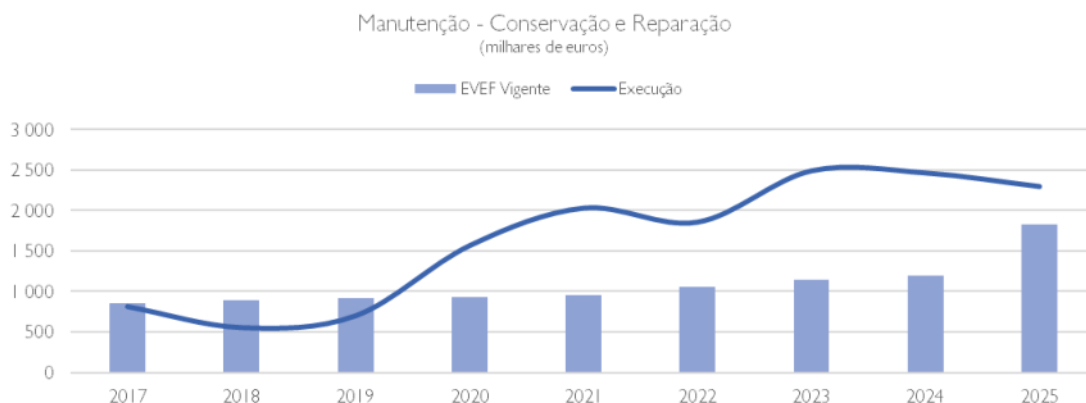
Relativamente à Manutenção, destacam-se, em 2025, as seguintes ações integradas na estratégia em curso para a recuperação do passivo de manutenção e conservação que se regista:

- Integração de equipas de 'outsourcing', de forma a eliminar a externalização de atividades críticas para a empresa e assegurar uma melhor gestão dos recursos humanos e materiais, o que foi concretizado a partir de agosto de 2025, e implicou uma reorganização funcional interna significativa;
- Digitalização do processo de emissão e registo de ordens de trabalho, eliminando as etapas físicas (papel) e assegurando a gestão informática de todo o processo, em mobilidade, mediante uma gestão integrada no FRP SAP da empresa, da gestão da Manutenção e Ativos, incluindo o desenvolvimento da app SAP SAM – Service and Asset Manager, em articulação com a Direção de Sistemas de Informação (DSI) da AdP SGPS, que entrou em produtivo em novembro de 2025, de forma a garantir a agilização e simplificação ao máximo das ações e registos que a nível operacional serão realizadas pelos trabalhadores/as internos e externos, através de dispositivos móveis, naquele Sistema, com o objetivo de melhorar a qualidade da informação, a produtividade e o controlo logístico da atividade.
- Aumento do leque de contratação de serviços especializados, autonomizados - por não se afigurar economicamente viável a sua realização por via de recursos internos - a entidades externas detentoras do conhecimento e equipamento necessários para o efeito, recorrendo a contratos juridicamente robustos e temporalmente adequados, de forma a garantir a manutenção de classes de equipamentos específicos (centrífugas, geradores de emergência, AVAC, instrumentação, entre outros).

No âmbito da atividade desenvolvida, registam-se, a seguir, as intervenções preventivas e corretivas realizadas no Sistema, internas e externas, considerando as diversas especialidades envolvidas:



Os gastos em conservação e reparação (substituição) que decorrem da atividade de Manutenção no Sistema continuam a demonstrar o esforço que tem vindo a ser prosseguido para assegurar a sua operacionalidade, ultrapassando as previsões constantes no FVFF atual.



OUTRAS ATIVIDADES A DESTACAR

No âmbito da digitalização de serviços, ressalva-se a participação da SIMARSUI no Grupo de Trabalho BIM (*Building Information Modeling*) da AdP que apresentou no final do ano o “Relatório de Progresso BIM *Implementation Plan* (BIP) no Grupo AdP”, tendo já sido elaborada documentação técnica transversal, implementação de ações de capacitação e primeiros passos na preparação de projetos piloto associados à futura visão de *Digital Twin*.

A SIMARSUI efetuou o levantamento cadastral de infraestruturas com recurso a nuvens de pontos e modelos tridimensionais, nomeadamente na FF Rossio, FF Praia e FTAR de Setúbal, e encontra-se já a desenvolver alguns projetos com a metodologia BIM, tendo sido efetuada uma apresentação no FNFG2025, no âmbito do tema “Legados para o Futuro: Design e Inovação no Setor da Água”, referente aos “Projetos de Reabilitação e Beneficiações de infraestruturas de saneamento – Estações Elevatórias Rossio e Praia”;

Foi dada continuidade ao apoio à área Sistemas e Tecnologias de Informação (STI) na manutenção e desenvolvimento do Sistema de Telegestão.

GESTÃO DE ENERGIA

O PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE ENERGIA DA SIMARSUI

O Plano Estratégico de Gestão de Energia da SIMARSUI é instrumento orientador da SIMARSUI na utilização e produção de energia, de acordo com as políticas internas, os objetivos estratégicos definidos e as normas e os regulamentos aplicáveis. Em 2025, concluiu-se a versão final a submeter à apreciação do órgão deliberativo da SIMARSUI.

O consumo de energia elétrica é inerente à atividade da SIMARSUI, representando uma componente significativa dos custos e tendo, por isso, impacto direto nas tarifas dos serviços de tratamento de águas residuais e/ou no equilíbrio económico-financeiro da concessão.

O Grupo Águas de Portugal apresenta um longo percurso neste domínio, de importância crescente, tendo este assumido, nos últimos anos, o carácter de prioridade estratégica, traduzido no estabelecimento da meta de neutralidade em 2030, a alcançar através do Programa ZFRO, focado na redução dos consumos energéticos e no aumento da produção própria de energia 100% renovável.

Em 2025 foi dado mais um passo na implementação do Programa ZFRO, com o lançamento do concurso da empreitada de construção de unidades de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica, referente ao Programa SOLAR III, do Programa de Neutralidade Energética da SIMARSUL, na FTAR Barreiro/Moita e na FTAR Quinta do Conde, infraestruturas com elevado potencial para autoconsumo.

Este projeto será um marco importante na SIMARSUL, demonstrando o seu compromisso com a sustentabilidade do grupo AdP.

Em complemento ao projeto SOLAR III, a SIMARSUL tem vindo a concretizar este programa de Neutralidade, através do desenvolvimento das seguintes medidas:

- Estabilização da produção de energia a partir de recursos disponíveis nas suas instalações, nomeadamente o biogás produzido nas FTAR Barreiro/Moita, FTAR Quinta do Conde e FTAR Seixal;
- Implementação de procedimentos de eficiência energética e de substituição de equipamentos dos processos operativos por equipamentos energeticamente mais eficientes;
- Arranque do processo de implementação efetiva da norma NP EN ISO 50001:2018, de forma a garantir a sua inclusão no Sistema de Gestão Integrado (SGI) da SIMARSUL.

A implementação do Programa ZFRO na SIMARSUL pressupõe a realização de um investimento global estimado em cerca de 6,4 milhões de euros, a executar em dois ciclos de investimento. Este esforço financeiro encontra-se associado à concretização de um conjunto de ações estruturantes orientadas para a redução da dependência energética externa e para a melhoria do desempenho económico-energético da empresa.

Do ponto de vista económico, o investimento permitirá a geração de poupanças relevantes através da diminuição dos custos com a aquisição de energia elétrica à rede, traduzindo-se em custos evitados estimados em aproximadamente 16,4 milhões de euros ao longo do horizonte da concessão.

Paralelamente, o Programa viabiliza a criação de fluxos de receita adicionais decorrentes da valorização do excedente de energia elétrica produzida, nomeadamente através da sua comercialização no âmbito de uma eventual Comunidade de Energias Renováveis (CFR), com destino a outras Empresas do Grupo, a parceiros aderentes ou, alternativamente, à rede elétrica nacional. Estas receitas são estimadas em cerca de 2,4 milhões de euros até ao final da concessão, contribuindo de forma positiva para o retorno global do investimento e para a sustentabilidade económico-financeira do Programa.

ATIVIDADE

Em 2025, e em articulação com a AdP Energias, foi dada continuidade a um conjunto de iniciativas, destacando-se as seguintes:

- Obtenção junto da E-Redes do licenciamento da FTAR da Quinta do Conde referente ao "*Projeto para certificação da instalação de produção de energia elétrica para autoconsumo (UPAC) e ligação à Rede Elétrica de Serviço Público (RFSP)*", visando maximizar a produção de energia através da cogeração, atualmente apenas destinada a autoconsumo;
- Devolução das centrais de microprodução da FF 71 Cascalheira (Subsistema Pinhal Novo) e da FF Saldanha (Subsistema Seixalinho), ambas UPACs e das centrais de microprodução da FF Samouco e FTAR Cucena, à AdP Energias, uma vez findados os 15 anos contratualizados. O contrato de venda de energia da

microprodução da FTAR Cucena, findou em novembro de 2025, tendo sido iniciado o estudo para a sua conversão em UPAC;

- A disponibilização de uma plataforma eletrónica com atualização semanal dos consumos e produção de energia;
- Análise das auditorias energéticas externas, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 68-V/2015, efetuadas nas FTAR de Cucena, da ZI Autoeuropa e FF Fonte da Prata;
- Lançamento do concurso de instalação de baterias de condensadores para controlo de energia reativa, otimizando a qualidade da energia na instalação, bem como minimizando o custo energético da instalação.

Mais se destacam as seguintes atividades, desenvolvidas internamente:

- A realização de auditorias energéticas, no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE), com a submissão e posterior aprovação dos respetivos Planos de Racionalização do Consumo de Energia (PRFn), às duas infraestruturas com consumo superior a 500 Tep, a FTAR do Barreiro/Moita e a FTAR de Setúbal. Em 2025, foi entregue à Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), o Relatório de Execução e Progresso (REP) do biênio 23/24, da FTAR Setúbal, e prestou-se esclarecimentos à DGEG, do REP de 2021 da FTAR Barreiro/Moita.
- A prossecução da interação com as agências de energia locais, nomeadamente, a S. Energia – Agência Regional de Energia para os Concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo e a AMFSFIXAI - Agência Municipal de Energia do Seixal, onde a SIMARSUL integra as respetivas Assembleias Gerais.
- Início da ligação à Agência de Energia e Ambiente da Arrábida – FNA, com envolvimento e participação no Projeto AGII F, através do Teste de Stress e na 2ª Reunião Arrábida Zero Emissões;
- Apoio na apreciação e análise dos elementos referentes ao procedimento aquisitivo, respeitante ao desenvolvimento do projeto de eletricidade para a instalação de postos de carregamento de viaturas elétricas.

FROTA

A SIMARSUL renovou a sua classificação no MOVF+, o sistema nacional de avaliação do desempenho energético das práticas de mobilidade das empresas e das suas frotas, desenvolvido pela ADFNE – Agência para a Energia, reforçando o seu compromisso com uma mobilidade cada vez mais eficiente e sustentável. O MOVF+ avalia o desempenho das frotas (MVF+ Frotas) e as práticas de mobilidade das organizações (MVF+ Empresas), permitindo identificar oportunidades de redução de consumos, otimização de custos e diminuição dos impactos ambientais associados à mobilidade corporativa.

O certificado MOVF+ atribuído à SIMARSUL, válido até 08/12/2026, traduz um desempenho sólido e consistente em áreas fundamentais como o consumo específico de energia, as emissões de CO₂, a gestão de condutores, a manutenção preventiva e a monitorização dos consumos da frota. Entre os principais indicadores destacam-se:

- Consumo específico médio: 36,0 gcp/km
- Emissões médias: 131,6 g CO₂/km

A apreciação geral do MOVF+ evidencia a elevada qualidade do modelo de gestão de frota da SIMARSUL, reconhecendo a maturidade do sistema, o foco contínuo na melhoria contínua.

O reconhecimento obtido através do MOVF+ reforça o compromisso da SIMARSUL com a mobilidade sustentável, contribuindo para a redução de emissões, a melhoria da eficiência operacional e o avanço dos objetivos de descarbonização da empresa e do Grupo AdP.

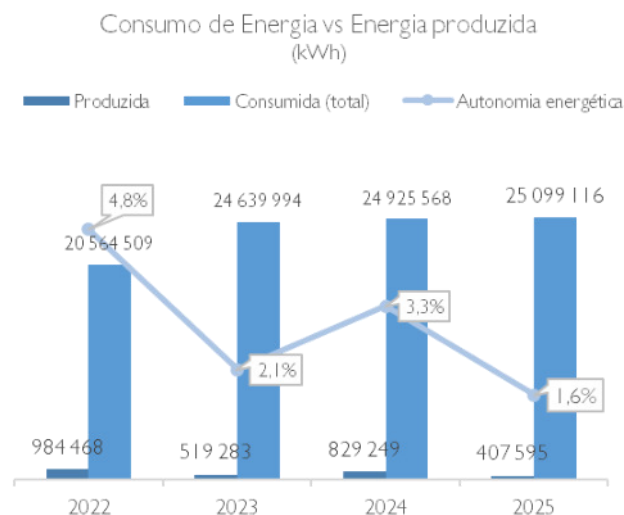
Atualmente a frota da SIMARSUL é composta por 10 viaturas 100% elétricas (ou 6 se considerarmos à data de 31/12/2025), de um total de 52 viaturas.

Mantém-se a aposta no reforço, ao longo dos próximos anos, da descarbonização da frota automóvel, no processo de renovação da mesma, nas empresas do Grupo AdP – processo integrado no Programa de Neutralidade Energética, com vista à implementação de uma Frota Verde visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas. Estando prevista a instalação de 28 novos postos de carregamento de viaturas elétricas, totalizando um investimento de cerca de 200.000 €.

CONSUMO DE ENERGIA

A SIMARSUL acompanha o consumo energético de 77 infraestruturas abastecidas em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTF), através do acesso aos diagramas de carga do dia anterior, disponível na ferramenta usada para o tratamento e análise de dados, PowerBI. No caso dos consumos em Baixa Tensão Normal (BTN) é rececionada a telecontagem de 61 códigos de pontos de entrega (CPF), dum total de 63 CPF, aguardando-se a conclusão do roadmap de conversão.

A evolução ao longo de 2º semestre de 2025 estará essencialmente associada à evolução dos preços unitários de energia, devido a um novo contrato de fornecimento de energia em MT e BTF, celebrado pelo Grupo Águas de Portugal, com um incremento considerável no preço da energia na ordem dos 22%.



Em relação à produção de energia a partir do biogás, verificou-se um decréscimo em 2025, que se deve, essencialmente, à interrupção da cogeração na FTAR Seixal (desde março) traduzindo-se numa quebra de 85% (face ao ano 2024) e à irregularidade do funcionamento da cogeração na FTAR Barreiro/Moita, que representa uma descida 49%, face ao período homólogo. A FTAR Sesimbra deixou de produzir em out/24, verificando-se não ser economicamente viável manter o sistema operacional. Em sentido oposto, a FTAR Quinta do Conde, incrementou em 56% a produção de energia.

Convém registar que a produção de biogás nas instalações da SIMARSUI é afetada por fatores externos, designadamente a persistência de afluições indevidas, com impacto na condutividade, tendo havido também situações decorrentes de avarias de equipamentos com impactos significativos na produção de biogás e sua queima.

4.4.3 Gestão de Ativos

Em 2025, o Comité de Gestão de Ativos (CGA) da SIMARSUI manteve o seu papel enquanto grupo pluridisciplinar responsável pelo acompanhamento da implementação das atividades de Gestão de Ativos, promovendo a consolidação dos processos estruturantes associados aos indicadores, critérios de monitorização e priorização de ações. O trabalho desenvolvido permitiu reforçar o planeamento, a monitorização e a otimização contínua do ciclo de gestão dos ativos, contribuindo para uma maior maturidade do modelo adotado.

No âmbito da melhoria contínua da informação patrimonial, a SIMARSUI iniciou uma prestação de serviços especializada dedicada ao levantamento físico, no terreno, das infraestruturas em falta, designadamente do Concelho de Setúbal, integradas em dezembro de 2022, destinada a confirmar a existência e o estado dos equipamentos e a garantir a correspondência rigorosa com os registos existentes no Sistema de Informação SAP PM.

Em paralelo, prosseguiu-se a etiquetagem das Localizações Operacionais nas infraestruturas, assegurando uma identificação uniforme e fiável dos ativos. Este trabalho, desenvolvido em estreita colaboração com as equipas de Operação e de Manutenção, reforça a precisão e consistência dos dados e consolida um inventário mais completo, rigoroso e robusto, alinhado com o compromisso da empresa com a eficiência, a melhoria contínua e a excelência operacional.

Também o Sistema de Informação Geográfico (SIG) foi alvo de melhorias significativas, nomeadamente através da atualização sistemática dos dados provenientes de empreitadas e da uniformização dos respetivos atributos, reforçando a consistência e fiabilidade da informação geográfica. Paralelamente, foi desenvolvida uma nova versão do WebSIG, com funcionalidades de pesquisa mais avançadas e maior acessibilidade para os utilizadores. Adicionalmente, foi preparada a componente de mobilidade, que permitirá futuramente a consulta e anotação de informação diretamente em ambiente de campo, reforçando a proximidade operacional e a integração dos registos quando as atividades decorrem.

Proseguiu-se, igualmente, na execução do Plano Quinquenal de Avaliação Funcional de Infraestruturas, com visitas técnicas realizadas entre 13 de maio e 8 de junho a diversos subsistemas, abrangendo um conjunto significativo de FTAR e Estações Elevatórias. Estas ações permitem monitorizar a condição dos ativos, garantir o cumprimento das obrigações contratuais e suportar o planeamento técnico, em alinhamento com a metodologia definida pela entidade reguladora (FRSAR).

Em junho e julho, decorreu a auditoria externa integrada aos Sistemas de Gestão Ambiental, Qualidade, Segurança e Saúde no Trabalho e Gestão de Ativos. No âmbito específico da gestão de ativos, esta segunda auditoria de acompanhamento evidenciou o bom desempenho global da SIMARSUI, tendo sido identificadas apenas duas oportunidades de melhoria, reforçando a robustez do SGA e a conformidade com os requisitos da norma ISO 55001.

A consolidação dos processos e a adoção progressiva do SAP FAM (*Enterprise Asset Management*), primeiro com a entrada em produtivo da app SAP SAM, contribuem, assim, para preparar a extensão futura da certificação a todos

os subsistemas, reforçando o compromisso da SIMARSUI com a melhoria contínua e a maturidade do seu Sistema de Gestão de Ativos.

4.5 Investigação e Desenvolvimento / Inovação

A promoção da Inovação na empresa está sustentada na visão estratégica da SIMARSUI, promovendo a valorização dos trabalhadores/as e dos seus clientes e acionistas, sendo objetivo inovar nas várias vertentes, ou seja, nos seus serviços e nos seus processos de gestão interna.

A atividade da SIMARSUI assenta na conceção, construção, operação e manutenção de infraestruturas de cariz tecnológico, pelo que se torna importante, não só o acompanhamento dos desenvolvimentos tecnológicos associados ao tratamento de águas residuais, mas também a procura contínua de otimização da gestão operacional, a integração de novos sistemas de informação e a gestão de energia.

Existe, assim, uma aposta clara no envolvimento de todos os trabalhadores/as como potencial génese de criação de inovação, através da geração de ideias que posteriormente são analisadas e capitalizadas em benefício da eficácia e da eficiência da SIMARSUI.

No decurso de 2025, a SIMARSUI esteve envolvida num conjunto de projetos tanto no papel de parceiro associado como no papel de empresa coordenadora. Salientamos que, ao longo de 2025, foi dada continuidade ao acompanhamento do projeto "TARGFT - *TerritoriAl strAtégY for watEr scarcity*", que tem como principal objetivo o desenvolvimento de modelos de planeamento para a gestão sustentável dos recursos hídricos e a prevenção de situações de crise relacionadas com a escassez de água, apresentando uma equipa multinacional e pluridisciplinar, num total de 20 parceiros, oriundos de França, Espanha e Portugal.

A SIMARSUI continuou, igualmente, em 2025, a colaboração com as Águas do Tejo Atlântico no projeto *Relife - A Energia Recirculável*, (financiado pelo concurso de inovação da AdP – INOVAPRO), tendo os trabalhos relativos a este projeto inovador avançado no decurso de 2025, e entregue o 2º relatório de gestão técnica e financeira do projeto.

Também no âmbito do INOVAPRO, arrancou em setembro de 2025 o projeto *AI_Control*, onde a SIMARSUI assume o projeto de empresa coordenadora, numa iniciativa colaborativa com as Águas do Centro Litoral e as Águas do Vale do Tejo. Por fim, também no âmbito do INOVAPRO, a SIMARSUI, novamente em parceria com as Águas do Tejo Atlântico, viu a candidatura do projeto *Aquavise* ser aprovada em outubro. O projeto *Aquavise* tem um orçamento total de 197 000€ e visa o desenvolvimento de uma nova solução de apoio à decisão para investimentos em infraestruturas. A ferramenta centralizará dados e resultados de várias avaliações e através dos resultados destas permitirá a priorização eficiente de investimentos, considerando critérios de eficiência energética, neutralidade carbónica e resiliência climática.

Além do envolvimento em projetos financiados, a SIMARSUI desenvolveu, em 2025, um trabalho de proximidade com instituições universitárias como o Instituto Politécnico de Setúbal ou a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Lisboa, quer através da receção de alunos/as para realização de estágios quer através do desenvolvimento de trabalhos de investigação. Entre estes trabalhos de investigação, salientam-se 3 trabalhos de I&D realizados internamente, que foram apresentados em 2025 no Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento (FNFG 2025). São esse trabalhos: "*Análise da Presença de Fibras de Celulose em FTAR*", "*Utilização da Turvação como Parâmetro indicador da Eficácia do Tratamento em FTAR*" e "*Avaliação Global do Desempenho*

de *Infraestruturas em Períodos de Afluências Indevidas*’, tendo sido recebidos com grande interesse pelos participantes no evento.

Em 2025, foi dada continuidade à promoção de atividades da Área de Inovação junto dos trabalhadores/as da SIMARSUI, num conjunto de iniciativas promovidas pelo Comité de Inovação. Das iniciativas realizadas, merecem destaque o evento *‘Inovação pelo Futuro – 2025’*, realizado no mês de setembro, que contou com a participação de cerca de 90 trabalhadores/as da SIMARSUI, num momento onde foi possível promover um conjunto de atividades que fomentaram a criatividade e o espírito de grupo entre todos os participantes. De salientar, também, a realização, em 2025, da 2ª edição do Concurso de Inovação da SIMARSUI – *‘SIMARSUI Inovação pelo Futuro’*, uma iniciativa destinada a transformar a forma de trabalhar dentro da empresa, tendo havido, mais uma vez, uma excelente adesão da parte dos trabalhadores/as, que resultou num conjunto de ideias e projetos criativos, ambiciosos e inovadores.

4.6 Sistemas e Tecnologias de Informação

Durante o ano de 2025, foram desenvolvidas e implementadas um conjunto de iniciativas estruturantes que contribuíram, de forma significativa, para o reforço da segurança das redes e dos sistemas de informação. As ações realizadas abrangeram várias áreas, incluindo autenticação e controlo de acessos, segurança de rede, modernização de sistemas operativos e gestão de utilizadores, reforçando a resiliência global da organização e reduzindo a exposição a riscos e potenciais incidentes.

A consolidação das medidas aplicadas, aliada ao contínuo alinhamento com o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço, permitirá à SIMARSUI evoluir para um modelo de segurança mais maduro, preventivo e sustentado, garantindo a adequada proteção dos serviços essenciais, dos ativos críticos e da continuidade operacional.

Em alinhamento com estes objetivos, foram implementadas e/ou encontram-se em curso as seguintes iniciativas:

Segurança e Controlo de Acessos

- Implementação de MFA nos acessos VPN à rede OT, reforçando a autenticação forte e reduzindo o risco de acessos indevidos.
- Revisão das permissões de acesso a caixas de correio partilhadas, garantindo que apenas utilizadores autorizados mantêm acesso.
- Reforço da complexidade de *passwords* em serviços críticos para alinhamento com boas práticas de segurança.
- Implementação progressiva de MFA no Office 365, garantindo proteção adicional das identidades.
- Definição de regras de acesso para entidades externas, garantindo que apenas acedem ao estritamente necessário.

Redes e Infraestrutura

- Implementação de um cluster de *firewalls* na sede, garantindo alta disponibilidade, bem como gestão centralizada do cluster.
- Criação de rede *Wi Fi Guest* para melhor proteção da rede interna.

- Integração de cinco novos sites com conectividade MPLS, substituindo ligações IPsec via 4G, aumentando desempenho, estabilidade e segurança.

Serviços

- Implementação de *Print Server* dedicado com LDAPs, assegurando encriptação das comunicações com a AD.
- Melhoria da gestão de utilizadores e computadores clientes na AD, incluindo remoção de contas e equipamentos obsoletos, aplicação de políticas de expiração de *passwords* e atualização de inventário.

Sistemas e Modernização

- Atualização dos sistemas operativos dos servidores para *Windows Server 2022* e *2025*, eliminando versões antigas e reduzindo vulnerabilidades.
- Migração de aproximadamente 30 computadores para *Windows 11*, garantindo suporte ativo e maior segurança.
- Substituição dos computadores dos Postos RH em 12 FTARs, assegurando sistemas atualizados, licenças *Office* recentes e correção de problemas de *routing*.
- Instalação e atualização de impressoras em rede nas várias FTARs.

4.7 Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Em 2025, a SIMARSUL reforçou o seu Sistema de Gestão Integrado através da implementação de novos instrumentos de controlo operacional, da revisão de procedimentos e da realização de estudos e monitorizações essenciais à prevenção e gestão de riscos, tendo alcançado a certificação com a manutenção dos sistemas da Qualidade, Ambiente, Segurança e Ativos e a extensão do Sistema da Segurança ao subsistema do Montado. Entre os principais desenvolvimentos, destacaram-se a nova *checklist* de controlo para prestadores de serviços, o Estudo de Perceção do Risco Biológico no Setor de Tratamento de Águas Residuais, desenvolvido no âmbito de uma tese do Politécnico de Setúbal e dirigido aos trabalhadores/as mais expostos, e a Campanha de Avaliação da Exposição a Agentes Biológicos. Foram igualmente conduzidas monitorizações de radão, ruído laboral e ambiental, radiação UV, amianto e legionella, complementadas pelo aumento dos meios de prevenção e emergência, pela melhoria da sinalização e pelo reforço dos recursos utilizados em trabalhos em altura. Iniciou-se, também, o projeto piloto de proteção da pele, essencial para trabalhadores/as expostos a riscos químicos, biológicos e ambientais.

O ano ficou marcado por iniciativas de grande impacto na promoção da saúde ocupacional e do bem-estar psicossocial. A avaliação dos riscos psicossociais, cujo inquérito obteve 89% de participação, permitiu identificar áreas críticas e fundamentar um conjunto estruturado de ações, incluindo a sessão global de apresentação dos resultados, reuniões com chefias para definição de planos de ação, *workshops* e *webinars* dedicados ao autocuidado, modelos e ferramentas de gestão do stress e promoção da saúde. Foram também promovidas campanhas de sensibilização sobre calor extremo, radiação UV e hidratação, com distribuição de protetor solar e repelente às equipas expostas, e reforçado o contrato de fardamento operacional, introduzindo melhorias na qualidade, quantidade e funcionalidade das peças disponibilizadas.

No domínio ambiental e estratégico, a SIMARSUL participou na elaboração do Manual Corporativo de Gestão de Emergência e Crise do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para a uniformização de procedimentos e o reforço

da resiliência organizacional. Realizou igualmente o inventário dos Gases com Efeito de Estufa (GEE) referente ao ano de 2024, permitindo apurar a pegada de carbono da empresa e reforçar a base técnica de suporte à definição de medidas de mitigação e descarbonização.

O ano ficou ainda marcado pela celebração do Protocolo de Cooperação Estratégica com a ZFRO, que permitirá desenvolver um programa piloto de monitorização ecológica a jusante de algumas FTAR e aprofundar soluções de reutilização de água, em alinhamento com as exigências da CSRD e com os objetivos climáticos e ambientais do Grupo AdP. Estas iniciativas consolidaram o compromisso da SIMARSUI com a segurança, a sustentabilidade e a resiliência operacional, reforçando a melhoria contínua do desempenho e a criação de valor socioambiental no território onde atua.

4.8 Comunicação e Educação Ambiental

A Área de Comunicação e Educação Ambiental (CEA) desempenha um papel estratégico e transversal na SIMARSUI, assegurando a articulação com as diversas direções e áreas da Empresa para a concretização das políticas de comunicação, sensibilização e responsabilidade empresarial. Em 2025, a CEA prosseguiu uma gestão de promoção da sustentabilidade e aproximação à comunidade, reforçando a sensibilização para a utilização eficiente da água, a correta utilização das redes de saneamento e a valorização dos recursos. As iniciativas desenvolvidas contribuíram para a divulgação da missão da Empresa, da qualidade e fiabilidade operacional, dos investimentos e do seu contributo para a economia circular, a inovação, a proteção dos ecossistemas, a biodiversidade e a saúde pública, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ao longo do período em análise, a par do desenvolvimento de ações, meios e conteúdos estratégicos de reforço de comunicação interna, foi assegurada a execução de atividades programadas de comunicação e educação ambiental, incluindo campanhas regionais e nacionais, relacionamento com os media, ações em redes sociais e meios digitais, atividades de proximidade em eventos públicos, celebração de dias temáticos e dinamização de parcerias com municípios e outras entidades. Destacam-se a continuidade das campanhas "Água é Vida" e "Superamigo – Lixo no Fgote, Não!", ações em praias e escolas, parcerias com os programas nacionais "Fco-Escolas" e "Escola Azul", iniciativas integradas com o Grupo AdP e a participação em eventos institucionais e comunitários, reforçando a mensagem de sensibilização ambiental e de responsabilidade cívica.

Foram igualmente promovidas visitas às FTAR e sessões presenciais e online dirigidas a públicos escolares, académicos, técnicos e institucionais, nacionais e internacionais, consolidando o papel da Empresa na gestão do ciclo urbano da água e na promoção da literacia ambiental. Através destas ações, a SIMARSUI reforçou a proximidade com as partes interessadas, estimulou a mudança de comportamentos e consolidou o seu posicionamento como agente ativo na proteção do ambiente e na valorização sustentável dos recursos hídricos na Península de Setúbal, de forma alinhada com a identidade corporativa do Grupo AdP, os seus compromissos de governança e em estreita articulação com os seus acionistas e parceiros municipais.

4.9 Recursos Humanos

Em 2025, a evolução da atividade da SIMARSUI, assim como o seu estado de maturidade, permitiu e exigiu o reforço significativo da estrutura interna da empresa, que se traduziu, no ano transato, na admissão de 16 novos trabalhadores/as e, bem assim, na alteração orgânica da empresa, pela criação de novas áreas, anteriormente funções, tratando-se, maioritariamente, de primeiras linhas: Área de Recursos Humanos, Área de Sistemas de Tecnologias de Informação, Área de Comunicação e Educação Ambiental e Área de Contabilidade (esta inserida na Direção Administrativa e Financeira). A destacar, daquelas admissões, o incremento na Área da Manutenção da Direção de Infraestruturas, com 8 novos trabalhadores, que permitiu robustecer, significativamente, esta área da empresa, pelo aumento da capacidade interna e disponibilidade de resposta face ao quadro anterior de dependência, ainda que parcial, de serviços externos, contribuindo para o objetivo de melhoria da eficiência.

No âmbito da formação profissional e de desenvolvimento pessoal, ao abrigo do manual de valorização profissional em vigor no Grupo AdP, e na SIMARSUI em particular, foi dado especial enfoque à formação avançada dos/as seus trabalhadores/as, aprovando, fundamentadamente, a comparticipação nos encargos destas ações de âmbito académico, nos termos previstos no referido manual, mediante acordo com cada trabalhador/a, vendo-se, nesta oportunidade, não apenas a valorização do trabalhador/a, mas também o enriquecimento da sua função e, conseqüentemente, da área onde se integra. Este será um projeto para dar continuidade, colocando em igualdade de circunstâncias as situações que assim se vierem a apresentar.

Com o objetivo de auscultar o clima organizacional da empresa, foi realizado um inquérito de avaliação de riscos psicossociais. Os resultados permitiram identificar necessidades concretas, tendo sido implementadas medidas para as colmatar, nomeadamente a disponibilização de consultas de psicologia *online* e a dinamização de workshops sobre temas relevantes, em articulação com as áreas de CFA e SRS. Paralelamente, as áreas de CFA, SRS e Recursos Humanos constituíram um comité dedicado ao desenvolvimento de iniciativas orientadas para a melhoria do clima interno e das condições de trabalho, reforçando uma abordagem integrada e contínua ao bem estar dos trabalhadores/as.

5 Sistema de Controlo Interno e Gestão do Risco Empresarial

A SIMARSUL e, em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção da corrupção e infrações conexas, bem como à transparência da informação e à fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.



Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a SIMARSUL se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, em 2025, e concluída a Fase 2, procedeu-se à consolidação do funcionamento do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência e fiabilidade na resposta que proporciona aos desafios internos ou externos existentes. Este modelo possibilita uma correlação direta entre os objetivos que a organização define, ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as componentes do CI (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da empresa e essenciais para a sua concretização.

Nos pontos seguintes detalham-se os aspetos fulcrais deste modelo:

- **Ambiente de Controlo**

Procura refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **Avaliação dos Riscos**

Visa identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser **definidos objetivos**, de forma consistente e por categorias, aos diferentes níveis da organização - operações, reporte e conformidade - **com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos**.

- **Atividades de Controlo**

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da empresa. As atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização, em várias etapas dos processos de negócio e no ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. **Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.**

- **Informação e comunicação**

Componente **instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes**, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que **permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e do controlo da atividade e dos riscos da empresa.**

A **informação** é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade, proveniente de fontes internas e/ou externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A **comunicação** é um processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para atingir os objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente.

A **comunicação interna** é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Permite assegurar que os trabalhadores recebem uma mensagem clara por parte da gestão sobre a relevância do controlo interno e a forma responsável, como as atividades de controlo devem ser assumidas.

A **comunicação externa** tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

- **Monitorização de Atividades**

A **Monitorização** é executada com vista a **assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCl ao longo do tempo**, garantindo, nomeadamente, a **identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.**

São utilizadas avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, variam em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração, e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são igualmente comunicadas ao Conselho de Administração.

A SIMARSUI, após conclusão do mapeamento dos processos de negócio incluídos no SCI, que contemplou a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC), onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação, procedeu à atualização do respetivo Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos agora elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados. Será ainda definido e formalizado o modelo de governo do SCI a utilizar nas empresas do Grupo AdP, por forma a responsabilizar e consciencializar os diferentes interlocutores do processo e dotá-los de meios que possibilitem um acompanhamento permanente dos controlos e do seu funcionamento, tornando o CI uma ferramenta útil para a gestão da empresa.

Foi dada continuidade à avaliação das métricas de avaliação do SCI, a qual possibilita aferir o cumprimento das mesmas nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da empresa com a temática do CI.

A avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave decorrentes das auditorias realizadas, possibilitará a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, proporcionando um nível de segurança razoável, quanto à sua eficácia à Administração da SIMARSUI.

Tem vindo a ser efetuada a sensibilização ao CI e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente pelos responsáveis dos processos de negócio.

A existência do SCI, conjugada com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirá ao Conselho de Administração da SIMARSUI reforçar o seu enfoque na monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e resultantes da operação diária da empresa.

Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco e promove o amadurecimento da cultura de risco da organização, permitindo:

- I. estabelecer uma linguagem comum para a definição e conceito dos riscos;
- II. assegurar o alinhamento entre os objetivos definidos, os riscos e controlos existentes na empresa;
- III. reduzir o risco de perda de investimentos e ativos; e
- IV. reforçar a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com leis e regulamentação aplicáveis.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

Com vista a assegurar a melhoria contínua, a adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e a atualização face à realidade envolvente ao grupo AdP, encontra-se em curso a

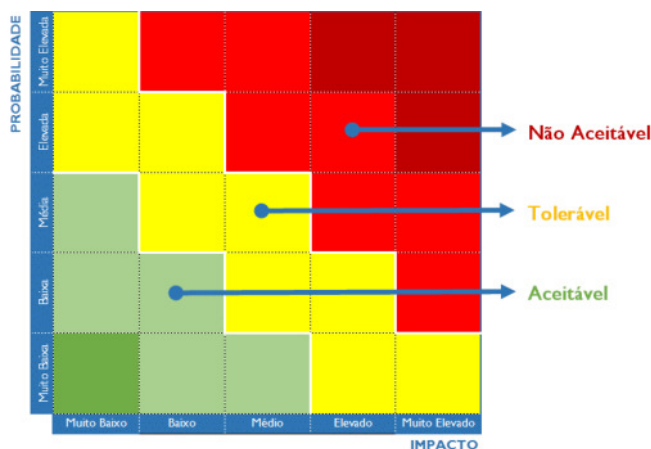
revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial vigente. Esta alteração, que já contemplou a atualização da matriz de riscos do Grupo, integra ainda:

- I. a modificação da metodologia de avaliação, que passará a assentar numa análise quantitativa suportada em indicadores, presentemente em fase de identificação e validação quanto à sua aderência; e
- II. a implementação de um modelo de governo para a gestão do risco, em elaboração no decurso de 2025.

Alinhado com a metodologia COSO, o novo modelo organiza os riscos segundo uma estrutura de classes e categorias, conforme apresentado em baixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é presentemente realizada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e

- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na realização da avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita, e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela SIMARSUI, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento são complementados por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à semelhança dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas mesmas.

No âmbito do **projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco**, atrás indicado, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- A aprovação formal da metodologia de avaliação do risco revista no grupo AdP
- A aprovação formal do modelo de governo associado à Gestão de Risco
- A aprovação formal do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A conclusão da identificação dos Key Risk Indicators (KRI) a utilizar na avaliação futura dos riscos, bem como a realização dos respetivos testes de cálculo, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Em 2025 foi realizado novo exercício de avaliação do Risco, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, e definidos pela empresa os PTR e os PIO entendidos como críticos para a mitigação das avaliações consideradas em patamar Tolerável ou Não Tolerável.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a SIMARSUI se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2025:

- [R.1.3.1] – Adequação dos Recursos Humanos - Risco de inadequado dimensionamento, alocação e capacitação dos recursos humanos (internos e subcontratados).

- [R.1.3.2] – Atração e retenção de talento – Risco de inexistência ou falhas nas competências e qualificações necessárias à prossecução da estratégia definida devido à incapacidade de atração, contratação, desenvolvimento e retenção de talento.
- [R.2.1.1] – Contexto externo – Risco de inexistência ou falhas nas competências e qualificações necessárias à prossecução da estratégia definida devido à incapacidade de atração, contratação, desenvolvimento e retenção de talento.

5.1 Gestão do Risco Financeiro

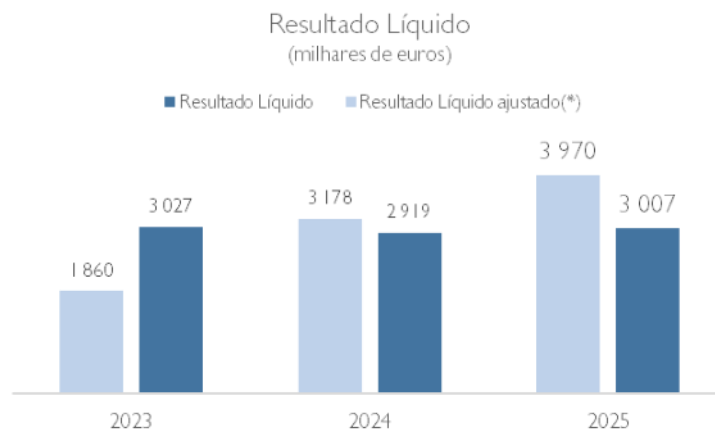
A Gestão do Risco Financeiro é abordada e desenvolvida no #2 do capítulo 13 – Cumprimento das orientações legais, bem como no Anexo ao Relatório nas Notas respetivas.

6 Desempenho económico-financeiro

DESEMPENHO ECONÓMICO

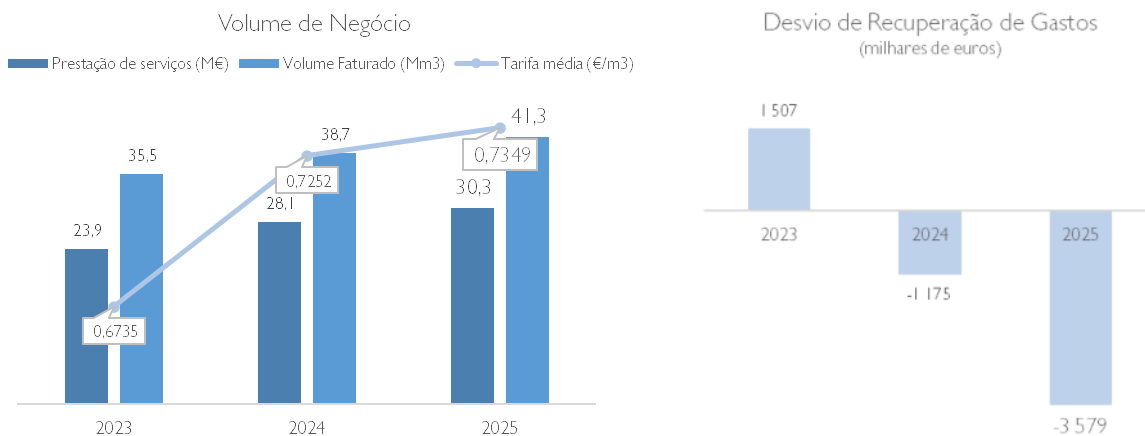
Nos termos do contrato de concessão, o resultado líquido anual equivale à remuneração acionista que é calculada com a rentabilidade média das Obrigações do Tesouro (OT) Português a 10 anos acrescidas de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data de realização do capital social.

A SIMARSUL encerrou o exercício de 2025 com um resultado líquido de 3.007 mil euros, valor este superior ao do ano transato, decorrente do aumento da taxa média de OT a 10 anos no pressuposto de aprovação da proposta e fundamentação apresentada para o desvio de recuperação de gastos.



(*) - deduzido do Desvio de Recuperação de Gastos I fcu de

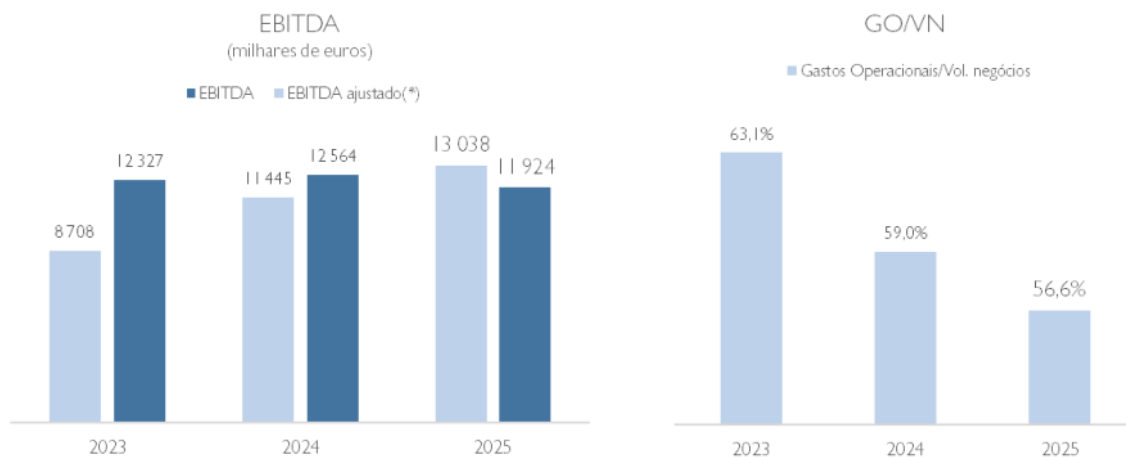
Num exercício marcado por um importante aumento do volume de negócio e dos gastos de exploração, nomeadamente os gastos associados ao tratamento de lamas e efluente, o FBITDA, deduzido do desvio de recuperação de gastos (superavitário), atingiu os 13 milhões de euros, o que representa um aumento de 13,9% relativamente ao ano anterior.



O importante e expressivo aumento do volume de negócios, que ascendeu a 30,3 milhões de euros, na ordem dos 8%, resultou do efeito combinado do aumento de caudal e da atualização da tarifa. Em 2025, a SIMARSUL registou volumes de efluente superiores aos verificados em qualquer ano anterior da sua atividade, traduzindo um máximo histórico de aflúncias ao sistema. Este aumento não resulta de alterações estruturais na base de clientes, de mudanças no perímetro de intervenção do sistema, nem de eventos excecionais de natureza operacional, mas sim de condições meteorológicas particularmente favoráveis à ocorrência de maiores volumes afluentes,

designadamente um regime de precipitação significativamente mais elevado quando comparado com anos recentes, como 2023. De acordo com o IPMA, o ano de 2025 foi um ano significativamente mais chuvoso do que 2023 em Portugal continental, com cerca de 45 % mais de precipitação acumulada - sendo 2025 um dos anos mais chuvosos desde 2000, enquanto 2023 teve precipitação anual abaixo da média climatológica.

Importa ainda salientar que, no decurso de 2025, não se registaram outros eventos extraordinários relevantes suscetíveis de influenciar, de forma material, os volumes tratados, nomeadamente situações anómalas de exploração, falhas estruturais, alterações excecionais nos padrões de descarga dos utilizadores ou ocorrências externas de carácter excecional. Assim, o comportamento observado resulta, essencialmente, de fatores exógenos, alheios ao controlo da entidade gestora, associados à variabilidade interanual da precipitação.



* - deduzido do Desvio de Recuperação de Custos Líquido

Na componente de Fornecimentos e Serviços Externos, a evolução dos gastos reflete predominantemente efeitos de natureza exógena e operacional, destacando-se, em particular, o impacto do efeito-preço associado aos serviços de tratamento e encaminhamento a destino final de lamas, bem como os gastos incorridos em 2025 decorrentes das contratações realizadas no exercício, em conformidade com o PAO aprovado.

Neste enquadramento, a variação observada não evidencia alterações estruturais no modelo de custos, mantendo-se o comportamento globalmente consistente com a atividade operacional desenvolvida pela Empresa.



A análise conjunta dos gastos operacionais e do Volume de Negócios revela uma dinâmica coerente com a evolução da atividade da SIMARSUL. Com efeito, o exercício de 2025 ficou marcado por um aumento significativo dos volumes de efluente tratados, circunstância que se refletiu diretamente no crescimento do Volume de Negócios.

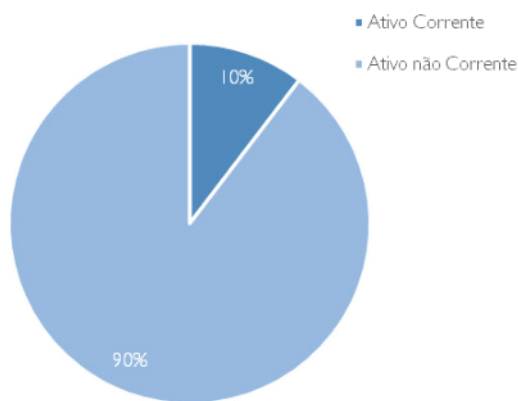
Não obstante os acréscimos registados em determinadas rubricas de gastos, maioritariamente explicados por efeitos de preço e por necessidades operacionais, verificou-se uma diluição relativa dos custos face ao Volume de Negócios, em resultado da expansão da base de atividade.

Assim, o comportamento do rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios (GOMN)¹² traduz essencialmente o efeito-escala associado ao aumento dos volumes tratados, evidenciando a capacidade da Empresa em acomodar variações conjunturais de custos sem degradação material do seu desempenho económico.

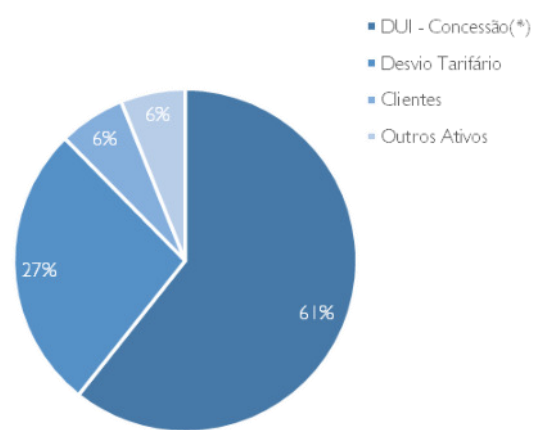
DESEMPENHO FINANCEIRO

O ativo líquido total diminuiu cerca de 2,2 milhões de euros, como resultado das variações conjugadas do ativo corrente (+ 7,03 milhões de euros) e do ativo não corrente (- 9,26 milhões de euros), justificado no primeiro caso pelo aumento da dívida de clientes e no segundo pelo efeito do aumento dos caudais faturados o qual contribuiu para o crescimento das amortizações acumuladas reconhecidas pelo método da depreciação (caudais).

Distribuição do Ativo



Composição do Ativo



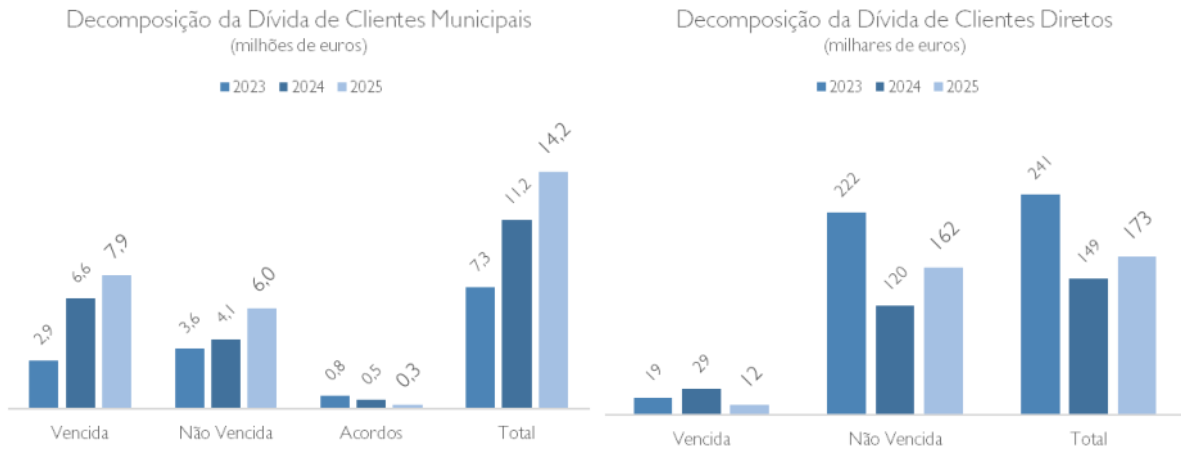
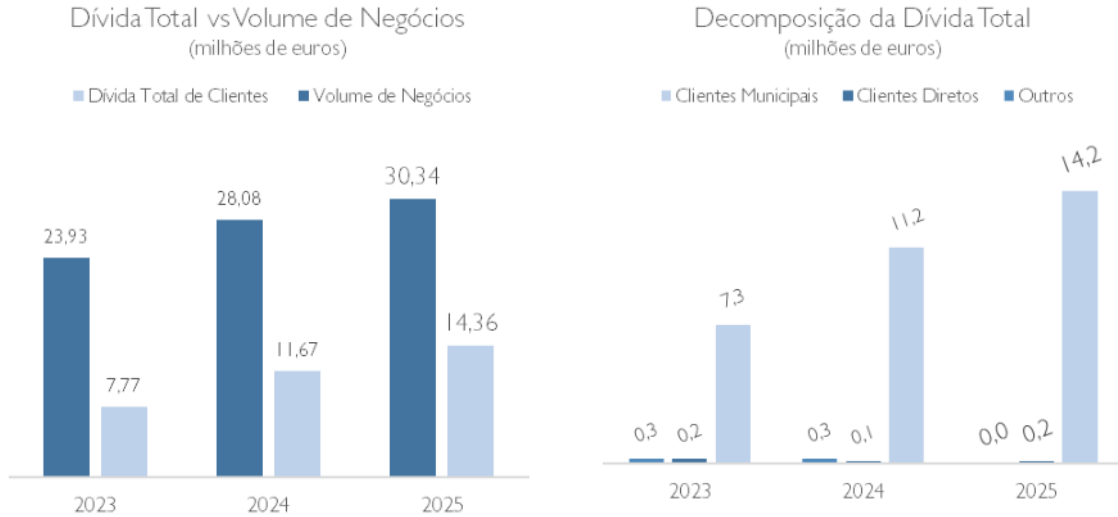
Composição do Ativo (M€)



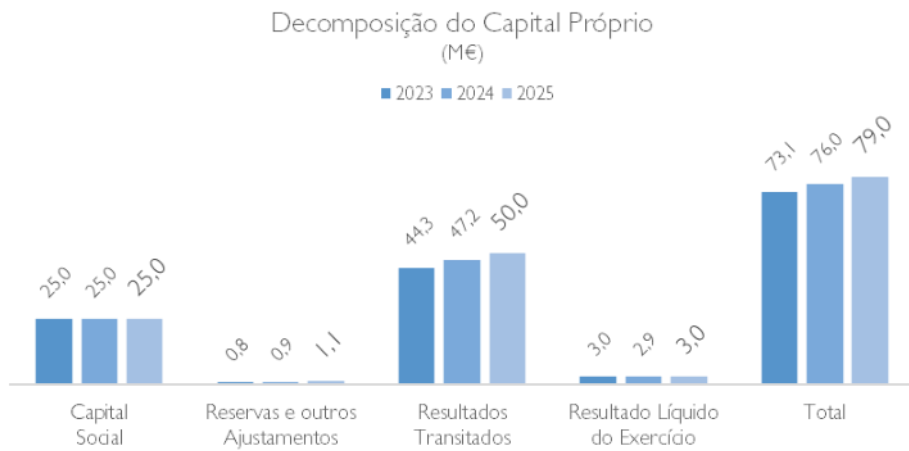
(*) - Direito de Utilização de Infraestruturas

A dívida de clientes aumentou em cerca de 23 %, significativamente acima do aumento da faturação (8%).

¹² GOMN = (CMV/C+FS+CP)/PSFRV.



O Capital Próprio aumentou no exercício para cerca de 79 milhões de euros por via do resultado líquido do exercício.

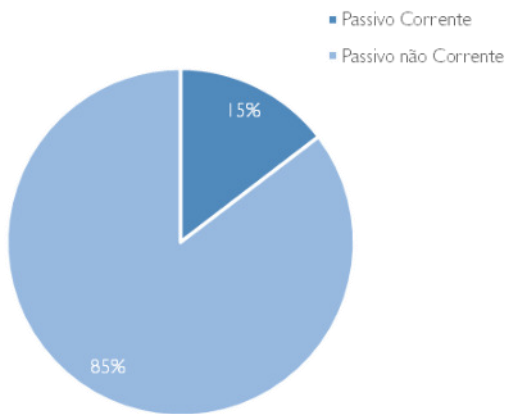


O Passivo Total diminuiu 3,4%, passando para 149,6 milhões de euros, decorrente essencialmente da diminuição dos empréstimos em 1,27 milhões de euros.

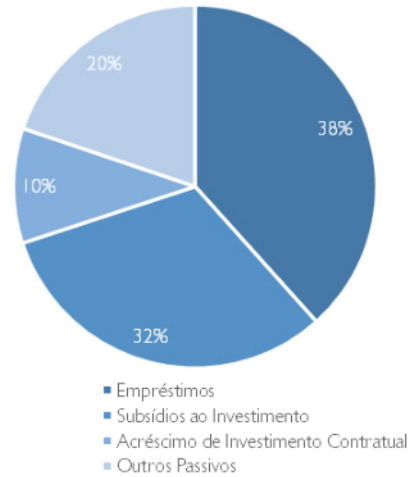
O Passivo não corrente no valor de 127,71 milhões de euros representa 85% do passivo, sendo composto essencialmente por: (i) empréstimos no valor de 44,2 milhões de euros, (ii) subsídios ao investimento no valor de 47,3 milhões de euros, e (iii) acréscimos de gastos de investimento contratual no valor de 15,3 milhões de euros.

O Passivo corrente no valor de 21,9 milhões de euros representa 15% do passivo, sendo composto essencialmente por: (i) empréstimos no valor de 13,1 milhões de euros, e (ii) fornecedores no valor de 8,3 milhões de euros.

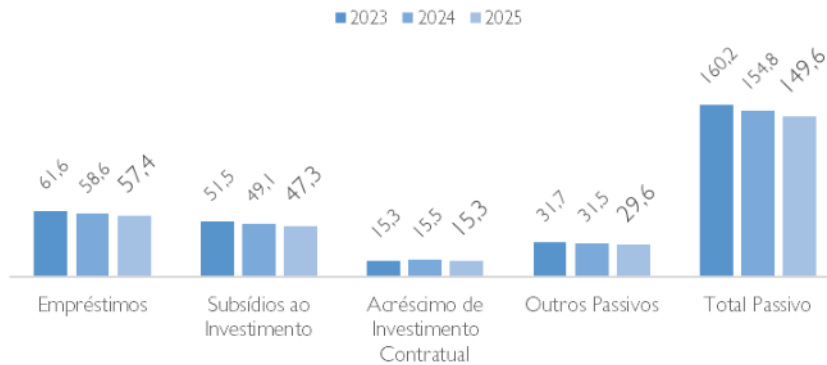
Distribuição do Passivo



Composição do Passivo



Composição do Passivo (M€)



7 Eventos Relevantes Subsequentes

Desde o final de janeiro e no mês de fevereiro de 2026, o território de Portugal continental tem sido sucessivamente afetado por várias depressões meteorológicas – fenómeno comumente designado por “*comboio de tempestades*” – entre as quais se destacam a Ingrid, o Joseph, a Kristin, o Leonardo e a Marta. Estes fenómenos têm provocado episódios de precipitação intensa, ventos fortes e agitação marítima significativa, resultando em cheias, deslizamentos de terras, falhas de energia e de telecomunicações.

Esta sucessão de eventos climáticos extremos provocou danos significativos em praticamente todo o território continental, afetando múltiplos domínios, infraestruturas e equipamentos, com impactos consideráveis na operacionalidade dos sistemas de abastecimento e de saneamento. Em particular, a depressão Kristin – já classificada pelo IPMA como a “*mais forte de sempre*” em Portugal – deixou um rasto de destruição nas infraestruturas, instalações e equipamentos de adução, distribuição de água e drenagem de águas residuais. Os efeitos adversos estenderam-se ainda à interrupção do fornecimento de energia elétrica e de telecomunicações, agravando a complexidade da resposta operacional.

Para assegurar a continuidade do serviço e mitigar os impactos, foram e estão a ser implementadas diversas soluções provisórias com gastos acrescidos, que incluem o transporte de água por auto-tanques, a alimentação elétrica por geradores, reforço no consumo de reagentes para tratamento de águas, assim como uma mobilização contínua e extraordinária das equipas, entre outras. Estas medidas visam garantir, dentro do possível, a continuidade da operação dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais geridas pelo Grupo AdP, apesar das condições excecionais verificadas.

No caso concreto da SIMARSUI, ocorreram múltiplos incidentes que afetaram pontualmente, e de forma limitada, a operacionalidade de algumas infraestruturas, tendo sido possível, graças aos esforços das equipas no terreno, minimizar os impactos imediatos.

Permanecem algumas situações mais complexas de resolução como foi o caso do desmoronamento de um acesso a uma estação elevatória, que inviabilizou o acesso rodoviário, mas o seu impacto é residual em termos do universo servido.

Durante o pico da pluviosidade, a pedido da AMARSUI, com a autorização da APA e em alinhamento com uma recomendação da FRSAR, a SIMARSUI recebeu, para tratamento na sua FTAR do Barreiro/Moita, extraordinariamente, lixiviados brutos oriundos do Ecoparque de Palmela, de forma a impedir o galgamento ou mesmo o colapso das lagoas de contenção de lixiviados da instalação, evitando assim um desastre ambiental de grandes proporções.

É relevante salientar que as ocorrências climáticas verificadas e os problemas a elas associados irão impactar subsequentemente a capacidade operacional da SIMARSUI, pois, independentemente de todas as ações de diagnóstico e mitigação presentemente em curso, apenas com o passar do tempo algumas das consequências daquelas intempéries se tornarão evidentes, e, conseqüentemente, se revelarão como problemas a resolver.

É previsível, face ao impacto nacional das tempestades, que a capacidade de materialização de investimentos do setor seja afetada devido a um novo aumento da procura no mercado da construção civil, desta vez para a recuperação das infraestruturas danificadas, o qual padecia já de uma clara falta de capacidade de resposta no setor da água e saneamento, bem como o aumento das matérias-primas e materiais.

Há ainda a referir que, relativamente ao DRG do exercício de 2025, a SIMARSUI enviou o seu cálculo e fundamentação à FRSAR para que, no âmbito das suas competências, aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro.

A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data da emissão das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

8 Perspetivas Futuras

Em 2026 a SIMARSUI pretende dar continuidade a muitas das ações iniciadas ou em curso em 2025, tendo como prioridade a implementação de estratégias que permitam melhorar a conservação e requalificação das infraestruturas geridas, mediante a maximização da manutenção preventiva e a execução dos investimentos que se afiguram necessários para a continuidade e resiliência do serviço prestado aos Municípios e habitantes da Península de Setúbal.

Para tal será muito importante a materialização das contratações previstas no PAO 2026, ainda por aprovar à data de fecho do presente relatório, e a entrega da revisão do FVFF contemplando esses mesmos investimentos, processo presentemente em fase de análise prévia por parte da FRSAR.

De facto, num alinhamento claro com as necessidades identificadas em termos de investimento de reabilitação e substituição, a SIMARSUI tem considerado um investimento superior a 70 milhões de euros para o quinquénio 2026/2030, destinado a substituir ou repor a operacionalidade normal de um conjunto alargado de infraestruturas, em particular no que concerne à necessidade de dar cumprimento às responsabilidades assumidas com a integração dos ativos do Município de Setúbal em dezembro de 2022.

Este investimento é fundamental para garantir a continuidade da qualidade do serviço e está materializado na revisão do FVFF do Contrato de Concessão, em moldes que permitem evitar o aumento da tarifa do sistema, fator essencial no delineamento da estratégia de atuação da Empresa.

A criação das condições para materialização do investimento define o maior desafio para a SIMARSUI nos próximos anos, atendendo ao conjunto de fatores exógenos que se perfilam e que impactam negativamente a materialização de investimentos em termos nacionais.

Independentemente deste desafio, em 2026, a SIMARSUI continuará determinada na prossecução da sua missão de serviço público, visando garantir elevados níveis de desempenho ambiental com impacto na valorização do território, na preservação dos ecossistemas e no desenvolvimento das comunidades locais, contando para o efeito com os Municípios, seus acionistas, clientes e parceiros de missão, e os seus trabalhadores e trabalhadoras, que diariamente asseguram o funcionamento da Empresa e suas infraestruturas, e a qualidade do serviço prestado.

9 Considerações Finais

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas, entende o Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta e indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos.

Num cenário exigente, com dificuldades extraordinárias acrescidas, decorrentes de situações como o 'apagão' e as intempéris, a Empresa e os seus trabalhadores e trabalhadoras continuaram a assegurar o tratamento das águas residuais geradas nos Concelhos por si servidos, bem como a materialização dos investimentos, a concretização dos trabalhos em curso para a reabilitação de infraestruturas, previstos no plano de investimento, assim como a qualidade e a continuidade do serviço público que configura a razão da existência da SIMARSUI.

Também deve ser ressaltada a capacidade demonstrada pela Empresa em fazer face a uma crescente exigência legal, processual e burocrática, com exigências formais e temporais, o que só se revelou possível graças ao empenho das pessoas direta e indiretamente envolvidas.

É assim com grande satisfação que o Conselho de Administração da SIMARSUI renova o seu profundo agradecimento a todos aqueles/as que, direta ou indiretamente, contribuíram, de forma empenhada e com sentido de missão acrescida, para ultrapassar os desafios e as dificuldades e assegurar a ininterruptibilidade e qualidade do serviço essencial prestado pela Empresa, a proteção do ambiente e a saúde pública no exercício em análise:

- Aos membros dos Órgãos Sociais, pelo acompanhamento da gestão da Empresa e espírito de colaboração evidenciado nas suas atividades próprias.
- À Tutela Governamental, pela sua permanente disponibilidade habitual e empenho no acompanhamento das atividades e dos desafios da Empresa, assim como pelo clima de reconhecimento e confiança mantidos.
- Aos seus acionistas, os Municípios e à AdP – Águas de Portugal, pela cooperação estabelecida assim como pelo permanente e empenhado acompanhamento das atividades e evolução dos projetos do sistema multimunicipal e da SIMARSUI.
- Às entidades reguladoras do setor, FRSAR e APA – Agência Portuguesa do Ambiente, bem como aos diversos organismos e serviços da Administração Pública, que são igualmente merecedores de reconhecimento pela interajuda, disponibilidade e interesse evidenciados nas relações mantidas.
- Aos fornecedores e prestadores de serviços, pela eficiência das suas respostas às necessidades da Empresa e às contingências deparadas.
- Aos utilizadores do sistema, o registo do nosso renovado apreço pela compreensão, pelo diálogo e pela confiança demonstrados, sem esquecer a permanente cooperação que estabelecemos, sem a qual não teríamos ultrapassado os desafios e alcançado os resultados e objetivos apesar do continuado impacto da pandemia e de uma nova crise mundial.
- Aos trabalhadores e trabalhadoras da Empresa e aos seus familiares, em mais um ano atípico de desafios que se revelou igualmente difícil, a todos/as agradecemos a coesão e resiliência demonstradas que permitiram assegurar em continuidade e com excelência e segurança, nas mais diversas atividades operacionais e de suporte, o serviço essencial de saneamento, tendo de inovar e fazer sempre melhor de forma eficiente e sustentável.

10 Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 30.º dos Estatutos da SIMARSUI, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2025, no montante de 3 007 202,61 euros (três milhões, sete mil, duzentos e dois euros e sessenta e um cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

150.360,13 euros (cento e cinquenta mil, trezentos e sessenta euros e treze cêntimos) para constituição da **Reserva Legal**;

2.856.842,48 euros (dois milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil e oitocentos e quarenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos) para **Resultados Transitados**.

Seixal, 3 de março de 2026

O Conselho de Administração
**JOSÉ EDUARDO
 ESPERANÇA
 FIALHO** Assinado de forma digital
 por JOSÉ EDUARDO
 ESPERANÇA FIALHO
 Dados: 2026.03.03 16:18:12
 Z
 José Eduardo Esperança Fialho

Presidente Executivo
**JOÃO AFONSO
 ALMEIDA DA
 SILVA LUZ** Assinado de forma digital
 por JOÃO AFONSO
 ALMEIDA DA SILVA LUZ
 Dados: 2026.03.03
 16:27:36 Z
 João Afonso Almeida da Silva Luz

Vogal Executivo
**DORA DA LUZ
 BRANDÃO REGO
 AFONSO** Assinado de forma digital
 por DORA DA LUZ BRANDÃO
 REGO AFONSO
 Dados: 2026.03.03 16:35:18 Z
 Dora da Luz Brandão Rego Afonso

Vogal Executivo
 Assinado por: **Rute Isabel Talhadas Cesário**
 Num. de Identificação: 10537790
 Data: 2026.03.04 09:13:41 -0300



Vogal Não Executivo

Assinado por: **JOÃO PEDRO COELHO DE OLIVEIRA
 MIGUEL**
 Data: 2026.03.03 18:04:16+00'00'

João Pedro Coelho de Oliveira Miguel

Vogal Não Executivo

II Relatório dos Administradores Não Executivos sobre o desempenho dos Administradores Executivos

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2025.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da Empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da Empresa.

Seixal, 3 de março de 2026

Os Administradores Não Executivos

Assinado por: **JOÃO PEDRO COELHO DE OLIVEIRA
MIGUEL**
Data: 2026.03.03 18:04:58+00'00'

João Pedro Coelho de Oliveira Miguel

Assinado por: **Rute Isabel Talhadas Cesário**
Num. de Identificação: 10537790
Data: 2026.03.04 09:18:09 -0300

 CHAVE MÓVEL

Rute Isabel Talhadas Cesário

12 Deveres especiais de prestação de informação

A SIMARSUI cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

13 Relato sobre o cumprimento das orientações do acionista e disposições legais

#1 Execução do Plano de Atividades e Orçamento

a) Evidenciar a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2025 aprovado, conforme modelo indicativo, infra, com a indicação obrigatória do volume de negócios, gastos operacionais, rácio de eficiência e variação de endividamento, explicitando os valores orçamentados, executados e os respetivos desvios, bem como a justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2025 (PAO 2025), foi objeto de despacho de aprovação pelo SFT (despacho n.º 858/2024 de 6 de dezembro de 2024) e de Despacho do Ministério do ambiente e Energia (nº82/MAFN/2024 e datado de 10 de dezembro de 2024).

Assim, e no que respeita ao cumprimento do PAO 2025 encontram-se indicadas no quadro do final do presente capítulo as respetivas execuções, face às previsões constantes do PAO.

Da análise dos resultados da execução do ano de 2025 verifica-se:

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio	Observações
Resultado líquido	3 114 902	3 007 203	107 700	O desvio decorre da taxa média de OTI mais elevada na execução do PAO (superior a que se verificou em termos reais)
EBITDA	14 151 674	11 923 696	2 227 978	
EBITDA _{custos} ⁽¹⁾	9 714 789	13 038 189	3 323 399	
Resultado operacional (EBIT)	5 849 641	3 799 976	2 049 664	
Resultado operacional (EBIT) _{custos} ⁽²⁾	3 430 234	7 378 632	3 948 398	
Volume de Negócios ⁽³⁾	< 977 471	30 159 185	1 818 287	
Volume de Negócios - Prest. Serviços ⁽⁴⁾	28 355 106	30 335 648	1 980 543	Decorre maioritariamente do aumento do volume tratado, associado à evada puxos de regulação, bem como a atualização da tarifa pelo efeito da inflação
Gastos Operacionais	36 232 945	28 925 447	9 307 468	
Gastos Operacionais para a construção ⁽⁵⁾	16 473 526	17 180 935	1 292 59	Taxa de execução de 93% pelo que se considera o desvio não relevante.
Gastos Operacionais ⁽⁵⁾ / Volume de Negócios ⁽⁴⁾	65, 5%	56,6%	8,5 %	
Endividamento	62 023 957	57 370 176	< 653 782	O desvio decorre essencialmente do atraso na execução do investimento
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	<28%	<46%	18%	
Dívida Financeira Líquida / EBITDA _{custos} ⁽¹⁾	623%	<08%	2, 5%	
Disponibilidades	1 500 000	< 188 872	2 688 772	
Desvio de Recuperação de Custos (DRC)	2 418 930	3 578 662	5 997 592	

(1) Deduz do cos Subsídios ao investimento e do Desvio de Recuperação de Custos
 (2) Deduz do cos Desvio de Recuperação de Custos
 (3) Inclui Rendimento de Construção - Ativos Co-ressorcos e Desvio de Recuperação de Custos
 (4) Prestação de Serviços
 (5) FSE + CP + CMVMC

b) Aditar os objetivos e metas de gestão relacionados com a atividade da empresa definidos no âmbito do PAO ou no Plano de Desenvolvimento Organizacional (PDO), apresentando o respetivo grau de cumprimento, bem como os desvios verificados e as medidas corretivas adotadas.

Vide ponto 10. a)

c) Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas (FPR), incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOF, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.

Não aplicável.

d) Indicar expressamente as autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO 2025 (ou PDO), conforme modelo indicativo, infra

Autorização concedida	Despacho autorizador	Limite/montante autorizado para 2025
Aumento dos Gastos Operacionais, limitando o seu valor total a 18,474 milhões de euros, em 2025	Despacho n.º 858/2024-SCTF	18,474 milhões de euros
Contratação de 15 trabalhadores em 2025 (9 Técnicos e 6 Técnicos Superior)	Despacho n.º 858/2024-SCTF	15 trabalhadores
Autorização genérica para a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade (dentro da autonomia de gestão da empresa)	Despacho n.º 858/2024-SCTF	N/A
Autorização genérica para o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até ao limite de 5% do número de trabalhadores em cada categoria	Despacho n.º 858/2024-SCTF	5% do n.º trabalhadores em cada categoria
Aquisição/contratação/locação de 5 viaturas para a frota operacional em 2025, atento o Programa de Neutralidade Energética.	Despacho n.º 858/2024-SCTF	5 viaturas

#2 Eficiência Operacional e Gastos Operacionais

O quadro seguinte apresenta a execução comparativa com os períodos anteriores homólogos e as previsões orçamentais:

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - artigo 140.º do DLLO 2025	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025 (exec.) / 2024 (exec.)		2025 (exec.) / 2025 (orç.)	
				Dif. Absol.	Var. %	Dif. Absol.	Var. %
(COMVOC)	489 37	507 569	537 316	- 47 978	-8,9%	18 276	-19,1%
) SI	1 09 890	1 263 560	1 388 618	- 8 798	-0,2%	513 760	-6,9%
) Gastos com pessoal	5 27 775	5 605 397	4 595 351	676 424	17%	353 622	-6,3%
) Impactos negativos decorrentes de imposições legais	(-)	36 945	-	-	0,0%	-	0,0%
(4) Aumento do Acordo Tripartido de Voluntariado dos Trabalhadores da Administração Pública	(4)	36 945	-	-	0,0%	-	0,0%
(5) Impactos negativos decorrentes de alterações de legislação	(-)	457 766	-	-	0,0%	-	0,0%
Atenuação de efeitos das alterações de trabalhadores em 2024 (anuladas em PAO anteriores)	(4)	255 377	-	-	0,0%	-	0,0%
Novas alterações art. 2673 (preço de referência para a contratação - 2 alterações)	(4)	51 672	-	-	0,0%	-	0,0%
Gastos com os Órgãos Sociais - Reparação de competência integral do CA em 2025	(4)	128 391	-	-	0,0%	-	0,0%
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional	17 180 935	18 001 815	16 571 287	17 180 935	103,7%	870 880	-4,6%
) Volume de negócios (VN) - Presença de serviços	20 335 618	28 355 106	28 081 666	2 253 953	8,0%	980 573	7,0%
(B) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional	20 335 618	28 355 106	28 081 666	2 253 953	8,0%	1 980 513	7,0%
) Peso dos Gastos/Vol. negócios (COVN)	56,61%	63,19%	59,01%	-2,1%		-6,9%	
(6)/(B)							

As alterações a custos e efeitos de eficiência operacional decorrem da alteração de legislação.

Informação adicional	2025		2024	2025 (exec.) / 2024 (exec.)		2025 (exec.) / 2025 (org.)	
	Exec.	Org.	Exec.	Dif. Absol.	Var. %	Dif. Absol.	Var. %
() Custos com pessoal	5 277 775	5 605 397	4 525 351	576 424	47%	353 622	-46,3%
(i) Retribuições órgãos sociais	487 216	476 350	317 434	89 782	28,3%	69 137	-14,5%
(ii) Faltas de comparecimento de funcionários	30 733	30 989	-	30 733	0,0%	757	-2,4%
(iii) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a organização do trabalho e o equilíbrio do horário	260 315	36 945	82 613	77 702	49,5%	293 370	607,6%
(iv) Valorizações referentes a obras de manutenção e a prestação de serviços ABCI	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%
(v) Faltas de absentismo	-	67 560	76 857	- 39 43	-181,4%	67 560	0,0%
(vi) Faltas e gastos com transporte e passagens de trabalho (para o período anterior)	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%
(2) Custos com pessoal sem os impactos (i)-(vi)	4 511 432	5 306 113	4 172 155	339 276	6,1%	549 682	-10,9%
(3) Custos com despesas de viagens e alojamento	6 135	36 750	2 186	3 947	80,4%	30 655	-83,3%
(4) Custos com ajudas de custo	647	-	35	782	-52,3%	647	0,0%
(5) Custos associados a frota autónoma (6)	46 796	413 283	352 704	89 094	30,9%	8555	4,2%
(6) Gastos com a realização de estudos, peritajes, projetos e consultoria	69 133	35 000	50 626	8 566	36,7%	34 192	97,7%
(7) Total dos gastos (3)-(6)	537 727	515 033	406 669	30 960	37,2%	29 737	4,2%
(8) N.º de Viaturas (operativa)	59	59	48	4	6,3%	-	0,0%
(9) N.º de viaturas (frota autónoma)	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%

8 Os gastos com viaturas deverão incluir renovação de bombas, inspeções, seguros, combustíveis, manutenção, eletrónica, manutenção, pneus, acessórios e reparações.

Em face do exposto, a empresa diminuiu o rácio no exercício de 2025 face ao previsto no PAO 2025-2027.

#3 Recursos Humanos e Massa Salarial

A evolução do n.º de recursos humanos encontra-se abaixo:

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2025 (1)	Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025 (6) = (1) - (7) + (3) + (4) + (5)
		Saídas (reformas/outros) (2)	Trabalhadores ausentes por mobilidades/excência/licença	Contratações para substituição de saídas (3)	Novas contratações (4)	Entradas ao abrigo do ... (normalivo legal, despacho, etc.) (5)	
Órgãos Sociais (OS)	0	-	-	-	-	-	0
Cargos de direção (v OS)	3	-	-	-	-	-	3
Técnico Superior	35	-	-	-	6	-	40
Técnico	21	2	-	2	7	-	28
Técnico Operativo	66	2	-	2	-	-	66
Total (OS + CDD + Trabalhadores)	35	5	-	4	7	-	47
Impacto nos gastos com pessoal	-	19 961,37 €	-	71 183,24 €	204 582,53 €	0,00 €	235 804,40 €

No que diz respeito à evolução da massa salarial, nos termos e para os efeitos previstos no Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, apresenta-se o detalhe no quadro infra:

	2025 Exec.	2025 Orç.	2021 Exec.	2025/2021 Dif. Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	11	12	10	1	10,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	3	3	3		0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	137	145	122	12	9,8%
Total	148	160	135	13	9,6%
N.º Trabalhadores / N.º CD	45	48	41	7	9,8%
Gastos com Pessoal / Total (OS + CD + T)	31 050	35 037	37 070	2 990	8,8%
Massa Salarial Global ^(a)	5 271 775	5 605 397	4 595 351	676 727	14,7%
Massa Salarial Global ^(a) , excluídos os OS	4 866 559	5 129 077	4 277 917	386 672	12,8%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do n.º de trabalhadores) ^(b)	4 283 802	5 299 022	3 767 673	516 129	11,2%

^(a) Aferição do Despacho, n.º 1103-B/2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

(b) A massa salarial global diz respeito à rubrica Gastos com Pessoal constante na Demonstração de Resultados.

#4 Plano de Investimento

Investimento / projeto	PAOI 2025	Total		Fontes de Financiamento					Desvio (PAOI vs Executado)	Observações
		Executado 2025	Autofinanciamento (Recostas próprias)	Organização do Estado	Endicamento	Fundes comunitários	PRR	Outras		
Investimento em Edifícios e Obras Correlativas	1 951 217	2 953 619	2 953 619	-	-	-	-	-	-1 552 576	
Investimento em Equipamentos Básicos	3 152 527	191 223	191 223	-	-	-	-	-	-2 755 816	
Outros	3 929 692	311 575	311 575	-	-	-	-	-	-3 395 011	
Reajustamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Investimento realizado no âmbito do PAOI 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não foi realizado investimento no período
TOTAL	11 203 136	3 402 98	3 402 98	-	-	-	-	-	-7 801 238	

#5 Contratualização de Serviço Público

A concessão da exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal foi atribuída pelo Estado Português à SIMARSUI, através de Contrato assinado em 17 de abril de 2017, concessão essa que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, exceto nas situações previstas no referido contrato.

A concessão tem por objetivo garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do sector, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A SIMARSUI compromete-se a garantir, durante todo o prazo da concessão, o cumprimento dos objetivos relativos à adequação da interface com o utilizador, sustentabilidade da gestão do serviço e de sustentabilidade ambiental, que reflitam os pressupostos do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira em vigor, quando aplicável.

A SIMARSUI está abrangida pela exceção prevista no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPF, uma vez que a relação jurídica administrativa perante a Tutela é titulada por Contrato de Concessão, onde se encontram reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral.

#6 Gestão do Risco Financeiro

Fatores de risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Risco de mercado

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

Unidade: euros

		31.12.2025	31.12.2024
Juros Suportados	Real	1 955 080	2 149 118
Juros Suportados	Tx Média +1%	2 528 782	2 735 519
Juros Suportados	Tx Média -1%	1 381 378	1 562 717

Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2025 e 2024 não foram contratados swaps cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza

centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	13 147 566	8 335 443
De 1 a 2 anos	6 416 570	6 114 490
De 2 a 3 anos	7 095 795	6 416 570
De 3 a 4 anos	7 299 515	7 095 795
De 4 a 5 anos	7 493 810	7 299 015
Superior a 5 anos	15 916 919	23 378 785
	57 370 176	58 640 098

Os empréstimos BFI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BFI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BFI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Unidade: euros

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2025	Valor do capital no ano de refixação de taxa
2025	50 564 715	50 564 715
2026	44 450 225	44 450 225
2027	38 033 655	38 033 655
2028	30 937 860	30 937 860
2029	23 638 345	23 638 345
2030	16 144 535	16 144 535
2031	11 758 725	11 758 725
2040	-	-

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros financiamentos) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2025 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2025 acrescido do spread contratualmente formalizado.

À exceção da linha BFI designada por “BFI V”, os empréstimos BFI encontram-se garantidos através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BFI.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital em dívida dos empréstimos BFI garantidos pela República Portuguesa ascende a 772.798 mil euros (50.564 mil euros na Empresa). Para alguns empréstimos BFI garantidos pela República Portuguesa (capital em dívida em 31 de dezembro de 2025 no montante de 459.581 mil euros, dos quais 34.418 mil euros na Empresa), os contratos de financiamento preveem que a última prestação de capital (entre dezembro de 2026 e junho de 2029) seja liquidada em 11 prestações semestrais, ou seja, prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, desde que exista extensão do prazo dos contratos de fiança. O capital em dívida passível de ter liquidação diferida em 5 anos adicionais, ascende a 338.560 mil euros, dos quais 24.089 mil euros na Empresa (43.800 mil euros em dezembro de 2026, dos quais zero mil euros na Empresa). Conforme previsto nos contratos de financiamento, em 11 de julho de 2024, a AdP SGPS solicitou à República Portuguesa a extensão dos contratos de fiança possibilitando deste modo a prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, tendo reforçado esta solicitação em 3 de outubro de 2024. Em 27 de dezembro de 2024, a Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, F.P.F. (“IGCP”), emitiu parecer (i) favorável à extensão dos contratos de fiança relativos aos empréstimos denominados por BFI II – Tranche A e BFI II – Tranche B, em que a última prestação de capital em setembro de 2025 poderá ser liquidada em 11 prestações semestrais, e (ii) de não oposição à extensão dos contratos de fiança relativos aos restantes empréstimos. Em 16 de maio de 2025, foi formalizada a extensão dos contratos de fiança relativos aos empréstimos denominados por BFI II – Tranche A e BFI II – Tranche B. O Grupo AdP apresenta a maturidade destes empréstimos considerando o diferimento da última prestação de capital. Contudo, atendendo a que a 31 de dezembro de 2025, para o empréstimo denominado BFI IV – Tranche A, a extensão do aval do Estado Português ainda não se encontra formalizada, o capital em dívida com pagamento passível de ser diferido em 11 prestações semestrais, foi classificado como passivo corrente.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos (linha “BFI V”), de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches que permitiu a transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A. O valor utilizado ascendeu a 320.612 mil euros na tranche A e a 66.960 mil euros na tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita

reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

Unidade: euros

Risco de Capital	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos não Correntes	44 222 609	50 304 655
Empréstimos Correntes	13 147 566	8 335 443
Disponibilidades	- 4 188 872	- 660 159
Dívida	53 181 304	57 979 939
Subsídios ao Investimento	47 266 173	49 135 870
Total do Capital Próprio	79 042 919	76 035 717
Total do Capital (Subsídios + Total Capital Próprio)	126 309 092	125 171 586
Dívida/Total do Capital	0,42	0,46

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BFI e obrigacionistas, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

- (I) Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais (“Municípios”)

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AdP entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

- (II) Estado e Setor Público, Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada, a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

- (III) Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Unidade: euros
Tipologia de clientes	Municípios ⁽¹⁾	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL
Risco	Baixo	Médio	Baixo	
Exposição bruta Imparidade	17 183 333	173 389	182	17 357 015
Exposição Líquida (31.12.2025)	14 183 111	173 389	182	14 357 015

⁽¹⁾ Inclui as faturias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

Em 31 de dezembro de 2025 a antiguidade da dívida de clientes (Municípios) tem o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	Não Vencida	Vencida até 90 dias	Vencida de 90 a 120 dias	Vencida de 120 a 240 dias	Vencida de 240 a 360 dias	Vencida há mais de 360 dias	Total Vencido	Total da Dívida	Total Faturado 2025
Município Alcochete	239.305	240.009				2.280.368	2.520.377	2.759.682	1.090.824
Município Barrancos	778.020	257.443		947.453	1.043.613	727.575	2.972.484	3.750.504	2.691.307
Município Mealha	839.321	252.775			1.288		257.065	1.093.386	3.435.293
Município Montijo	326.541							326.541	3.093.24
Município Palmela	6.8492	243.843					243.843	862.335	2.807.294
Município Seixal	1.698.89	727.735		5.635	24.973		755.341	2.454.236	8.162.920
Município Sesimbra	670.263	721.693					721.693	1.391.956	3.054.602
Município Setúbal	1.065.769	79.035					79.035	1.544.804	5.418.637
	6.236.604	2.919.535		953.088	1.069.275	3.004.942	7.946.841	14.183.444	30.054.001

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Unidade: euros

Ativos Financeiros Bancários	31.12.2025
Depósitos à Ordem	1.188.772
Caixa	100
	1.188.872

Unidade: euros

Ativos Financeiros Bancários	Rating	31.12.2025
BCP	BBB+	185.218
BPI	A	78.087
Montepio Geral	BB+	27.322
CGD	A	107.03
Bankinter	A	6.096
IGCP	A	3.887.67
Depósitos à Ordem		1.188.772
BCP	BBB+	
BPI	A	
Montepio Geral	BB+	
CGD	A	
Bankinter	A	
IGCP	A	
Depósitos a Prazo		

No exercício de 2025, a estrutura de custos financeiros da SIMARSUI registou uma trajetória de otimização, evidenciada pela redução sustentada tanto no montante nominal como no custo relativo da dívida:

- **Redução dos Encargos Financeiros:** Verificou-se uma diminuição de 9,03% nos encargos financeiros face ao período homólogo de 2024, fixando-se em 1.955.080 euros. Esta tendência de queda mantém-se pelo segundo ano consecutivo, após o pico registado em 2023 (2.295.483 euros).
- **Taxa Média de Financiamento:** O custo médio da dívida recuou para 3,41% em 2025, o que representa uma redução de 25 pontos base (bps) face aos 3,66% registados no ano anterior.

Unidade: euros

Anos	2025	2024	2023	2022
Encargos Financeiros (€)	1.955.080	2.149.118	2.295.483	2.139.876
Taxa Média de Financiamento (%)	3,41%	3,66%	3,72%	3,21%

Risco de exploração

Risco de catástrofe

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a conseqüente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Risco regulatório

Através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro foi restituída à FRSAR a competência da aprovação das tarifas, mantendo-se a sua autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

#7 Limite de Crescimento do Endividamento

Ano	2025	Unidade: euros 2021
Capital Social / Capital Estatutário	25 000 000	25 000 000
Financiamento Remunerado	57 370 176	58 610 098
Novos investimentos com expressão material em 2021		
Variação do Endividamento	1,52%	3,11%

A SIMARSUL e o Grupo AdP têm adotado uma posição conservadora, com especial atenção às características de longo prazo dos ativos, tendo vindo a privilegiar a obtenção de financiamentos de longo prazo, em detrimento dos de curto prazo, com particular ênfase no BFI.

A Empresa tem vindo a apresentar uma redução do seu endividamento, de acordo com o plano de pagamento que se encontra contratualizado.

#8 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do RJSPF, artigo 13.º da LOF 2025 e artigo 97.º do DI FO 2025)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BFI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda duas emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 20

anos e, em 2016 a 12 anos, num total de 225 milhões de euros (capital em dívida no montante de 167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025).

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de mancio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2024-2025, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC n.º 155, de 4 de dezembro de 2024, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring);
- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas através de descobertos bancários, sempre que as transferências internas entre empresas do Grupo AdP através das contas bancárias no IGCP não permitam mitigar as necessidades de umas empresas com os excedentes das outras empresas;
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos de clientes através da vertente credora dos débitos diretos, através de referências MB e pela DPG – *Digital Payment Gateway* da SIBS, os quais devem ser semanalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, que não iniciem por "PT50" e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa do IGCP não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- Recebimentos em 2024 de verbas no âmbito de processos de injunção contra clientes e no âmbito de subsídios.

Unidade: euros

Banca Comercial	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	1º Trimestre
BANCO BPI, SA	101 528	93 411	88 698	78 084
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	10 540	10 540	10 540	10 403
BANCO BANKINTER, SA	6 392	6 312	6 231	6 098
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	24 479	24 441	24 435	24 322
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	185 218	185 218	185 218	185 218
Total	328 158	319 922	315 122	304 125

Juros auferidos

#9 Prazo Médio de Pagamento (PMP) e “Arrears”

O cálculo do PMP foi efetuado conforme estipulado no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, tendo-se verificado em 2025 um aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores para 56 dias, consubstanciando-se num aumento de 8% face a 2024.

PMP	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	56	52	4	8%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição, não se verificando quaisquer valores vencidos a mais de 90 dias.

Unidade: euros

PAGAMENTOS EM ATRASO
 Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL
 65 A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 1.º do DL
 127/2012
 2025

Dívidas vencidas	90 180 dias	180 365 dias	>365 dias	Total	2024 Total
1 - Aq. de Bens e Serviços					
2 - Aq. de Capital					
3 - Total dívida vencida > 90 dias					
4 - Situações excluídas (n.º art.º DL 127/2012)					
4.1 - Obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória					
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor					
4.3 - Montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados					
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3) (1)					

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOF 2024	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹	0
2 - Pagamentos em atraso 2025 (>90 dias) ¹	-
3 - Δ Pagamentos em atraso (2-1)	0

1 - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011.
 2 - Apenas aplicável às entidades públicas reconhecidas.

As dívidas existentes encontram-se publicadas em <https://www.simarsul.adp.pt/content/dividas-fornecedores>

#10 Estatuto do Gestor Público

I. Objetivos de Gestão

O Conselho de Administração da sociedade deu cumprimento ao disposto no nº 13 do artº 3 da Portaria nº. 317-A/2021, de 23 de dezembro, conjugado com o disposto no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, tendo apresentado uma proposta de objetivos e indicadores de gestão (estratégicos, setoriais e individuais) e respetivas metas a constar dos contratos de gestão, aguardando-se a sua aprovação, nos termos e para os efeitos previstos nos citados normativos.

Sem prejuízo do que antecede, o grau de cumprimento em 2025, dos objetivos propostos, foi o seguinte:

- *Objetivos Individuais*

Objetivos	Indicador	Fórmula de cálculo	Escala	Ponderação SIMARSUI (*)	Resultado	Avaliação	Ponderação
Individual José Filipe	Desenvolvimento e implementação de um Plano de Recuperação dos Ativos da empresa (Manutenção e Engenharia)	Ano 1: Elaboração do Plano Anos seguintes: Implementação de medidas	3. Aprovação do Plano em RCA 1. Não aprovação do Plano em RCA	31,3%	Plano aprovado em RCA	3	0,94
Individual Dora Afonso	Desenvolvimento e implementação de um Plano de Gestão de Recursos Humanos	Ano 1: Elaboração do Plano Anos seguintes: Implementação de medidas	3. Aprovação do Plano em RCA 1. Não aprovação do Plano em RCA	31,3%	Plano aprovado em RCA	3	0,94
Individual João Filipe	Gestão de Afuências Indevidas	N.º de entregáveis ao CA	3. mais de 2 entregáveis 2. entrega de 2 entregáveis 1. 1 ou menos entregáveis	31,3%	1 ou menos entregáveis	1	0,31

• *Objetivos setoriais e estratégicos*

Objetivos	Indicador	Fórmula de cálculo	Escala	Ponderação SIMARSUL (*)	Resultado	Avaliação	Ponderação
OPERACIONAIS	Eficiência de Gestão	PRC = [(CV+SE+OP)/NF] Variação face ao PAO proposto	3: var < -0.10 pp 2: 0.0 pp < var < +0.10 pp 1: var > +0.10 pp	25,0%	6,85pp	3	0,75
	Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto e n PAO	3: Nr dias < Nr dias PAO 2: Nr dias > Nr dias PAO 1: Nr dias >= Nr dias PAO	5,3%	8		0,06
ESTRATÉGICOS	Água para Reutilização	Implementação iniciativas ApR	3: Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção g,al ou superior a 90% face ao previsto no PAO 2: Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção g,al ou superior a 75% face ao previsto no PAO 1: Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção g,al ou superior a 50% face ao previsto no PAO	0,0%	n.a. ⁴¹	n.a. ⁴¹	n.a. ⁴¹
	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	3: Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção g,al ou superior a 90% face ao previsto no PAO 2: Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção g,al ou superior a 75% face ao previsto no PAO 1: Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção g,al ou superior a 50% face ao previsto no PAO	0,0%	n.a. ⁴¹	n.a. ⁴¹	n.a. ⁴¹
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de Lamas	3: Lançamento, em cada ano, de concursos empre tidas para 60% da produção de lamas prevista no PAO 2: Lançamento, em cada ano, de concursos empre tidas para 40% da produção de lamas prevista no PAO 1: Lançamento, em cada ano, de concursos empre tidas para 20% da produção de lamas prevista no PAO	0,0%	n.a. ⁴¹	n.a. ⁴¹	n.a. ⁴¹
AMBIENTAIS E DE SERVIÇO	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	3: n.º Ações executadas face ao previsto >= 90% 2: n.º Ações executadas face ao previsto 80% < x < 90% 1: n.º Ações executadas face ao previsto < 80%	2,5%	93,3%	3	0,38
	Qualidade das Águas Rescuais	AQAR = QAR (Ano N)	3: AQAR > 95% 2: 90% < AQAR < 95% 1: AQAR < 90% * sem deterioração face ao ano anterior	25,0%	70,2%		0,25

⁴¹ Foi aprovada pela AcP SÍOP5 a não avaliação e, em 2025, os indicadores estratégicos centificados, decemente da inexistência das condições neles centificadas, que possibilitassem a sua avaliação nos moldes definidos.

CLASSIFICAÇÃO ADMINISTRADOR	PONDRAÇÃO	AVAI AÇÃO
José Galho	2,1	Adequado
Dona Afonso	2,1	Adequado
João Luiz	1,8	Desadequado

2. Artigos 32.º e 33.º do FGP

Relativamente à aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (FGP), nomeadamente no que se refere a:

- I. à não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa*

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- II. ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal*

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- III. ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet*

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel e internet.

Membro do Órgão de Administração	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
Francisco José Pinto Silva Narciso	80,0	263,9	-
José Esperança Fialho	80,0	380,6	-
João Afonso Almeida da Silva Luz	80,0	260,0	-
Dora Rego Afonso	80,0	163,9	-
		1 068,5	

- IV. ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.*

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao valor das despesas associadas a viaturas.

Membro do Órgão de Administração	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados às viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Francisco José Pinto Silva Narciso	322,7	2 691,6	191,8	2 883,7	
José Esperança Fialho	333,6		780,0	780,0	
João Afonso Almeida da Silva Luz	126,9	2 112,0	851,3	3 293,3	
Dora Rego Afonso	126,9	1 111,0	365,2	1 779,2	
		6 517,6	2 188,2	8 735,9	

3. Despesas não documentadas ou confidenciais

A SIMARSUL dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado e/ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

#11 Contratação Pública

- a) o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2022, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente;
- b) os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização;
- c) os atos ou contratos celebrados com valor superior a € 5 000 000, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhoras práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

#12 Informação Complementar

a) Eventual adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motocicletas;

- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

- b) **As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas (se aplicável)**
- c) **Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas (se aplicável).**

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas, nem se verificaram reservas na última CIC. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

- d) **Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado**

Nos últimos três anos não foram efetuadas recomendações por parte do Tribunal de Contas.

- e) **Medidas implementadas no âmbito da adaptação progressiva dos sistemas de reporte e dos processos internos, de modo a assegurar que, caso a empresa ainda não se encontre sujeita à obrigação de apresentação do relato de sustentabilidade, venha a cumprir essa exigência nos prazos legalmente estabelecidos pela Diretiva Comunitária *Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)*.**

A SIMARSUI não é uma empresa de interesse público, nem empresa-mãe de grandes grupos, não lhe sendo aplicável o disposto dos artigos 66.º-B ou 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais. Sem prejuízo do que antecede, e no âmbito do Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal, a SIMARSUI desenvolveu, durante o ano de 2025, as atividades que podem ser analisadas no capítulo 4.7.

#13 Quadro-Síntese do Cumprimento das Orientações

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais referidas, apresenta-se o quadro seguinte:

Ponto	Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
		S	N	N.A.		
1	Execução do PAO					Pág. 85 e 86
	Investimento		X			Ver capítulo 4.1.2.
	Reservas					
	Nível de endividamento	X				
	Execução do orçamento aprovado no SIGO/SOC			X		
	Autorizações concedidas	X				
2	Eficiência Operacional e gastos operacionais	X			56,61%	Pág. 86
3	Recursos Humanos e Massa Salarial					Pág. 87
	Indicação da evolução dos RI	X			12	Efeito líquido em entradas e saídas em 2025
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador do aumento dos RI (se aplicável)	X				Em anexo ao Relatório.
	Evolução da massa salarial (sem efeito volume)	X			11%	
4	Plano de Investimentos		X		-7.601.238	Pág. 88
5	Contratualização de Serviço Público	X				Pág. 88
	Indicações, meios e execução	X				Pág. 88
	Compensações recebidas		X			Pág. 88
6	Gestão do Risco Financeiro	X			3,1 %	Pág. 89 - 95
7	Limites de Crescimento do Endividamento	X			-1,52%	Pág. 95
8	Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)					Pág. 95 - 97
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no GCP	X			95%	% de disponibilidades e aplicações junto do IGCP em 31 de dezembro de 2025
	Disponibilidades e aplicações centralizadas na Banca Comercial	X			394.125 €	Saldo a 31 de dezembro de 2025
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado			X		Ver ponto 9 do Capítulo GOA/DL
	Identificação do Despacho autorizador do excedimento (se aplicável)			X		
9	PMP a fornecedores e arrears					Pág. 97
	Evolução do PMP a fornecedores		X		1	
	Diluição dos Arrears nos Pagamentos ("Arrears")	X			-	

Ponto	Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
		S	N	N.A.		
10	Estatuto do Gestor Público					Pág. 98 - 100
	Objetivos de Gestão					
Iniciativas	Desenvolvimento e implementação de um Plano de Recuperação dos Ativos da empresa (Manutenção e Engenharia)	X			Plano aprovado em RCA	
	Desenvolvimento e implementação de um Plano de Gestão de Recursos Humanos	X			Plano aprovado em RCA	
	Gestão de Atenuação de dívidas			X	1 ou menos entregas	
Operacionais	Eficiência de Gestão	X			-6,85 pp	
	Respeito aos prazos de pagamento			X	8	
Estratégicas	Água para Reutilização			X	na	Foi aprovada pela AdP 3G7S a não avaliação em 2025, os indicadores abaixo indicados decorrentes de inexistência das condições não identificadas, que possibilitassem a sua avaliação nos moldes definidos
	Plano de Neutralidade Energética			X	na	Foi aprovada pela AdP 3G7S a não avaliação em 2025, os indicadores abaixo indicados decorrentes de inexistência das condições não identificadas, que possibilitassem a sua avaliação nos moldes definidos
	Plano de Águas			X	na	Foi aprovada pela AdP 3G7S a não avaliação em 2025, os indicadores abaixo indicados decorrentes de inexistência das condições não identificadas, que possibilitassem a sua avaliação nos moldes definidos
Anúncias e do serviço	Plano de Manutenção	X			95%	
	Qualidade das Águas Residuais			X	76%	
	Não utilização de cartões de crédito	X				Foi dado cumprimento fiscal ao disposto no EG7, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				A empresa não reembolsou qualquer despesa
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X			1 069	Ponto 10, alínea b) iii) de Capture COADL
	Valor máximo de combustível e portagens efetuadas mensalmente às viaturas de serviço	X			8 736	Ponto 10, alínea b) iv) de Capture COADL
	Despesas não documentadas ou confidenciais					
11	Contratação Pública					Pág. 101 - 102
	Aplicação das normas de contratação pública por empresa	X				Ponto 11 do Capítulo COADL
	Aplicação das normas de contratação pública por entidades	X				Ponto 11 do Capítulo COADL
	Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		Não foram submetidos contratos a visto prévio do Tribunal de Contas
12	Informação complementar	X				
	Acesso do Sistema Nacional de Compras Públicas	X				Ponto 12, alínea a) do Capítulo COADL
	Diligências tomadas sobre as recomendações do acionista na última aprovação de contas			X		Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas.
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC			X		Não se verificaram reservas na CLC relativa ao exercício transato
	Auditorias do Tribunal de Contas			X		Nos últimos três anos não foram efetuadas recomendações por parte do Tribunal de Contas
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre a sustentabilidade (CSRD)	X				
13	Sistematização de informação	X				

14 Anexo – Declaração de Conformidade da Informação Reportada no SISEE

No âmbito da preparação e submissão dos documentos da prestação de contas referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração da SIMARSUI, reunido para o efeito, declara que:

1. Foi verificada a consistência entre a informação financeira reportada no SISFF ao longo do exercício e os elementos constantes da prestação de contas agora submetida ao acionista Estado;
2. Não foram identificadas divergências materiais entre os dados comunicados nas diferentes fases de reporte que comprometam a fiabilidade ou a comparabilidade da informação financeira final;
3. O Conselho de Administração assegura que as informações prestadas obedecem aos princípios de veracidade, transparência e rigor exigidos às empresas do Setor Empresarial do Estado;

Mais se declara que a presente declaração de conformidade é emitida para os efeitos tidos por convenientes e integra os anexos ao Relatório de Gestão.

Seixal, 3 de março de 2026

**JOSÉ
EDUARDO
ESPERANÇA
FIALHO**

Assinado de forma digital por JOSÉ EDUARDO ESPERANÇA FIALHO
Dados: 2026.03.03 16:19:07 Z

José Eduardo Esperança Fialho

Presidente Executivo

Assinado por: **Rute Isabel Talhadas Cesário**
Num. de Identificação: 10537790
Data: 2026.03.04 09:19:46 -0300

Rute Isabel Talhadas Cesário

Vogal Não Executivo

**JOÃO AFONSO
ALMEIDA DA
SILVA LUZ**

Assinado de forma digital por JOÃO AFONSO ALMEIDA DA SILVA LUZ
Dados: 2026.03.03 16:28:29 Z

João Afonso Almeida da Silva Luz

Vogal Executivo

Assinado por: **JOÃO PEDRO COELHO DE OLIVEIRA MIGUEL**
Data: 2026.03.03 18:05:42+00'00'

João Pedro Coelho de Oliveira Miguel

Vogal Não Executivo

**DORA DA LUZ
BRANDÃO
REGO AFONSO**

Assinado de forma digital por DORA DA LUZ BRANDÃO REGO AFONSO
Dados: 2026.03.03 16:34:04 Z

Dora da Luz Brandão Rego Afonso

Vogal Executivo

15 Anexo ao Relatório

Nos termos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2025:

Unidade: em €

Acionistas	Nº de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
Ac.P. - Águas de Portugal SGPS, S.A.	2 750 000	2 750 000	51,00%
Acocheza	375 455	375 455	,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Mortijo	127 290	127 290	4,5 %
Palmeira	156 040	156 040	4,62%
Seibel	2 819 950	2 819 950	1,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Sesilva	3 073 785	3 073 785	2,30%
Total	25 000 000	25 000 000	100,00%

Nos termos do referido artigo do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que nenhum dos acionistas deixou de ser titular das referidas frações do capital, no decorrer de 2025.

Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que nenhum dos membros dos órgãos da administração e fiscalização, são detentores de ações ou obrigações da Empresa, diretamente ou por interposta pessoa.

C – CONTAS DO EXERCÍCIO

I Contas Individuais

I.1 Demonstração da posição financeira

Unidade: euros

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Ativos não Correntes			
Ativos Intangíveis	5	138 754 096	143 588 091
Ativos Fixos Tangíveis	5	120 461	55 484
Ativos sob direito de uso	6	256 937	301 133
Outros Ativos Financeiros	7	79 989	79 989
Impostos Diferidos Ativos	31	4 130 394	4 743 692
Clientes	9	-	259 482
Desvio Tarifário Ativo	8	61 552 734	65 131 396
Total dos Ativos não Correntes		204 894 611	214 159 266
Ativos Correntes			
Inventários	11	675 918	696 166
Clientes	9	14 357 015	11 411 253
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	31	-	-
Outros Ativos Correntes	10	4 495 003	3 918 236
Caixa e seus Equivalentes	12	4 188 872	660 159
Total dos Ativos Correntes		23 716 808	16 685 814
Total do Ativo		228 611 419	230 845 080
Capital Próprio			
Capital Social	13	25 000 000	25 000 000
Reservas e Outros Ajustamentos	13	1 062 161	916 201
Resultados Transitados	13	49 973 556	47 200 308
Resultado Líquido do Exercício	13	3 007 203	2 919 208
Total do Capital Próprio		79 042 919	76 035 717
Passivos não Correntes			
Empréstimos	17	44 222 609	50 304 655
Passivos da locação	6	65 191	74 950
Fornecedores	18	8 618 271	8 957 662
Impostos Diferidos Passivos	31	12 240 428	14 994 399
Acréscimos de Custos do Investimento Contratual	15	15 299 083	15 506 202
Subsídios ao Investimento	16	47 266 173	49 135 870
Total dos Passivos não Correntes		127 711 754	138 973 737
Passivos Correntes			
Empréstimos	17	13 147 566	8 335 443
Passivos da locação	6	101 608	135 865
Fornecedores e Outros Passivos Correntes	18	8 315 992	6 834 318
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	31	291 580	530 000
Total dos Passivos Correntes		21 856 746	15 835 627
Total do Passivo		149 568 500	154 809 363
Total do Passivo e do Capital Próprio		228 611 419	230 845 080

I.2 Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

Unidade: euros

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Vendas		-	-
Prestações de Serviços	20	30 335 648	28 081 666
Rédito da Construção	20	3 402 198	3 055 242
Defice/superavit tarifario recup. custo	20	- 3 578 662	- 1 175 242
Volume de Negócios		30 159 185	29 961 665
Gasto das Vendas/Varição dos Inventários	21	- 489 341	- 537 318
Gastos da Construção	21	- 3 402 198	- 3 055 242
Margem Bruta		26 267 646	26 369 105
Fornecimentos e Serviços Externos	22	- 11 419 820	- 11 438 618
Gastos com Pessoal	23	- 5 271 775	- 4 595 351
Amortiz., Depreciações e Reversões do Exercício	24	- 8 115 202	- 7 716 638
Perdas por Imparidade e Reversões	26	- 8 524	-
Subsídios ao Investimento	16	2 464 169	2 294 265
Outros Gastos e Perdas Operacionais	27	- 218 588	- 204 743
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	28	102 063	139 457
Resultados Operacionais		3 799 970	4 847 478
Gastos Financeiros	29	- 1 955 080	- 2 149 118
Rendimentos Financeiros	30	249 144	282 393
Resultados Financeiros		- 1 705 936	- 1 866 724
Resultados Antes de Impostos		2 094 034	2 980 753
Imposto do Exercício	31	- 1 227 505	- 1 011 376
Imposto Diferido	31	2 140 673	949 831
Resultado Líquido do Exercício		3 007 203	2 919 208
Resultado por Ação (básico e diluído)	13	0,12	0,12

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado Líquido do Exercício	3 007 203	2 919 208
Rendimento Integral	3 007 203	2 919 208

I.3 Demonstração das variações do capital próprio

Unidade: euros

	Capital Social	Reserva Líquida	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	TOTA
Saldo a 31 de Dezembro de 2023 Nota 13	25 000 000	916 201	47 200 308	3 027 372	76 143 881
Aplicação do Res. Líquido do Exercício 2023	-	51 369	2 876 004	- 3 027 372	-
Res. Líquido do Exercício 2024	-	-	-	2 919 208	2 919 208
Saldo a 31 de Dezembro de 2024 Nota 13	25 000 000	916 201	47 200 308	2 919 208	76 035 717
Aplicação do Res. Líquido do Exercício 2024	-	45 960	2 773 247	- 2 919 208	-
Res. Líquido do Exercício 2025	-	-	-	3 007 203	3 007 203
Saldo a 31 de Dezembro de 2025 Nota 13	25 000 000	1 062 161	49 973 556	3 007 203	79 042 919

I.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	29 451 350	26 200 242
Pagamentos a Fornecedores	- 13 263 774	- 12 802 959
Pagamentos ao Pessoal	- 3 898 166	- 3 406 441
Pagamentos/Recebimento de IRC	- 1 465 232	- 396 928
Outros Pagamentos/Recebimentos relativos à Atividade Operacional	187 785	29 232
Pagamentos Segurança Social	- 1 250 059	- 1 168 397
Pagamentos de Outros Impostos	-	- 92 743
	9 761 904	8 362 006
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimentos de Investimentos Financeiros	2 080	14 084
Recebimentos de Ativos Fixos Tangíveis	-	-
Recebimentos de Ativos Intangíveis	-	-
Recebimentos de Subsídios de Investimento	589 628	-
Pagamentos de Investimentos Financeiros	-	-
Pagamentos de Ativos Fixos Tangíveis	-	-
Pagamentos de Ativos Intangíveis	-	-
Pagamentos de Ativos Fixos Tangíveis e intangíveis em curso	- 3 730 878	- 5 175 375
	- 3 139 171	- 5 161 291
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de Empréstimos Obtidos	7 000 000	2 500 000
Recebimentos de Locações Financeiras	-	-
Recebimentos de Juros e Custos Similares	-	-
Recebimentos de Suprimentos	-	-
Pagamentos de Empréstimos Obtidos	- 8 469 201	- 5 523 315
Pagamentos de Locações Financeiras	- 210 102	- 54 740
Pagamentos de Juros e Custos Similares	- 1 414 717	- 1 663 174
Pagamentos de Suprimentos	-	-
	- 3 094 020	- 4 741 229
Variação de Caixa e seus Equivalentes	3 528 713	- 1 540 514
Caixa e seus Equivalentes no Início do exercício (Nota 12)	660 159	2 200 673
Caixa e seus Equivalentes no Fim do exercício (Nota 12)	4 188 872	660 159

Decomposição de caixa e seus equivalentes (euros)

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	100	100
Depósitos à Ordem (Nota 12)	4 188 772	660 059
	4 188 872	660 159

1.5 Notas às Demonstrações Financeiras

1. ATIVIDADE ECONÓMICA

1.1. INTRODUÇÃO

A SIMARSUI - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (adiante designada também por SIMARSUI ou Empresa ou Sociedade) com um capital social de 25.000.000 euros, e sede social em Sesimbra, foi criada através do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, sendo responsável pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

Este sistema abrange a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

1.2. ATIVIDADE

A SIMARSUI tem como atividade principal o tratamento e a rejeição de efluentes.

O Sistema integra como utilizadores no saneamento de águas residuais oito municípios, a saber:

Os municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

A atividade da SIMARSUI vigorará por um período de 30 anos, período definido para a concessão que termina no último dia civil do trigésimo ano, i.e., 31 de dezembro de 2046. A atividade é regulada pelo contrato de concessão outorgado entre o Estado Português e a SIMARSUI, à data de 17 de abril de 2017. Este contrato, previsto no decreto-lei da constituição da sociedade, integra um estudo de viabilidade económica e financeira que fixa um conjunto de pressupostos relevantes, entre os quais se destacam as regras e os valores definidos para as tarifas e o cálculo dos desvios de recuperação de gastos.

De acordo com o contrato de concessão, o valor do desvio de recuperação de gastos a reconhecer anualmente fica sujeito a aprovação pela entidade reguladora do setor (FRSAR) até ao final de fevereiro do ano seguinte a que respeita.

1.3. ACIONISTAS

A SIMARSUI é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um Capital Social de 25 000 000 euros, integralmente realizado.

São acionistas da SIMARSUI :

Unidade: euros

Acionistas	Nº de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	25 000 000	25 000 000	100,00%

1.4. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 3 de março de 2025. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UF, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2025.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da SIMARSUI foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (“DUI”)

2.2.1. CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma, as Empresas concessionárias do Grupo prestam dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência). O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das Empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da Empresa é o do intangível. Deste modo, as Empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionárias classificam as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.2.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos aos ativos intangíveis em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Concessão	Prazo	Período	Remuneração acionista	
			Taxa	Incidência
Concessão	30 anos	2017-2046	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

⁽¹⁾ A remuneração OT 10 anos + 3% incide sobre o capital social e reserva legal. Adicionalmente sobre os dividendos em dívida incide remuneração equivalente à OT 10 anos.

2.2.3. AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira, tendo como base os caudais (água e efluentes) faturados nesse exercício e os caudais a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Contrato de Concessão Investimento (euros)	Prazo do Contrato de Concessão	Caudais (m ³)	Taxa média Amortização 2025
268 508 373	30 anos	1 091 510 823	1,90%

2.2.4. ACRÉSCIMOS DE GASTOS PARA INVESTIMENTOS CONTRATUAIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da SIMARSUL, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Salienta-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática, estes acréscimos correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.5. DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção da sociedade concessionária extinta em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do Sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. A SIMARSUL regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção da sociedade concessionária do sistema agregado nos termos do presente Decreto-Lei, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais da sociedade.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção da sociedade concessionária do sistema agregado em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de demonstração de posição financeira, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente   recupera o integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remunera o anual garantida.

2.2.6. RÉDITO – SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da SIMARSUL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos do relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 5.4.2 – vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 6.2 – vida útil de locações
- Nota 8.2. – estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 9.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 14.2 – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 31.1 – estimativa de imposto e impostos diferidos

2.4. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração de posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração de posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração de posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração de posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS

3.1. ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentada nos comparativos.

3.2. NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2025

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

	Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 21 - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Tala de convertibilidade	Emendas à norma IAS 21 - Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação dos passivos como correntes e não correntes. Diferimento da data de aplicação: Passivos não correntes com "covenants"	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio e aplicam as divulgações adicionais necessárias.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da SIMARSUL.

3.3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2026 ou posteriores e que a SIMARSUL não adotou antecipadamente são as seguintes:

- **Já endossadas pela CU**

Descrição	Alteração	Data Efetiva
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Essas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.	de janeiro de 2026
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.	de janeiro de 2026
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (ver item 1)	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 7.	de janeiro de 2026

- **Ainda não endossadas pela FU**

Descrição	Alteração	Data Efetiva
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	O objetivo da IFRS 18 é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações financeiras para ajudar a assegurar que estas proporcionam informação relevante que representa fielmente os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos de uma entidade.	de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Esta norma permite que uma subsidiária e o grupo possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.	de janeiro de 2027
Alterações à IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Eliminação da possibilidade da entidade definir o nível de detalhe das divulgações a efetuar.	de janeiro de 2027
Alterações ao IAS 21 - Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária	Especifica os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária.	de janeiro de 2027

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, a Empresa encontra-se em fase de identificação dos impactos para as demonstrações financeiras decorrentes da sua futura adoção.

3.4. NORMAS EM REVISÃO

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o Exposure Draft da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a Empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a Empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios, bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021, o IASB, após análise dos comentários recebidos ao Exposure Draft, identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e, em 2023, ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao Exposure Draft. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do Exposure Draft.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

4.1. FATORES DE RISCO

As atividades da SIMARSUL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros,

procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2. RISCO DE MERCADO

4.2.1. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da SIMARSUI advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da SIMARSUI.

Unidade: euros

		31.12.2025	31.12.2024
Juros Suportados	Real	1 955 080	2 149 118
Juros Suportados	Tx Média +1%	2 528 782	2 735 519
Juros Suportados	Tx Média -1%	1 381 378	1 562 717

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de um ano.

4.2.2. RISCO DE PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais da SIMARSUI em energia e combustíveis, representam aproximadamente 29% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato. A SIMARSUI estima que para o próximo ano os custos com eletricidade venham a aumentar significativamente decorrente do término do contrato que se encontrava em vigor e da atual conjuntura.

4.3. RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da SIMARSUI pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A SIMARSUI efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais, que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da SIMARSUI por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

Unidade: euros

Risco de Liquidez	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	8 335 443	26 925 870	23 378 785
Fornecedores e Outros Passivos	6 834 318	-	-

Os empréstimos BFI permitem contratualmente que a SIMARSUI escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BFI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a SIMARSUI não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a SIMARSUI dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Unidade: euros

Risco de Capital	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos não Correntes	44 222 609	50 304 655
Empréstimos Correntes	13 147 566	8 335 443
Disponibilidades	- 4 188 872	- 660 159
Dívida Líquida	53 181 304	57 979 939
Subsídios ao Investimento	47 266 173	49 135 870
Total do Capital Próprio	79 042 919	76 035 717
Total do Capital (Subsídios + Total Capital Próprio)	126 309 092	125 171 586
Dívida/Total do Capital	0,42	0,46

O objetivo da SIMARSUI em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração de posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da SIMARSUI, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da SIMARSUI é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da SIMARSUI assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BFI, no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

4.4. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a SIMARSUI, estando sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de saneamento).

A composição da carteira de clientes do SIMARSUL tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados; (ii) particulares, institucionais e Empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 9) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 30).

O Conselho de Administração da SIMARSUL continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da SIMARSUL a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração de posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração de posição financeira.

Unidade: euros

Ativos Financeiros Bancários	31.12.2025
Depósitos à Ordem	4 188 772
Caixa	100
	4 188 872

Rating	31.12.2025
BCP	BBB+
BPI	A
Montepio Geral	BB-
CGD	A
Banário	A
IGCP	A

Fonte: Moody's

Ativos Financeiros Bancários	Rating	Unidade: euros
		31.12.2025
BCP	BBB 1	1 85 218
BPI	A	78 084
Montepio Geral	BB 1	24 322
CGD	A	10 403
Bankinter	A	6 098
ICCP	A	3 884 647
Depósitos à Ordem		4 188 772

4.5. RISCO DE EXPLORAÇÃO

4.5.1. RISCO DE CATASTROFE

A SIMARSUL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos, a SIMARSUL tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2. RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da FRSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa e que podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI")

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.2.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes, normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos da SIMARSUI são analisados à data de cada demonstração de posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do FVFF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da SIMARSUI. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a SIMARSUI efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2. ESTIMATIVA E JUÍGAMENTO

Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas, bem como o respetivo método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com os respetivos contratos de concessão. No fim das concessões, o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da concessão da SIMARSUI de rendimento garantido, alterações nos caudais não têm impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 2.2.5).

Na determinação do investimento contratual, a SIMARSUI utiliza, para efeitos de base de amortizações, o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou Estudos de Viabilidade Económica e Financeira (FVFF) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com conseqüente impacto nas demonstrações financeiras da SIMARSUI.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SIMARSUI, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à SIMARSUI.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

A SIMARSUI não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Direitos de Utilização de Infra-Estruturas (DU)	138 754 096	143 588 091
	138 754 096	143 588 091

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024 é como segue:

Unidade: euros

Valor Bruto	31.12.2023	Aumentos	Transferências	Outros ajustamentos	31.12.2024	Aumentos	Transferências	31.12.2025
DU	226 775 167	-	2 771 281	-	229 546 448	-	3 510 387	233 056 835
DU em Curso	2 964 387	3 055 242	- 2 771 281	- 29 280	3 219 268	3 402 198	- 3 387 237	3 034 230
	229 739 554	3 055 242	-	- 29 280	232 765 516	3 402 198	- 76 850	236 091 065
Amortizações Acumuladas								
DU	- 81 735 897	- 6 354 663	- 887 065	-	- 89 777 625	- 7 068 133	- 1 091 211	- 97 336 969
Ajustamentos de Amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-
	- 81 735 897	- 6 354 663	- 887 065	-	- 89 777 625	- 7 068 133	- 1 091 211	- 97 336 969
Valor Líquido	148 003 657	- 3 499 421	- 887 065	- 29 280	143 588 091	- 3 665 934	- 1 168 061	138 754 096

No ano de 2025 a transferência no montante de 3.510.387 euros para a rubrica “Direito de utilização de infraestruturas” é explicada essencialmente pela entrada em funcionamento ou término das obras em várias

infraestruturas da SIMARSUI (*novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de saneamento*).

Na sequência da entrada em funcionamento ou término de obras destas infraestruturas, foi reclassificado da rubrica "Acréscimo de gastos de investimento contratual" para amortizações acumuladas do Direito de utilização de infraestruturas um montante de 1.091.211 euros.

O valor registado em '**Ativos Intangíveis em Curso**' no encerramento do exercício de 2025 representa o investimento em curso na valorização do subsistema de saneamento da Península de Setúbal. Estes projetos, focados na construção e requalificação de infraestruturas críticas, são fundamentais para otimizar a capacidade de tratamento e elevar os padrões de eficiência operacional e ambiental da SIMARSUI

5.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.4.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor da demonstração de posição financeira.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

Depreciações

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento básico	8 - 33
Ferramentas e utensílios	33
Equipamento administrativo	4

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício, o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela SIMARSUI. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos, que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

5.4.2. ESTIMATIVAS E JUÍZAMENTO

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SIMARSUI, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à SIMARSUI.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.4.3. DETALHE DO MOVIMENTO

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos Fixos Tangíveis	120 461	55 484
	120 461	55 484

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024 é como segue:

Unidade: euros

Valor Bruto	31.12.2023	Aumentos	31.12.2024	Aumentos	31.12.2025
Ativos Fixos Tangíveis - Outros	37 684	29 280	66 964	76 850	43 814
	37 684	29 280	66 964	76 850	43 814
Depreciações Acumuladas	31.12.2023	Aumentos	31.12.2024	Aumentos	31.12.2025
Ativos Fixos Tangíveis - Outros	- 7 32	- 2 457	- 1 479	- 1 873	- 23 352
	- 7 32	- 2 457	- 1 479	- 1 873	- 23 352
Valor Líquido	30 363	26 823	55 484	64 977	120 461

6. LOCAÇÕES

6.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As locações nas quais a SIMARSUI é locatário são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo, as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a SIMARSUI reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A SIMARSUI reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso. A SIMARSUI apenas tem locações enquanto locatária.

A) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a SIMARSUI reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação, o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- I. Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- II. Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Edifícios e outras construções	1 - 40
Equipamento de transporte	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a SIMARSUI mensura o passivo da locação por:

- I. Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- II. Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- III. Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;

- b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela SIMARSUI enquanto locatário

A SIMARSUI utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- I. Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- II. Contratos de locação com término contratual até 12 meses são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- III. Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a SIMARSUI é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

6.2. ESTIMATIVAS E JUÍGAMENTO

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

6.3. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024 e o respetivo movimento ocorrido naquelas datas é como segue:

Ativos sob direito de uso	31.12.2024			Exercício de 2025				31.12.2025		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos do exercício no valor bruto	Amortizações do exercício	Abates e diminuições do exercício no valor bruto	Abates e diminuições do exercício nas amortizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
<i>Ativos sob direito de uso que em 31.12.2025 estavam classificados como locações operacionais (95.17)</i>										
Equipamento de computação	50.453	(79.483)	51.266	45.649	(13.997)	-	-	74.383	(123.145)	50.938
Fornecimento	290.907	(11.963)	249.877	31.150	(107.108)	-	-	325.367	(118.168)	77.200
	421.341	(170.208)	301.133	78.109	(151.105)	-	-	499.450	(271.312)	228.138

6.4. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Unidade: euros	
Passivos da locação	31.12.2025	31.12.2024
Correntes	61 668	35 865
Não correntes	65 191	74 950
	166 799	210 816
Capital em dívida por natureza de ativo adquirido	31.12.2025	31.12.2024
Equipamento de transporte e outros equipamentos	79 854	52 068
Intangíveis - Licenças	86 945	58 748
	166 799	210 816
Futuros pagamentos mínimos	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	68 064	43 413
De 1 a 5 anos	70 094	77 175
Mas de 5 anos	-	-
	178 158	220 588
Juros	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	6 456	7 547
De 1 a 5 anos	4 903	2 225
Mas de 5 anos	-	-
	11 359	9 772
		Unidade: euros
Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	61 668	35 865
De 1 a 5 anos	65 191	74 950
Mas de 5 anos	-	-
	166 799	210 816

6.5. PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO

	Unidade: euros	
Total de pagamentos da locação	31.12.2025	31.12.2024
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	77 491	85 937
Contabilizadas como despesa em resultados	71 216	74 254
	148 707	260 191

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

7.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na respetiva nota 12.1.

7.2. DETALHE

O detalhe dos outros ativos financeiros não correntes em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos a Prazo	74 989	74 989
Investimento Financeiro	5 000	5 000
	79 989	79 989

8. DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

8.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.2.5

8.2. ESTIMATIVAS E JUÍZAMENTO

O Desvio de Recuperação de Gastos ("DRG") é calculado nos termos dos DI n.os 92, 93 e 94/2015, de 29 de maio ("DI das Agregações"), do DI n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, do DI n.º 34/2017, de 24 de março, e dos contratos de concessão, que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias.

Estas têm como critério a recuperação dos custos de exploração, do investimento e de uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais, correspondente à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3%, bem como da remuneração acionista em dívida, correspondente à rentabilidade média diária das OT a 10 anos, não devendo o DRG incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ("FRSAR") ("Critérios de Eficiência Produtiva").

Nos termos dos respetivos Contratos de Concessão, as concessionárias devem enviar à FRSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que, no âmbito das suas competências, aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

8.3. DETALHE E MOVIMENTO

	Unidade: euros		
	31.12.2024	DRG gerado 2025	31.12.2025
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) Nota 20	65 131 396	- 3 578 662	61 552 734

Relativamente ao DRG de 2025, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela FRSAR, por:

- i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG, após contraditório, não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras, tendo em conta o histórico verificado; e
- ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

9. CLIENTES

9.1. POIÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da Empresa, a SIMARSUI apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da SIMARSUI).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a SIMARSUI determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a SIMARSUI não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a SIMARSUI valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da SIMARSUI, a SIMARSUI apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a SIMARSUI recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela SIMARSUI no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (write-off)

A SIMARSUI reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela SIMARSUI se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas "Clientes" e "Outros ativos", a SIMARSUI aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospectivas

de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração de posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de demonstração de posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a SIMARSUI não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a SIMARSUI alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospectiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido da demonstração de posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;

Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração de posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:

- o Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
- o O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.

Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre

- o Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração de posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
- o Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração de posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

9.2. ESTIMATIVAS E JUÍZAMENTOS

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da SIMARSUL não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração de posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas

demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da SIMARSUL.

Conforme divulgado na nota 4.4. face à tipologia de clientes da SIMARSUL para os quais, na sua maioria, são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas concessões ou parcerias, serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da SIMARSUL.

9.3. DETALHE MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de Clientes é como segue:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Clientes Municípios	4 183 444	1 246 800
Clientes Diretos e Utilizadores	73 389	49 005
Clientes Empresas Subsidiárias	82	330
Outras Dívidas		274 599
	14 357 015	11 670 735

A rubrica "Clientes municípios" e de "Clientes Diretos e Utilizadores" corresponde a saldos a receber no âmbito da atividade de tratamento de águas residuais.

A decomposição da Rubrica "Clientes municípios" é a que se segue a 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Clientes Municípios	8 709 295	8 226 360
Clientes Municípios TRH e/ou TGR	87 362	79 348
Clientes Municípios Injunções	4 509 980	859 231
Clientes Municípios Juros de Mora	517 326	470 055
Clientes Municípios Acordos	259 482	511 867
	14 183 444	11 246 800

A rubrica "Municípios Acordos", corresponde a saldos a receber no âmbito do acordo assinado com o Município do Barreiro em 16 de dezembro de 2021 (*acordo de regularização de dívida não enquadrado no DI 5/2019, de 14 de janeiro*).

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Clientes Municípios - não Correntes	-	259 482
Clientes Municípios - correntes	14 183 444	10 987 319
Outros Clientes - correntes	173 571	423 934
	14 357 015	11 670 735

As rubricas de "Clientes Diretos e Utilizadores", "Clientes Empresas Subsidiárias" e "Outras Dívidas" são integralmente compostas de montantes correntes (até 1 ano).

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

Unidade: euros

	Não Vencida	Vencida até 90 dias	Vencida de 90 a 120 dias	Vencida de 120 a 240 dias	Vencida de 240 a 360 dias	Vencida há mais de 360 dias	Total Vencido	Total da Dívida	Total Faturado 2025
Município Alcochete	239 365	210 089	-	-	-	2 280 368	2 520 377	2 759 682	1 090 821
Município Barcelos	778 020	257 413	-	917 433	1 043 033	721 575	2 972 481	3 750 501	2 691 307
Município Moita	839 321	252 776	-	-	1 288	-	251 065	1 093 386	3 135 293
Município Montijo	326 511	-	-	-	-	-	-	326 511	3 093 121
Município Paredes	618 492	213 813	-	-	-	-	213 813	862 335	2 807 291
Município Seixal	1 698 891	721 736	-	5 636	21 973	-	755 311	2 151 236	8 162 920
Município Sesimbra	670 263	721 693	-	-	-	-	721 693	1 391 956	3 051 602
Município Setúbal	1 065 769	479 035	-	-	-	-	479 035	1 541 801	5 118 637
	6 236 601	2 919 535	-	953 088	1 069 275	3 001 912	7 916 811	11 183 411	30 051 001

Risco de Crédito

Em 31 de dezembro de 2025 evidencia-se no quadro abaixo os riscos de crédito por tipo de clientes da SIMARSUL.

Unidade: euros

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			TOTAL
	Municípios ⁽¹⁾	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	
Tipologia de clientes	Baixo	Médio	Baixo	
Risco				
Exposição bruta:	4 183 444	73 389	82	4 357 015
Imparidade	-	-	-	-
Exposição líquida (31.12.2024)	4 183 444	73 389	182	4 357 015

⁽¹⁾ Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

10. OUTROS ATIVOS

10.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgação na nota 9.1.

10.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de Outros ativos é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Fundos Comunitários	2 302	2 302
Outros Devedores	28 025	6 071
Acréscimos de Rendimentos e Custos Diferidos	1 959 031	1 793 675
IVA a Receber	2 505 645	2 116 188
	4 495 003	3 918 236

11. INVENTÁRIOS

11.1. POIÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

11.2. DETALHE F MOVIMENTO

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Peças de Manutenção	408 009	426 440
Matérias Subsidiárias	267 909	269 726
	675 918	696 166

As matérias subsidiárias integradas em inventários reportam-se, exclusivamente, aos reagentes químicos afetos ao processo de tratamento de águas residuais, valorizados ao custo de aquisição.

12. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

12.1. POIÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

12.2. DETALHE F

A composição das disponibilidades de Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como se segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	100	100
Depósitos à Ordem	4 188 777	660 059
	4 188 877	660 159

Esta rubrica integra os valores em poder da SIMARSUL e os depósitos bancários de liquidez imediata, refletindo a posição de tesouraria no encerramento do exercício.

13. CAPITAL PRÓPRIO

13.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

13.2. CAPITAL SOCIAL

O capital no montante de 25.000.000 euros é constituído por 25.000.000 ações de 1 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

	%	Unidade: euros	
		Capital Subscrito	Capital Realizado
	Capital Social	31.12.2025	31.12.2025
AcP-Águas de Portugal, SGPS, SA	51,0%	2 750 000	2 750 000
Município Alcochete	5%	375 455	375 455
Município Barroiro	9,1%	2 274 305	2 274 305
Município Moita	3,6%	893 590	893 590
Município Montijo	4,5%	127 290	127 290
Município Palmela	4,6%	156 040	156 040
Município Sousel	1,3%	2 819 950	2 819 950
Município Sesimbra	2,1%	529 585	529 585
Município Setúbal	2,3%	3 073 785	3 073 785
	100,0%	25 000 000	25 000 000

13.3. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o resultado líquido por ação é o seguinte:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Resultado Líquido	3 007 203	2 919 208
Número Médio de ações (1,00 Euro/cada)	75 000 000	75 000 000
Resultado por ação	0,12	0,12

13.4. RESERVAS E OUTROS AJUSTAMENTOS

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Unidade: euros				
	31.12.2024	Afect. Res. Líquido	Ajustamentos	Res. Líquido	31.12.2025
Capital	25 000 000	-	-	-	25 000 000
Reservas e Outros Ajustamentos ^(*)	916 261	45 960	-	-	062 16
Resultados Transitorios	47 200 308	2 773 247	-	-	49 973 556
Resultado Líquido do Exercício	2 919 208	-	2 919 208	-	3 007 203
	76 035 717	-	-	3 007 203	79 042 919

Legenda:

(*) os valores apresentados correspondem à Reserva Legal

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica "Outras reservas", no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

14.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a SIMARSUI divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração de posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da SIMARSUL. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A SIMARSUL procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da SIMARSUL que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A SIMARSUL procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

14.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A SIMARSUL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. Com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

14.3. PROVISÕES

A Simarsul não tem qualquer montante para provisões.

Processos judiciais em curso

A SIMARSUL faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência, constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos, considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela SIMARSUL demonstram-se como se segue:

Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Unidade: euros	
				Data
Montepio Geral	Incentivações relativas a expropriações	21 956	0	109/2009
Bancária	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	3 450	24	10/2018
		25 406		

15. ACRÉSCIMOS DE GASTO DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

15.1. POIÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Ver política contabilística na nota 22.4.

15.2. DETALHE F MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe do acréscimo de gastos de investimento contratual é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	15 299 083	15 506 202
	15 299 083	15 506 202

Movimentos do período

O movimento ocorrido no acréscimo de gastos de investimento contratual no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024 é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>			
	31.12.2024	Aumentos	Transferências	31.12.2025
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	15 506 202	884 092	1 091 211	15 299 083
	15 506 202	884 092	1 091 211	15 299 083

16. SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO

16.1. POIÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a SIMARSUL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

16.2. DETALHE F MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Fundos Comunitários	44 253 200	45 960 262
Fundo Ambiental	612	7 959
Integração de Património	3 012 360	3 167 649
	47 266 173	49 135 870

	31.12.2024	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2025
Fundos Comunitários	45 960 262	- 2 30 534	589 628	4 845	44 253 200
PORIVT	-	-	-	-	-
QRF\	-	-	-	-	-
Fundo Ambiental	7 959	- 7 347	-	-	612
Integração de Património	3 167 649	- 55 288	-	-	3 012 360
Outros Subsídios	-	-	-	-	-
	49 135 870	-2 464 169	589 628	4 845	47 266 173

Unidade: euros

17. EMPRÉSTIMOS

17.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos" e "Fornecedores e outros passivos". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A SIMARSUI apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a SIMARSUI liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração de posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

17.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe dos empréstimos obtidos é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos Bancários BFI	44 222 609	50 304 655
Não Correntes	44 222 609	50 304 655
Empréstimos Bancários BFI	6 144 849	5 828 482
Empréstimos - Empresa-Mãe	7 002 718	2 506 961
Correntes	3 147 566	8 335 443
Total de Empréstimos	57 370 176	58 640 098

O movimento dos empréstimos no decurso do exercício de 2025 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2024	Outros ⁽¹⁾	Aumentos	Reembolsos	31.12.2025
Empréstimos Bancários BFI	56 133 137	32 445		5 798 123	50 367 458
Empréstimos Empresa Mãe	2 506 961		4 495 757		7 002 718
Empréstimos Total	58 640 098	32 445		5 798 123	57 370 176

⁽¹⁾ Os aumentos em 2025 não são contabilização de novos financiamentos mas relevação contabilística do custo amortizado do ano no montante de € 32.445.

Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital dos empréstimos BFI e linha de suprimentos da AdP a 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 tem a seguinte maturidade:

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	13 147 566	8 335 443
De 1 a 2 anos	6 416 570	6 114 490
De 2 a 3 anos	7 095 795	6 416 570
De 3 a 4 anos	7 299 515	7 095 795
De 4 a 5 anos	7 493 810	7 299 015
Superior a 5 anos	15 916 919	23 378 785
	57 370 176	58 640 098

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os empréstimos BFI e linha de apoio de Tesouraria contratada junto da AdP apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

	<i>Unidade: euros</i>	
Taxa de Juro Variável	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 anos	7 000 000	2 500 000
De 1 a 2 anos	-	-
De 2 a 3 anos	-	-
Superior a 3 anos	-	-
	7 000 000	2 500 000
Taxa de Juro Fixa	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 anos	6 147 566	5 835 443
De 1 a 2 anos	6 416 570	6 114 490
De 2 a 3 anos	7 095 795	6 416 570
Superior a 3 anos	30 710 244	37 773 595
	50 370 176	56 140 098

18. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

18.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a SIMARSUL adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

18.2. DETALHE

Em 31 de dezembro de 2025 encontra-se em dívida não corrente o montante de 8.618.271 euros relativo a dívidas a liquidar aos municípios pela integração do património.

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Dívida ao Município Avechete	95 464	99 401
Dívida ao Município Barreiro	94 846	98 758
Dívida ao Município Moita	97 168	61 75
Dívida ao Município Mortijo	76 361	83 634
Dívida ao Município Palmela	446 487	464 900
Dívida ao Município Seixal	976 466	614 457
Dívida ao Município Sesmora	734 453	764 742
Dívida ao Município Setúbal	5 997 027	6 230 596
	8 618 271	8 957 662

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de fornecedores e outros passivos correntes é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores de Investimentos	370 540	142 648
Fornecedores Gerais	738 009	367 940
Fornecedores Empresas do Grupo	202 896	369 461
Fornecedores Facturas em Receção e Conferência	6 545	4 510
	3 317 990	2 884 559

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 as rubricas de acréscimos, diferimentos e outros credores tem o seguinte detalhe:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Acrescimos com Férias e Subsídio de Férias	644 629	550 805
Outros Acrescimos e Diferimentos	2 775 648	2 263 075
Outros Credores	217 222	231 074
	3 637 499	3 044 954

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Retenções - IRS	16 149	13 045
Retenções - Segurança Social	89 350	77 280
Outras Contribuições	1 255 003	814 480
COEP Passivo	1 360 503	904 805

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de fornecedores e outros passivos é o que se segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores não correntes	8 618 271	8 957 662
Passivo - Não correntes	8 618 271	8 957 662
Fornecedores de Investimentos	370 540	142 648
Fornecedores Gerais	738 009	367 940
Fornecedores Empresas do Grupo	202 896	369 461
Fornecedores Facturas em Receção e Conferência	6 545	4 510
Acrescimos com Férias e Subsídio de Férias	644 629	550 805
Outros Acrescimos e Diferimentos	2 775 648	2 263 075
Outros Credores	217 222	231 074
Retenções - IRS	6 149	3 045
Retenções - Segurança Social	89 350	77 280
Outras Contribuições	255 003	814 480
Passivo - Correntes	8 315 992	6 834 318

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Unidade: euros Total da demonstração de posição financeira a 31.12.2025
Ativos intangíveis	-	-	-	138 731 096	138 731 096
Ativos Tangíveis	-	-	-	120 461	120 461
Ativos sobre direito de uso	-	-	-	236 937	236 937
Investimentos financeiros	79 989	-	79 989	-	79 989
Impostos diferidos ativos	-	-	-	4 130 394	4 130 394
Desvio Tarifário Ativo	-	-	-	61 552 734	61 552 734
Inventários	-	-	-	673 918	673 918
Clientes	14 357 015	-	14 357 015	-	14 357 015
Estado e outros entes públicos	-	-	-	2 505 645	2 505 645
Outros ativos correntes	4 195 003	-	4 195 003	-	4 195 003
Caixa e seus equivalentes	-	-	-	4 188 872	4 188 872
Total do ativo	18 932 007	-	18 932 007	212 185 057	231 117 064
Empréstimos não correntes	-	41 222 609	41 222 609	-	41 222 609
Passivos de locação não correntes	-	65 391	65 391	-	65 391
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	8 6 8 271	8 6 8 271	-	8 6 8 271
Impostos diferidos passivos	-	-	-	12 240 428	12 240 428
Acréscimos custos fixos contratuais	-	-	-	15 299 083	15 299 083
Subsídios ao investimento	-	-	-	47 266 73	47 266 73
Empréstimos correntes	-	13 47 566	13 47 566	-	13 47 566
Fornecedores	-	3 3 7 990	3 3 7 990	-	3 3 7 990
Passivos de locação correntes	-	101 608	101 608	-	101 608
Outros passivos correntes	-	3 637 199	3 637 199	-	3 637 199
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	291 580	291 580
Estado e outros entes públicos	-	-	-	1 360 503	1 360 503
Total do passivo	-	73 110 734	73 110 734	76 457 766	149 568 500

20. RÉDITO DE CONTRATO COM CLIENTES

20.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da SIMARSUI. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a SIMARSUI avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a SIMARSUI efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das prestações de serviços efetuadas pela SIMARSUI, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato com a prestação do serviço (sancamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.6.

20.2. DFTAI HF

O rédito de contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 apresenta o seguinte detalhe:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Prestação de Serviços	30 335 648	28 08 666
Rédito da Construção	3 402 198	3 055 242
Desvio de Recuperação de Gastos	- 3 578 662	- 175 242
	30 159 185	29 961 665

No exercício de 2025, verificou-se um incremento de 8% nos proveitos da prestação de serviços face ao período homólogo. Esta variação é explicada pela conjugação de dois fatores: a atualização da tarifária em vigor e o crescimento do volume de efluentes tratados.

21. GASTO DAS VENDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
CMVMC - Matérias Subsidiárias	489 341	537 318
	489 341	537 318
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	3 402 198	3 055 242
	3 402 198	3 055 242

Os gastos com vendas compreendem essencialmente as matérias subsidiárias utilizadas no processo de tratamento de água residual para rejeição no meio ambiente.

22. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

22.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria Empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração de posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

22.2. DETALHE

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhos Especializados	4 277 338	4 307 542
Conservação e Reparação	2 366 176	2 510 613
Energia	3 321 569	3 288 602
Combustíveis	102 957	79 292
Rendas	388 938	343 225
Seguros	145 730	158 769
Outros FSE's	817 112	750 575
	11 419 820	11 438 618

A rubrica de energia representa cerca de 29% do peso total dos fornecimentos e serviços, sendo uma das componentes mais representativa. As rubricas de trabalhos especializados e de conservação e reparação têm um peso de cerca de 37% e 21% do total desta rubrica, respetivamente. O conjunto destas três rubricas representa 88% do total de FSE.

23. GASTOS COM PESSOAL

23.1. DETALHE

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Remunerações	3 609 456	3 207 073
Encargos Sociais sobre Remunerações	808 700	715 923
Outros Gastos com Pessoal	458 489	354 921
	4 876 645	4 277 917

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta um aumento decorrente do aumento de quadro do pessoal em resultado da contratação de novos trabalhadores previstos nos Planos de Atividades e Orçamentos (PAO) de 2025.

Remunerações dos Órgãos Sociais da SIMARSUI

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Remunerações	323 471	250 636
Encargos Sociais sobre Remunerações	71 659	56 361
Outros Gastos com Pessoal		6 437
	395 130	317 434

Em resumo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os gastos com pessoal totais são os que se seguem:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Remunerações	3 932 926	3 457 709
Encargos Sociais sobre Remunerações	880 359	772 284
Outros Gastos com Pessoal	458 489	365 358
	5 271 775	4 595 351

Número médio de pessoal

N.º médio de trabalhadores durante o período	31.12.2025	31.12.2024
Órgãos Sociais	7	8
Mesa da AG	3	3
Trabalhadores Efetivos e Termo Certo	44	22
	154	133

N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	31.12.2025	31.12.2024
Órgãos Sociais	7	7
Mesa da AG	3	3
Trabalhadores Efetivos e Termo Certo	37	25
Trabalhadores a Termo Incerto	-	-
	147	135

24. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES DO EXERCÍCIO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as amortizações e depreciações têm o seguinte detalhe:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Amortizações de Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis (notas 5.3 e 5.4.3)	7 080 005	6 557 120
Amortização de Ativos sob Direito de Uso (nota 6.3)	51 65	79 784
Acréscimos de Custos do Investimento Contratual (nota 15.2)	884 092	079 734
	8 115 202	7 716 638

As amortizações, depreciações do exercício são registadas pelo método da depleção dos caudais, método que justifica a variação entre os montantes registados em cada exercício.

25. PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Não foram constituídas e revertidas provisões no ano de 2025, e 2024

26. PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Foram registadas perdas por imparidade no ano de 2025 no montante de € 8.524.

27. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Impostos	188 127	176 822
Donativos	1 500	1 500
Outros Gastos Operacionais	28 960	26 333
	218 588	204 743

Os impostos e taxas representam a quase totalidade da rubrica em análise, e respeitam sobretudo às taxas de regulação a pagar à FRSAR.

28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Os outros rendimentos e ganhos operacionais são decompostos da seguinte forma:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2025	31.12.2024
Rendimentos Suplementares	6 836	80 943
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	40 278	38 514
	107 063	139 457

A principal rubrica que representa o valor de referência desta nota comporta essencialmente valores referentes a venda de energia.

29. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros são decompostos da seguinte forma:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Juros Suportados	252 464	429 964
Comissões Bancárias	778	745
Outros Gastos Financeiros	701 837	718 409
	1 955 080	2 149 118

Os gastos financeiros totalizam em 2025 um montante de 1,9 milhões de euros que dizem respeito aos financiamentos contratados junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), da linha de apoio de tesouraria contratada junto da AdP e juros decorrentes da contabilização da integração de infraestruturas dos Municípios.

30. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os rendimentos financeiros são decompostos da seguinte forma:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Juros Bancários	7 773	14 440
Juros de Mora	746 371	767 953
	749 144	782 393

Os rendimentos financeiros são maioritariamente compostos por juros de mora aplicados sobre créditos de clientes, totalizando 0,25 milhões de euros. Este valor reflete o esforço da Sociedade na penalização do incumprimento dos prazos de liquidação e na otimização da gestão de tesouraria.

31. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

31.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Imposto sobre o rendimento

A SIMARSUI encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável

A SIMARSUI é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de euros até ao limite de 7,5 milhões de euros, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de euros até ao limite de 35 milhões de euros, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de euros aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a SIMARSUI cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre

o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A SIMARSUI entende que, das eventuais revisões das declarações fiscais, não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades Empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração de posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a SIMARSUI seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

O movimento ocorrido em 2025 é como se segue:

	01.01.2025	Efeito taxa	Adições	Diminuições	Transfer.	31.12.2025
Efeito ITRC 12 - Investimento Subsídio firme	535 918	- 535 918	-	-	-	535 918
Efeito ITRC 12 (Transição) - Investimento Subsídio futuro	1 146 168	- 1 146 168	-	52 12	229 636	1 323 992
Efeito ITRC 12 Exercício - Amort. ITRC 12 vs Fiscal	1 092 131	- 1 092 131	287 287	-	-	1 379 7 8
Efeito ITRC 12 Exercício - Investimento futuro	15 566 262	- 15 566 262	887 092	1 091 2 1	-	15 299 083
Efeito ITRC Exercício - Subsídio ITRC 12 vs Fiscal	3 762 633	- 3 762 633	5 079	-	-	3 767 7 2
Base de incidência (imposto diferido ativo)	22 063 682	-22 063 682	1 176 458	1 143 323	229 636	22 326 453
Taxa IRC	20,0%	3,0%	17,0%	17,0%	17,0%	17,0%
Derama municipal	1,5%	0,0%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Derama estadual	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	21,5%	3,0%	18,5%	18,5%	18,5%	18,5%
Imposto diferido ativo	4 743 692	- 661 910	217 645	211 515	42 483	4 130 394

	01.01.2025	Efeito taxa	Adições	Diminuições	Transfer.	31.12.2025
Efeito ITRC 12 (Transição) - Investimento amortização futuro	5 052 000	- 5 052 000	-	229 636	-229 636	4 592 728
Efeito ITRC 12 - Investimento Subsídio futuro	- 412 522	412 522	-	-	-	- 412 522
Efeito ITRC 12 Exercício - Subsídio futuro	2 261	- 2 261	-	-	-	2 261
Desvio de recuperação de gastos	65 68 942	- 65 68 942	-	3 194 776	-	61 674 66
Desvio de recuperação de gastos não aceite 2023	- 37 545	37 545	-	-	-	- 37 545
Desvio de recuperação de gastos não aceite 2024	-	-	-	83 886	-	83 886
Base de incidência (imposto diferido passivo)	69 743 136	-69 743 136	-	3 808 298	-229 636	65 705 201
Taxa IRC	20,0%	3,0%	17,0%	17,0%	17,0%	17,0%
Derama municipal	1,5%	0,0%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Derama estadual	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	21,5%	3,0%	18,5%	18,5%	18,5%	18,5%
Imposto diferido passivo	14 994 774	- 2 092 294	-	701 535	- 42 483	12 240 428

31.2. DETALHE F MOVIMENTO

A decomposição da responsabilidade apurada em sede de imposto sobre o rendimento encontra-se detalhada na tabela infra, discriminando as rubricas que compõem o saldo a liquidar:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Estimativa de Imposto a Pagar	237 139	087 942
Retenções de Terceiros	- 706	- 3 622
Pagamentos por conta e adicionais por conta	- 944 853	- 554 319
	291 580	530 000

O encargo com o imposto sobre o rendimento do exercício encontra-se decomposto na tabela seguinte, evidenciando a conciliação entre o lucro contabilístico e a base tributável:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Imposto Corrente	237 139	087 942
Excesso estimativa IRC ano anterior	- 61 598	- 76 566
Insuficiência de estimativa IRC ano anterior	51 964	-
	1 227 505	1 011 376
Imposto Diferido	- 2 140 673	- 949 831
	- 913 169	61 545

A empresa candidatou-se ao Sistema de Incentivos Fiscais Investigação e Desenvolvimento Empresarial II (SIFIDE II) referente às atividades desenvolvidas neste âmbito no ano de 2023.

A sua candidatura foi deferida pela ANI – Agência Nacional de Inovação, S.A. e traduziu-se num incentivo fiscal no valor de 61.480,73 € recebido em 20.10.2025

Não existem em 2025 dívidas em mora para com as entidades fiscais.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Unidade: euros

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Resultado Antes de Impostos	2 094 034	2 980 753		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	20,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	0,0%	0,0%		
Variação Patrimonial	-	-		
Variação Patrimonial negativa	- 52 112	- 52 112		
Variação Patrimonial positiva	229 636	229 636		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais		63 748		
Donativos	-	-		
Multas, coimas e juros compensatórios	25 955	497		
Amortizações para além dos limites fiscais aceites	292 366	-		
Amortizações de investimentos contratuais futuros	884 092	079 734		
Dedução de amortizações de investimentos contratuais	- 09 21	- 395 534		
Subsídios ao investimento	-	-		
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-		
Desvio de Recuperção de Gastos	3 494 776	137 697		
Benefícios Fiscais	- 720 562	- 653 382		
	2 885 476	1 169 013	-	-
Lucro tributável	5 157 034	4 39 039		
Dedução prejuízos fiscais	-	-		
Matéria coletável	5 157 034	4 39 039		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	20,0%	21,0%		
Imposto calculado	03 407	922 18	49,3%	30,9%
Tributação autónoma	8 665	3 227	0,9%	0,4%
Derrama Municipal (5%)	77 356	65 866	3,7%	2,2%
Derrama Esczual	69 711	86 731	5,2%	2,9%
Insuficiência estimativa impostos	51 964	-	2,5%	0,0%
Excesso estimativa impostos	- 61 598	- 76 566	-2,9%	-2,6%
Utilização de perdas fiscais	-	-	0,0%	0,0%
Efeito do aumento/reversão de impostos diferidos	- 2 140 673	- 949 831	- 62,2%	-31,9%
	- 1 944 575	- 860 573	-92,9%	-28,9%
Imposto sobre o rendimento	- 913 169	61 545	-43,6%	2,1%

32. SAÍDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

32.1. PARTES RELACIONADAS

As transações com os Municípios acionistas da SIMARSUI resultam da atividade normal da Empresa (serviços de saneamento).

As transações com outras Empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à SIMARSUI.

32.2.SAI DOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Unidade: euros

	31.12.2025		31.12.2024	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
ADP SGPS	297	25 178	49	079 58
ADP Valor, S.A.		37 930		33 8 0
ADP Energias, S.A.		42 172		40 7 8
ADP Internacional, S.A.		49		
Águas do Algarve, S.A.		49	446	446
Águas do Vale do Tejo, S.A.				
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	743	890	594	2 945
Águas do Centro Litoral, S.A.	297		49	297
Águas do Norte, S.A.	594		297	49
Águas Públicas do Avertejo, S.A.				49
Águas do Douro e Paiva, S.A.				49
Águas da Região de Aveiro, S.A.	49		49	
Águas do Alto Minho, S.A.	594	49		
Águas de Santo André, S.A.		5 100		
SIMDOURO, S.A.	446	594	49	446
FPAI	594	21 9 4	297	2 579
Município Alcochete	238 369	8 243	114 663	4 794
Município Barro	2 646 555	23 051	2 405 903	22 4 0
Município Moita	3 363 036	6 012	3 135 443	5 374
Município Montijo	3 027 884	35 029	3 10 102	23 446
Município Palmela	2 748 01	23 528	2 427 660	21 239
Município Sexal	8 285 067	54 998	7 495 332	62 046
Município Setúbal	5 304 568	294 79	4 993 55	309 531
Município Sesimbra	2 990 650	51 649	2 593 316	73 259
	29 607 852	1 866 912	27 269 197	1 693 366

Unidade: euros

	31.12.2025		31.12.2024	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
ADP SGPS		7 185 352		2 867 01
ADP Valor, S.A.		2 494		1 446
ADP Energias, S.A.		7 544		7 163
Águas do Vale do Tejo	82		82	
Águas do Tejo Atlântico, S.A.				
Águas do Centro Litoral, S.A.				
Águas do Norte, S.A.			49	
FPAI				2 450
Município Alcochete	2 759 682	00 954	2 358 145	04 821
Município Barro	3 750 504	01 091	2 323 152	09 957
Município Moita	093 386	02 874	693 365	06 847
Município Montijo	326 541	86 504	226 734	93 648
Município Palmela	862 335	431 969	637 70	448 487
Município Sexal	2 454 236	992 863	3 348 064	030 068
Município Sesimbra	39 956	778 941	860 991	806 870
Município Setúbal	544 804	6 234 833	800 484	6 419 938
	14 183 626	16 135 419	11 248 435	12 118 706

34. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E REVISÃO LEGAL

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da SIMARSUI no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram os seguintes:

	<i>Unidade: euros</i>	
Remuneração paga à SROC		
Valor dos serviços de revisão de contas	15 127	93%
Despesas inerentes à revisão de contas	1 219	7%
Total pago pela entidade à SROC	16 347	100%

35. PROCESSOS JUDICIAIS

A SIMARSUI, com referência à data de 31 de dezembro de 2025 tinha as seguintes reclamações e ações judiciais em curso:

SIMARSUI – Autora

PROC. N.º 952/13.0BFAI M - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 138.327,50 Furos (cento e trinta e oito mil, trezentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos). Por sentença de 10 de Julho de 2017, o Município de Alcochete foi condenado a pagar à SIMARSUI a quantia de € 134.236,18 Furos (cento e trinta e quatro mil, duzentos e trinta e seis euros e dezoito cêntimos), acrescendo juros de mora, à taxa comercial em vigor, à quantia de € 126.492,90 Furos (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e dois euros e noventa cêntimos), desde a data da citação até efetivo e integral pagamento. Réu recorreu para Tribunal Central Administrativo do Sul, aguardando-se a prolação de Acórdão. No final de Dezembro de 2018, o Município pagou as faturas 3170380870, no valor de € 63.246,48 Furos (sessenta e três mil, duzentos e quarenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos) e 3170380890, no valor de € 63.246,42 Furos (sessenta e três mil, duzentos e quarenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos).

PROC. N.º 415/15.0BFAI M - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 68.204,02 Furos (sessenta e oito mil, duzentos e quatro euros e dois cêntimos). PROC. N.º 1851/15.7BFAI M - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 474.829,58 Furos (quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e vinte e nove euros e cinquenta e oito cêntimos). Os dois processos foram apensados no proc. N.º 415/15.0BFAI M. No final de Dezembro de 2018, o Município pagou a fatura 3170380854, no valor de € 63.246,48 Furos (sessenta e três mil, duzentos e quarenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos), referente ao processo n.º 415/15.0BFAI M. Em 6 de Fevereiro, relativamente ao proc. n.º 415/15.0BFAI M o Tribunal considerou-se incompetente para apreciar o mérito da causa. Em 11 de Março a SIMARSUI apresentou recurso daquela decisão. Em 5 de Janeiro de 2021, a SIMARSUI foi notificada da decisão do TCA Sul, de 31 de Dezembro de 2020, em dar provimento ao recurso jurisdicional, revogando-se a sentença recorrida e ordenando-se a baixa dos autos para o prosseguimento dos mesmos. Em 5 de Janeiro de 2021, a SIMARSUI foi notificada da decisão do TCA Sul em dar provimento ao recurso jurisdicional, revogando-se a sentença recorrida e ordenando-se a baixa dos autos para o prosseguimento dos mesmos. Por sentença de 10 de Dezembro de 2021, Tribunal decidiu que o Município de Alcochete deveria pagar à SIMARSUI os juros de mora peticionados, que perfazem o valor total de € 5.037,54 Furos (cinco mil e trinta e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos), que são devidos à taxa legal de juros comerciais.

PROC. N.º 57/16.2BFAI M - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 900.304,82 Furos (novecentos mil, trezentos e quatro euros e oitenta e dois cêntimos). PROC. N.º 1142/16.6BFAI M - ação administrativa comum ordinária

interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 755.529,74 Furos (setecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte e nove euros e setenta e quatro cêntimos). PROC. N.º 946/17.7BFAI M - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 145.998,71 Furos (cento e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e oito euros e setenta e um cêntimos). Em 10 de Janeiro de 2018, relativamente ao Proc. 946/17.7BFAI M, a SIMARSUI tomou conhecimento do pagamento de € 109.870,58 Furos (cento e nove mil, oitocentos e setenta euros e cinquenta e oito cêntimos) (obrigações legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de Julho). Permanece em dívida a quantia de € 36.118,13 Furos (trinta e seis mil, cento e dezoito euros e treze cêntimos), acrescidas dos juros de mora vincendos. Os três processos foram apensados no proc. N.º 57/16.2BFAI M. Audiência prévia realizada em 13 de Setembro de 2023. Aguarda sentença.

PROC. N.º 947/17.5BFAI M - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 1.123.264,43 Furos (um milhão, cento e vinte e três mil, duzentos e sessenta e quatro euros e quarenta e três cêntimos). Em 10 de Janeiro de 2018, a SIMARSUI tomou conhecimento do pagamento de € 634.489,11 Furos (seiscentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e onze cêntimos) (obrigações legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de Julho). Permanece em dívida a quantia de € 488.775,32 Furos (quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco euros e trinta e dois cêntimos), acrescidas dos juros de mora vincendos. Em 4 de Julho de 2022, a SIMARSUI foi notificada da Sentença que condena o Município de Alcochete a pagar o valor de capital de € 378.078,84 Furos (trezentos e setenta e oito mil e setenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos), acrescido dos juros de mora vencidos, no valor de € 74.336,45 Furos (setenta e quatro mil, trezentos e trinta e seis euros e quarenta e cinco cêntimos), e dos juros de mora vincendos, desde 22/12/2017 e até à respetiva e concreta data de pagamento de cada fatura, à taxa de juros comerciais. A 23 de Setembro a SIMARSUI foi notificada do recurso interposto pelo Município de Alcochete. Em 25 de Outubro a SIMARSUI apresentou as suas contra-alegações; entretanto, a 20 de Dezembro de 2024, foi proferido Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo do Sul, quem, em conferência de juízes, determinou negar provimento ao recurso deduzido, mantendo em absoluto o decidido na sentença recorrida (Acórdão, em princípio irrecorrível, mas ainda não transitado em julgado).

PROC. N.º 73539/20.0YIPRT - injunção interposta contra a VAI ORSFT reclamando-se o pagamento de € 1.276,18 Furos (mil, duzentos e setenta e seis euros e dezoito cêntimos), referentes a capital em dívida, juros, custas e outras despesas. Em 23 de Outubro de 2020 foi aposta fórmula executória na Injunção. No entanto, a VAI ORSFT foi declarada insolvente no Proc.º 5867/19.6STB - Juízo de Comércio de Setúbal – Juiz 2. Nesse processo foi considerada a dívida à SIMARSUI no valor de € 934,99 Furos (novecentos e trinta e quatro euros e noventa e nove cêntimos), que foi o capital reclamado pela SIMARSUI na Injunção. A massa insolvente, até à data, não pagou qualquer quantia à SIMARSUI.

PROC N.º 243/19.3BFI SB - descrição do litígio: impugnação do ato de aplicação de sanção contratual pela Empresa SIMARSUI – Saneamento da Península de Setúbal, S.A., no âmbito da execução do contrato de "Fornecimento, Instalação e Colocação em Serviço de Postos de Carregamento para Veículos Elétricos" celebrado com a Empresa FFACFC ELECTRIC MOBILITY, S.A., no dia 21 de Dezembro de 2017 e pedido de indemnização no valor de € 15.195,00 Furos (quinze mil, cento e noventa e cinco euros). Tribunal: Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Valor do processo: € 35.336,69 Furos (trinta e cinco mil trezentos e trinta e seis euros e sessenta e nove cêntimos). Fase do processo: terminou a fase dos articulados e decidida a apensação ao processo n.º 1099/19.1BFPRT, aguardando-se os ulteriores termos processuais.

SIMARSUI – Ré

PROC. N.º CO/001159/18.6CGI - relativamente à monitorização das emissões gasosas da FTAR Barreiro/Moita, sendo imputada à SIMARSUI uma contraordenação grave à qual poderá caber uma coima de € 5.000,00 Furos (cinco mil euros) a € 44.800,00 Furos (quarenta e quatro mil e oitocentos euros), em caso de dolo, e de € 2.500,00 Furos (dois mil e quinhentos euros) a € 22.400,00 Furos (vinte e dois mil e quatrocentos euros), em caso de negligência. A SIMARSUI apresentou a sua defesa em 28 Setembro 2018. Aguarda-se decisão. PROC. N.º CO/01317/20 - a SIMARSUI é acusada, relativamente à FTAR do Seixal, sendo-lhe imputada uma contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de € 24.000,00 Furos (vinte e quatro mil euros) a € 144.000,00 Furos (cento e quarenta e quatro mil euros), em caso de negligência, e de € 240.000,00 Furos (duzentos e quarenta mil euros) a € 5.000.000,00 Furos (cinco milhões de euros), em caso de dolo. A SIMARSUI apresentou a sua defesa em 23 de Novembro 2020. Aguarda-se decisão.

PROC N.º CO/01086/21 - a SIMARSUI é acusada, relativamente à FTAR do Seixal, sendo imputada à SIMARSUI uma contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de € 24.000,00 Furos (vinte e quatro mil euros) a € 144.000,00 Furos (cento e quarenta e quatro mil euros), em caso de negligência, e de € 240.000,00 Furos (duzentos e quarenta mil euros) a € 5.000.000,00 Furos (cinco milhões de euros), em caso de dolo. A SIMARSUI apresentou a sua defesa em 12 de Outubro 2021. Aguarda-se decisão.

PROC N.º DJUR.DCCO.00207.2021 - a SIMARSUI é acusada, relativamente à FTAR do Seixal, sendo imputada à SIMARSUI uma contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de € 24.000,00 Furos (vinte e quatro mil euros) a € 144.000,00 Furos (cento e quarenta e quatro mil euros), em caso de negligência, e de € 240.000,00 Furos (duzentos e quarenta mil euros) a € 5.000.000,00 Furos (cinco milhões de euros), em caso de dolo. A SIMARSUI apresentou a sua defesa até 22 de Novembro 2021. Nos dias 17 e 22 de Dezembro de 2021, as testemunhas da SIMARSUI foram ouvidas. Aguarda-se decisão.

PROC. N.º 1121/18.9BFAI M - ação de processo comum interposta pelo Município de Alcochete reclamando o equilíbrio económico-financeiro da concessão. A SIMARSUI contestou em 26 de abril de 2019. Aguarda julgamento.

PROC N.º 1992/21.T8STB – ação interposta pelo trabalhador Luís Miguel Sousa, requerendo a sua reclassificação profissional. A Simarsul foi notificada, em junho de 2025, de sentença não favorável, na medida em que a decisão reconhece ao trabalhador – Autor - o direito à categoria de Técnico Operativo C e condena a SIMARSUI a pagar-lhe a quantia a liquidar em execução de sentença. A Simarsul apresentou recurso. Aguarda-se decisão do Tribunal da Relação de Évora.

PROC N.º 865/20.0BFI SB - descrição do litígio: impugnação do ato de adjudicação proferido no âmbito do procedimento de concurso público, com publicidade internacional, para a “celebração de contrato de seguros de pessoas e aquisição de serviços de corretagem para as Empresas do Grupo Águas de Portugal”, quanto ao Lote 1 - Seguros de Saúde. Tribunal: Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Valor do processo: € 3.329.296,26 Furos (três milhões, trezentos e vinte e nove mil, duzentos e noventa e seis euros e vinte e seis centimos). Fase do processo: por sentença do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de 10/11/2020 foi julgada totalmente improcedente a ação intentada pelas Empresas AON Portugal, S.A. e OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., tendo estas interposto recurso jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo Sul, que aguarda decisão.

PROC Nº 4401/24.0T8STB - descrição do litígio: o Autor (Raúl António Oliveira Pinto - trabalhador da SIMARSUI) peticiona a condenação da Ré (empregadora SIMARSUI) a reconhecer o seu direito a ser repositado na categoria profissional de Técnico Operativo C prevista no Acordo Coletivo de Trabalho do Grupo Águas de Portugal, publicado no BTF, n.º 41, de 8 de Novembro de 2018 (de ora em diante, "ACT"), desde 03 de Janeiro de 2021; tal como demanda a condenação da empregadora no pagamento dos valores correspondentes às diferenças salariais que se cifram em € 14.270,00 Euros (catorze mil, duzentos e setenta euros), bem como as diferenças que se vierem a vencer já na pendência da ação, incluindo subsídios de férias e de Natal; e, ainda, a condenação da empregadora no pagamento dos juros de mora à taxa legal sobre todas as quantias devidas e até integral e efetivo pagamento, mais custas, procuradoria condigna e demais despesas com o processo. Tribunal: Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal (Juízo do Trabalho). Valor do processo: € 14.270,00 Euros (catorze mil, duzentos e setenta euros). Audiência de discussão e julgamento em fevereiro de 2025. Aguarda-se prolação de sentença.

PROC Nº 4409/24.6T8STB - descrição do litígio: o Autor (Carlos Manuel Fernandes Trevas - trabalhador da SIMARSUI) peticiona a condenação da Ré (empregadora SIMARSUI) a reconhecer o seu direito a ser repositado na categoria profissional de Técnico Operativo C prevista no Acordo Coletivo de Trabalho do Grupo Águas de Portugal, publicado no BTF, n.º 41, de 8 de Novembro de 2018, desde 01 de Janeiro de 2019; tal como demanda a condenação da empregadora no pagamento dos valores correspondentes às diferenças salariais que se cifram em € 15.502,20 Euros (quinze mil, quinhentos e dois euros e vinte cêntimos), bem como as diferenças que se vierem a vencer já na pendência da ação, incluindo subsídios de férias e de Natal; e, ainda, a condenação da empregadora no pagamento dos juros de mora à taxa legal sobre todas as quantias devidas e até integral e efetivo pagamento, mais custas, procuradoria condigna e demais despesas com o processo. Tribunal: Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal (Juízo do Trabalho). Valor do processo: € 2.000,00 Euros (dois mil euros). Audiência de discussão e julgamento em janeiro de 2025. Aguarda-se prolação de sentença.

PROC Nº 4411/24.8T8STB - descrição do litígio: o Autor (Joviniano Sebastião Rosa dos Santos - trabalhador da SIMARSUI) peticiona a condenação da Ré (empregadora SIMARSUI) a reconhecer o seu direito a ser repositado na categoria profissional de Técnico Operativo C prevista no Acordo Coletivo de Trabalho do Grupo Águas de Portugal, publicado no BTF, n.º 41, de 8 de Novembro de 2018, desde 01 de Janeiro de 2019; tal como demanda a condenação da empregadora no pagamento dos valores correspondentes às diferenças salariais que se cifram em € 18.010,00 Euros (dezoito mil e dez euros), bem como as diferenças que se vierem a vencer já na pendência da ação, incluindo subsídios de férias e de Natal; e, ainda, a condenação da empregadora no pagamento dos juros de mora à taxa legal sobre todas as quantias devidas e até integral e efetivo pagamento, mais custas, procuradoria condigna e demais despesas com o processo. Tribunal: Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal (Juízo do Trabalho). Valor do processo: € 18.010,00 Euros (dezoito mil e dez euros). Em 02 de dezembro de 2025 O Tribunal julga a presente ação improcedente por não provada, não reconhecendo ao trabalhador aqui Autor o direito à categoria de Técnico Operativo C, absolvendo-se, nesta conformidade, a Ré do pedido.

PROC Nº DJUR.DDAC.00036.2025 - a SIMARSUI é acusada, relativamente à FTAR do Scixal, sendo imputada à SIMARSUI uma contraordenação muito grave por rejeição de águas degradadas para água ou solo, à qual poderá caber uma coima de € 24.000,00 Euros (vinte e quatro mil euros) a € 144.000,00 Euros (cento e quarenta e quatro mil euros), em caso de negligência, e de € 240.000,00 Euros (duzentos e quarenta mil euros) a € 5.000.000,00 Euros (cinco milhões de euros), em caso de dolo. Aguarda decisão.

PROC Nº DJUR.DDAC.00121.2025 - a SIMARSUI é acusada, relativamente à FTAR do Scixal, sendo imputada à SIMARSUI uma contraordenação muito grave por rejeição de águas degradadas para água ou solo, à qual poderá caber uma coima de € 24.000,00 Euros (vinte e quatro mil euros) a € 144.000,00 Euros (cento e quarenta e quatro mil euros), em caso de negligência, e de € 240.000,00 Euros (duzentos e quarenta mil euros) a € 5.000.000,00 Euros (cinco milhões de euros), em caso de dolo. Aguarda decisão.

36. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLÔMAS LEGAIS

Art.º 324º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade SIMARSUI, S.A., não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade SIMARSUI, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa SIMARSUI ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2025, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

37. RENDIMENTO GARANTIDO

A remuneração adequada dos capitais próprios da SIMARSUI corresponde à aplicação, ao capital social realizado, titulado por ações de categoria A e B da sociedade, e à reserva legal, desde as datas da sua realização e constituição, respetivamente, ainda que no âmbito das concessionárias extintas, de uma taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que venha a substituir por acordo escrito entre o Concedente e a Concessionária, acrescida de três pontos percentuais.

A remuneração em dívida é remunerada à rentabilidade média Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que venha a substituir por acordo escrito entre o Concedente e a Concessionária.

Em 2025 o valor da remuneração garantida apurada foi de 3.007.203 euros, conforme quadro que se segue:

	31.12.2025	31.12.2024
		Unidade: euros
Capital Social Realizado	25.000.000	25.000.000
Reserva legal a 01 de janeiro	916.201	764.832
Remuneração em Dívida	49.973.556	47.200.308
Base de Incidência	75.889.756	72.965.140
Reforço da Reserva legal	45.960	51.369
Taxa de Juro OT	3,08%	2,96%
Spread: 3bp	3,00%	3,00%
	6,08%	5,96%
Capital Social Realizado	520.000	490.000
Reserva legal a 01 de janeiro	1.599	0.586
Reforço da Reserva legal	51.133	41.924
Remuneração em Dívida do ano anterior	302.703	304.699
Remuneração em Dívida	218.698	072.659
Remuneração Accionista do Ano	3.104.132	2.919.869
Ajustamento da FRSA3	- 96.929	-661,26
Resultado Líquido	3.007.203	2.919.208

Em 2025 o valor da remuneração garantida foi ajustado em 96.929 euros relativos aos anos de 2023 e 2024.

A sua liquidação deverá ocorrer, nos termos do Contrato de Concessão, sob a forma de dividendos, quando a tal houver lugar.

38. OUTROS ASSUNTOS

Em 2025 manteve-se o contexto de instabilidade geopolítica e energética internacional, com impactos ao nível da volatilidade dos preços da energia, dos custos de transporte e das cadeias de abastecimento.

Em abril de 2025 foi publicada a atualização do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNFC 2030), que reforça as metas de descarbonização e de incorporação de energias renováveis, com potenciais efeitos ao nível das necessidades de investimento e da eficiência energética.

No mesmo mês ocorreu um apagão de grande dimensão em Portugal e na Península Ibérica, que evidenciou a dependência crítica das operações face ao fornecimento de energia elétrica e exigiu a adoção de medidas excecionais para assegurar a continuidade dos serviços essenciais. Na sequência deste evento foi apresentado o Plano de Reforço da Segurança do Sistema Elétrico Nacional, com medidas destinadas ao aumento da resiliência das infraestruturas energéticas.

39. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2025 não se encontram reconhecidas nem divulgadas quaisquer contingências ambientais, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem, a esta data, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

A Administração confirma igualmente que não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de carácter ambiental.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde o final de janeiro de 2026, a ocorrência de várias depressões meteorológicas de elevada intensidade em Portugal continental provocou danos em infraestruturas e constrangimentos operacionais no setor da água e do saneamento.

Na SIMARSUL registaram-se ocorrências pontuais, sem impacto material na continuidade do serviço ao universo servido, mantendo-se, contudo, algumas situações de resolução mais complexa, de impacto residual. Durante o período de maior pluviosidade foram ainda recebidos, a título excecional e mediante autorização das entidades competentes, lixiviados brutos para tratamento na FTAR do Barreiro/Moita, evitando um potencial incidente ambiental.

A resposta a estes eventos implicou a adoção de soluções provisórias com gastos acrescidos, prevendo-se adicionalmente pressão sobre os custos e prazos de execução de investimentos, decorrente do aumento da procura no setor da construção para recuperação de infraestruturas a nível nacional.

Adicionalmente, o cálculo do DRG relativo a 2025 foi submetido à FRSAR, encontrando-se a respetiva aprovação pendente, sendo que eventuais alterações às estimativas efetuadas serão reconhecidas de forma prospectiva, nos termos da IAS 8.

Seixal, 3 de março de 2026

O Contabilista Certificado

Assinado por: **Rui Miguel Grilo Ramos**
Num. de Identificação: 09867190
Data: 2026.03.03 16:46:46+00'00'

Rui Miguel Grilo Ramos

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**JOSÉ EDUARDO
ESPERANÇA
FIALHO** Assinado de forma digital
por JOSÉ EDUARDO
ESPERANÇA FIALHO
Dados: 2026.03.03
16:20:19 Z

José Eduardo Esperança Fialho

Presidente Executivo

**JOÃO AFONSO
ALMEIDA DA
SILVA LUZ** Assinado de forma
digital por JOÃO
AFONSO ALMEIDA DA
SILVA LUZ
Dados: 2026.03.03
16:26:30 Z

João Afonso Almeida da Silva Luz

Vogal Executivo

**DORA DA LUZ
BRANDÃO
REGO AFONSO** Assinado de forma
digital por DORA DA LUZ
BRANDÃO REGO
AFONSO
Dados: 2026.03.03
16:36:08 Z

Dora da Luz Brandão Rego Afonso

Vogal Executivo

Assinado por: **Rute Isabel Talhadas Cesário**
Num. de Identificação: 10537790
Data: 2026.03.04 09:21:21 -0300

Rute Isabel Talhadas Cesário

Vogal Não Executivo

Assinado por: **JOÃO PEDRO COELHO DE OLIVEIRA
MIGUEL**
Data: 2026.03.03 18:06:47+00'00'

João Pedro Coelho de Oliveira Miguel

Vogal Não Executivo

ANEXOS

Despachos de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento do ano 2025



Visto. Concordo.

Submete-se o presente Relatório de Análise à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

JOSÉ
MANUEL
DE MATOS
PASSOS

Assinado de
forma digital por
JOSÉ MANUEL DE
MATOS PASSOS
Dados: 2024.12.02
12:11:47 Z

Despacho n.º 858/2024-SETF

Atento o exposto no presente Relatório de Análise da UTAM, aprova-se a proposta de PAO 2025-2027 da SIMARSUL, S.A., incluindo o Plano de Investimentos, limitado às autorizações a seguir identificadas, e sem prejuízo do cumprimento dos demais requisitos legais por parte da empresa:

- i. Aumento dos Gastos Operacionais, limitando o seu valor total a 18,474 milhões de euros, em 2025;
- ii. Contratação de 15 trabalhadores em 2025 (9 Técnicos e 6 Técnicos Superior);
- iii. Autorização genérica para a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade (dentro da autonomia de gestão da empresa);
- iv. Autorização genérica para o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até ao limite de 5% do número de trabalhadores em cada categoria;
- v. Aquisição/contratação/locação de 5 viaturas para a frota operacional em 2025, atento o Programa de Neutralidade Energética.

Remeta-se para a UTAM e dê-se conhecimento à Senhora MAEn, à AdP, SGPS, S.A., à Parública, e à DGTF.

RELATÓRIO DE ANÁLISE N.º 272/2024, de 2 de dezembro

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027 da
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. ("SIMARSUL")
(SISEE, 2024-11-22)

DESPACHO N.º 82/MAEN/2024

Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da SIMARSUL-Saneamento da Península de Setúbal, S. A.

Considerando o Plano de Atividades e Orçamento da SIMARSUL-Saneamento da Península de Setúbal, S. A., bem como a concordância do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, vertida no Despacho n.º 858/2024-SETF, de 06.12.2024, ao parecer emitido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial constante no Relatório de Análise 272/2024, de 02 de dezembro, aprovo o Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027 da SIMARSUL-Saneamento da Península de Setúbal, S. A.

A Ministra do Ambiente e Energia

Maria da Graça
Carvalho

Assinado de forma digital
por Maria da Graça Carvalho
Dados: 2024.12.10 21:15:17
Z

Maria da Graça Carvalho

**SIMARSUL - Saneamento da Península de
Setúbal, S.A.**

**Demonstrações Financeiras em 31 de
dezembro de 2025 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. ("Entidade"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 228.611.419 Euros e um total de capital próprio de 79.042.919 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.007.203 Euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 8 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos ("DRG") corresponde à correção (positiva no caso de défice e negativa no caso de superavit) a registar ao crédito das atividades reguladas, para que este se apresente de acordo com o Contrato de Concessão, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de "Défice/(Superavit) tarifário de recuperação de custos" da demonstração de resultados e do resultado integral, apresenta um superavit de 3.578.662 Euros, que foi estimado pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovado pela ERSAR. Conforme divulgado na nota 8.3 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que o DRG do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 corresponde à melhor estimativa na presente data e será aprovado pela ERSAR.



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions e quase 90% da Fortune Global 500* entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-145 Porto

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

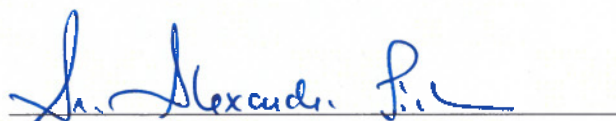
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 5 de março de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

RELATÓRIO e PARECER do CONSELHO FISCAL
Sobre os DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
da SIMARSUL-SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A.

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade SIMARSUL-Saneamento da Península de Setúbal, S.A (SIMARSUL), apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2025, o qual foi aprovado em 3 de março de 2026.
2. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, no âmbito das suas competências, procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do Estado, designadamente do cumprimento das orientações legais, entre outras, as relativas às remunerações vigentes em 2025, encontrando-se convenientemente divulgadas no Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário.
3. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da SIMARSUL e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença de membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu o Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2025. Verificou também o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental, faltando a data apenas o respeitante ao 4º trimestre.
5. O Conselho Fiscal analisou o Relatório do Governo Societário aprovado pelo Conselho de Administração em 3 de março de 2026, segundo o previsto no artigo 54º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido parecer autónomo sobre o mesmo.
6. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
7. Adicionalmente, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a análise apresentada no Relatório de Gestão sobre o cumprimento das orientações legais não esteja correta.
8. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas emitida, nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, sem reservas e com uma ênfase e obteve deste, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

9. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.
10. Este Conselho Fiscal ressalva o facto de à data da emissão deste Relatório e Parecer, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) constante na Demonstração de Resultados, não ter sido aprovado pela ERSAR, sendo convicção da Administração que se trata da melhor estimativa na presente data.
11. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SIMARSUL aprove:

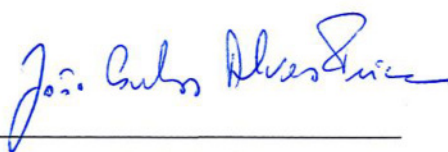
- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais do Exercício de 2025.
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Seixal, 05 de março de 2026



Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho

(Vogal)



João Carlos Alves Faim

(Vogal)